



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
PROARQ - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura



IMPLANTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL
E FUNCIONAL DA AGRO INDÚSTRIA FLUMINENSE,
ARQUITETURA DO CAFÉ – 1840-1860

Isabel Rocha

Mestrado em Arquitetura
Orientador
Prof. Dr. Gustavo Rocha-Peixoto

Rio de Janeiro
Março 2007

IMPLANTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL
E FUNCIONAL DA AGRO INDÚSTRIA FLUMINENSE,
ARQUITETURA DO CAFÉ – 1840-1860

Projeto de Dissertação de Mestrado apresentado para Qualificação no Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura, área de concentração em Teoria e História.

Aprovada em:

Prof. Dr. Gustavo Rocha- Peixoto - Orientador

Profa Dra. Rosina Trevisan M. Ribeiro

Profa. Dra. Rosana Pinhel Mendes Najjar

Rio de Janeiro
Março 2007

Rocha, Isabel.

Implantação e distribuição espacial e funcional da agro indústria fluminense, arquitetura do café, 1840–1860 / Isabel Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ. 2006.

xiv, 121; 68 il; 29,7cm

Orientador Prof. Dr. Gustavo Rocha-Peixoto.

Dissertação (Mestrado) UFRJ/FAU/PROARQ. 2006.

Referências Bibliográficas: f. 6

1. Arquitetura Rural, Rio de Janeiro. 2. Implantação e distribuição. 3. Quadrilátero funcional. I. Rocha-Peixoto, Gustavo. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura. III. Título.

AGRADECIMENTOS

É impossível agradecer a todos, a lista é muito grande. Começa com os colegas de turma da Faculdade de Arquitetura de Barra do Piraí e de todos aqueles que participaram do projeto de pesquisa da arquitetura rural. Representando os colegas, Geanete Couto Justi, Cláudia Virgínia Cabral de Souza e Maria Cristina Pinto Fillipeck, essa última engenheira, pela amizade de toda a juventude e vida.

Passa por todos os professores, inesquecíveis, das disciplinas do Departamento de Teoria e História que lá trabalharam, forjaram nossos conhecimentos e abriram nossos horizontes. E por aqueles que, a partir de 2004, me acolheram de volta na Centro Universitário Geraldo di Biasee me forçaram a rever o arquivo dos levantamentos.

Dora e Pedro Alcântara estão fora dos agradecimentos, pois não se pode exprimir assim o tudo de vida que me deram, talvez a eles a expressão de reconhecimento, do século XIX, consiga revelar o sentimento: “sou sua criada e obrigada”. Meu pai se despedia assim daqueles a quem ficava devedor de algo que não se tem como retribuir.

À *Turma Sambaqui*, Alexandre Vidal, André Coelho, Cláudia Baima, Marisa Hoirisch, Paula Merlino, Priscyla Arias, Simone Guerra, Taisa Carvalho, que, muito mais que colegas de turma, foram arrimos, esteios, incentivo e presença marcantes. E, através deles, também aos professores e funcionários do PROARQ.

A todos os proprietários de fazendas no vale do Paraíba que sempre me receberam com tanta distinção, na estrada pavimentada por Pedro e Dora Alcantara. Como representantes deles, Magid Breves Muniz que, para além da preservação de São João da Prosperidade, carrega no sobrenome o peso da memória do século XIX. E Joaquim Pinto e Souza Neto, a quem prometi, mas não consegui, cumprir a promessa de preservar a Fazenda do Pocinho, que foi demolida, e pelo muito que me revelou do modo de vida dos antepassados que, neste caso, inclui a ascendência negra.

Às profissionais e amigas que sedimentaram saberes, fazeres, segredos de vida e de conhecimento, arqueóloga Marta Fonseca e museóloga Ely Gonçalves.

Ao estudante de história, André Jacques Martins Monteiro, que, mais que pesquisar os textos e inventários, instigou e provocou debates, reviu idéias e conceitos, sob os mais diversos aspectos e não deixou calar a voz de Célia Muniz e dos negros. À Isabelle Germano Bruno, que fez os desenhos, roubando horas do pequenino Bernardo Germano Bruno Cabral.

A Ivan Coutinho Ferreira, pelo amor e a missão cumprida. À minha família na pessoa da matriarca Teresa e de Michel Zoega Viard, exemplos maiores de garra, gana e vida. E a Pedro Rocha que tomou gosto pela história e não tem poupado esforços em seguir os rastros de nossos ancestrais.

A Gustavo Rocha-Peixoto, que em uma tarde, me convenceu a voltar a estudar, mas que, ressalto, não é responsável pelos erros e desacertos aqui impressos, só pelos acertos.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a minha formação, caráter e vida, em particular aos antepassados personagens da história e memória, nas pessoas de grandes mulheres Iacy Corrêa e Castro, Orcalina Corrêa e Castro e Bertha Côrrea e Castro da Rocha. E à escritora Sônia Sant'Anna, amiga constante, contadora de 'causos' antigos, revividos, entusiasta da história, que revisita o passado com graça, elegância e muita sagacidade.

Aos Mestres de conhecimento
Mestres na vida
Simples nas emoções
Profundos nos saberes
Generosos nas ações:
Antônio Pedro Gomes de Alcântara
Célia Muniz
Francisco Cesário Alvim Neto

Resumo

Através do acervo de levantamentos das fazendas de café do Vale do Paraíba fluminense, realizados pela extinta Faculdade de Arquitetura de Barra do Piraí, a autora vai comprovar a existência de um modelo de implantação comum às unidades agrárias. A forma denominada *quadrilátero funcional* se apresenta nos diversos exemplares inventariados. Caracteriza-se pela distribuição das diversas edificações em torno de um *terreiro*, e foi constatada desde 1819, por Saint Hilaire. Não é uma peculiaridade exclusiva à arquitetura do café, sendo encontrada em exemplares das unidades produtoras de açúcar. A ausência de bibliografia sobre o assunto obrigou a autora buscar nas fontes primárias, gráficas e iconográficas referências sobre a persistência do modelo. Analisa o que é *fachada principal* para uma unidade rural, e estabelece duas instâncias, a do conjunto de edificações e a de cada um dos edifícios que compõem a *sede* da fazenda. Para entender melhor o modelo buscou compará-lo com outros programas de arquitetura, indagando sobre a influência das Aldeias dos jesuítas. Comprova que não foi a arquitetura, enquanto espaço físico, das antigas fazendas de café a prisão dos negros escravos.

Abstract

Based on the surveys of old coffee plantations of old coffee plantation the Paraíba Valley, in the state of Rio de Janeiro, collected by the extinct Faculty of Architecture of Barra do Pirai, the author will demonstrate the existence of a pattern of implantation common to the all. The shape named functional quadrangle can be found in all the units surveyed. This shape is characterized by the distribution of the various buildings around a yard (terreiro) and which had already been pointed out by Saint Hilaire in 1819. This functional quadrangle shape is not an exclusive peculiarity of coffee plantation, but was found also in sugar producing units. The lack of bibliography on this subject compelled the author to look examine primary sources – either graphic and iconographic – in search of references to the persistence of this pattern. This work analyses that which can be named the main façade of a rural unit and establishes two instances: one that deals with the whole ensemble of buildings, and another that studies each one of the buildings that compose the plantation's headquarters. So that this pattern can be better understood, a comparison was made with other architecture programs, inquiring about the influence of Jesuits village and the traditional Portuguese house. It proves that the old coffee farms architecture weren't a prison for black slaves.

SUMÁRIO

Introdução	1
I Histórico	09
II Revisão Bibliográfica	15
1 Os viajantes dos século XIX	15
2 Outros autores	19
3 Os Manuais e os periódicos	21
4 A Historiografia do século XX	31
III As Fazendas	46
1 Os acessos	83
2 O quadrilátero	101
À Título de Conclusão	119
Referências Bibilográficas	122

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIACÕES

6ªSR/IPHAN –	6ª Superintendência Regional, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
APM –	Arquivo Público Municipal, Prefeitura de Vassouras / IPHAN
CDH/USS –	Centro de Documentação Histórica da Universidade Severino Sombra
Cx. –	Caixa
FABP –	Faculdade de Arquitetura de Barra do Pirai
Fal. –	Falecido ou Falecida
FERP –	Fundação Educacional Rosemar Pimentel
FFLCH/USP –	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
IFCS/UFRJ –	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro
NDH/CAU - VR –	Núcleo de Documentação Histórica do Curso de Arquitetura e Urbanismo de Volta Redonda
UGB –	Centro Universitário Geraldo di Biase
USS –	Universidade Severino Sombra

Listas de abreviações dos Municípios

BM -	Barra Mansa
BP -	Barra do Pirai
Fl -	Floriano
It -	Itatiaia
LG -	Levy Gasparian
Men -	Mendes
MP -	Miguel Pereira
PA -	Paty do Alferes
PF -	Engenheiro Paulo de Frontin
Pi -	Pirai
Pn -	Pinheiral
PS -	Paraíba do Sul
Qu -	Quatis
Res -	Resende
RF -	Rio das Flores
TR -	Três Rios
Val -	Valença
Vass -	Vassouras
VR -	Volta Redonda

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Listagem das unidades agrária inventariadas pela FABP.	5
Quadro 2 – Listagem das unidades agrária - identificação do quadrilátero.	46
Quadro 3 – Tabulação das Casas de Vivenda por suas características	114
Quadro 4 – Tabulação das Senzalas por suas características	115

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Campus da FERP.	02
Figura 2 – Região do Médio Vale do Paraíba.	04
Figura 3 – Mapa de localização das fazendas	07
Figura 4 – Pouso de uma Tropa.	10
Figura 5 – Encontro de índios com viajantes europeus.	12
Figura 6 – Fazenda do Secretário (Vass).	18
Figura 7 – Plano de um barracón cubano.	40
Figura 8 – Fazenda do Recreio (Pi).	50
Figura 9 – Fazenda do Secretário (Vass).	51
Figura 10 – Fazenda do Secretário, detalhe (Vass).	52
Figura 11 – Fazenda dos Alpes (BP).	53
Figura 12 – Fazenda São Luiz (BP).	54
Figura 13 – Fazenda do Pocinho (Vass).	55
Figura 14 – Fazenda de Santana (BP).	57
Figura 15 – Fazenda Monte Alegre (BP).	58
Figura 16 – Fazenda Monte Alegre (BP).	59
Figura 17 – Fazenda São Fernando (Vass).	59
Figura 18 – Fazenda da Aliança (BP).	60
Figura 19 – Fazenda da Aliança (BP).	60
Figura 20 – Fazenda do Aterrado (BP).	61
Figura 21 – Fazenda Bom Retiro (BP).	62
Figura 22 – Fazenda Bom Retiro (BP).	62
Figura 23 – Fazenda Duas Barras (BP).	63
Figura 24 – Fazenda da Forquilha (RF).	64
Figura 25 – Fazenda Bela Aliança (Pi).	64
Figura 26 – Fazenda São José da União (BP).	65
Figura 27 – Fazenda Canto Alegre (BP).	66

Figura 28 – Fazenda Canto Alegre (BP).	67
Figura 29 – Fazenda Horizonte (Vass).	67
Figura 30 – Fazenda Monte Alto (BP).	68
Figura 31 – Fazenda Três Saltos (Pi).	69
Figura 32 – Fazenda Três Ilhas (RF).	70
Figura 33 – Fazenda Ribeirão (RF).	71
Figura 34 – Fazenda Feliz Remanso (BP).	72
Figura 35 – Fazenda Ponte Alta (BP).	74
Figura 36 – Fazenda Santa Maria (BP).	75
Figura 37 – Fazenda Santa Maria (BP).	76
Figura 38 – Fazenda Santa Justa (RF).	76
Figura 39 – Fazenda Santo Antônio do Paiol (Val).	77
Figura 40 – Fazenda do Ubá (Vass).	78
Figura 41 – Fazenda São João da Prosperidade (BP).	80
Figura 42 – Fazenda da Taquara (BP).	81
Figura 43 – Fazenda da Cachoeira (BM).	82
Figura 44 – Fazenda São Fidelis (RF).	82
Figura 45 – Rede de estradas, Faz. Duas Barras (BP)	84
Figura 46 – Esquema “a” de acesso à sede	87
Figuras 47 – Fazenda do Recreio (Pi).	87
Figura 48a – Fazenda do Oriente (PS).	89
Figura 48b – Fazenda do Oriente (PS).	90
Figura 49 – Fazenda do Secretário (Vass).	91
Figura 50 – Fazenda do Secretário (Vass).	92
Figura 51 – Fazenda do Governo (PS).	93
Figura 52 – Esquema “b” de acesso à sede	93
Figura 53 – Fazenda Santa Justa (RF).	94
Figura 54 – Fazenda Santa Justa (RF).	95
Figura 55 – Esquema “c” de acesso à sede	95
Figura 56 – Fazenda Aterrado (BP).	96
Figura 57 – Esquema “d” de acesso à sede	97
Figura 58 – Fazenda Santa Maria (BP).	97
Figura 59 – Fazenda Santa Maria (BP).	98

Figura 60 – Esquema “e” de acesso à sede	99
Figura 61 – Fazenda de Santana (BP).	99
Figura 62 – Fazenda de Santana (BP).	100
Figura 63 – Fazenda do Pocinho (Vass).	100
Figura 64 – Aldeia Missionária – Pernambuco.	106
Figura 65 – Aldeia de Carapicuíba.	106
Figura 66 – Fazenda Pau Grande em 1844.	109
Figura 67 – Plano geral de um engenho.	110
Figura 68 – Situação da Fazenda de Machadinha, Quissamã.	112

Introdução

A Faculdade de Arquitetura de Barra do Piraí foi instalada em 1968 e encerrou suas atividades em 1998, quando foi transferida para o *campus* de Volta Redonda, hoje com o título de Curso de Arquitetura e Urbanismo da Centro Universitário Geraldo di Biase.

A primeira turma das disciplinas de Arquitetura Brasileira e Estudos Sociais a ter como professores o casal Dora e Pedro Alcântara (1926/1999) foi a de 1971. Convidados a ministrar as disciplinas vinculadas ao conhecimento da produção arquitetônica e a sua trajetória no Brasil, logo no primeiro ano Dora decidiu implementar um projeto de pesquisa, nos moldes do que hoje se denomina pesquisa científica e estudo de caso. A bem da verdade, a proposta acadêmica desenvolvida nessas disciplinas ia muito além no tempo e no espaço. Conhecer a arquitetura, pensar seus processos históricos, técnicas construtivas, inventário de bens imóveis, abordagem de intervenções em projetos de restauração faziam parte dos programas ministrados. O que hoje são disciplinas próprias e integrantes das ementas das escolas de arquitetura, tais como Técnicas Retrospectivas e Restauro, já era, em Barra do Piraí, prática permanente.

O próprio campus onde se encontravam instaladas as unidades, da então Fundação Educacional Rosemar Pimentel (FERP - mantenedora dos diversos cursos), inspiraria aos professores.



Figura 1 – Campus da FERP, à esquerda a Faculdade de Engenharia e à direita ao fundo a FABP. Na parte inferior, prédios novos, Faculdade de Filosofia e administração. Foto: Calino 1977.

Da antiga fazenda de Boa Vista, situada na rodovia Barra do Pirai a Valença, sobrara o trecho da senzala, com sua característica varanda, onde funcionava a Faculdade de Engenharia (à esquerda da Figura 1), bem defronte ao prédio “moderno” da Faculdade de Arquitetura. A abertura da rodovia separara a Capela no plano de fundos da figura, do conjunto da sede da fazenda.

Ao longo dos anos, sob a supervisão de Dora Alcântara, foram realizados levantamentos gráficos e iconográficos de diversas fazendas ao longo do Vale cuja escolha era feita, inicialmente, pela Mestra. No entanto, dependia, na maioria das vezes, da disponibilidade dos alunos, pois esses assumiam todas as despesas de transporte e material.

A Dora e Pedro se juntaria, por convite dos mestres e por seu potencial, capacidade e destaque nas disciplinas, o Arquiteto, Artista Plástico e depois Professor Selso Dal Bello que trabalhou com o casal de 1973 até 1991, tendo sido um assessor dedicado e competente.

A partir de 1979 passou a participar do projeto a arquiteta Isabel Rocha, autora desta dissertação, no mesmo ano em que o Professor Francisco Cesário Alvim Neto (1955/1988) integrou a equipe que inventariou o distrito de Valença, Conservatória. Assim, a disciplina de Teoria da Arquitetura fez uma inserção no projeto de Dora e Pedro Alcântara, cujo resultado foi um capítulo na legislação municipal de Valença, dedicado à preservação de Conservatória. A relevância desse trabalho reside não só na pesquisa realizada em si, mas, sobretudo, na abordagem do ensino superior como responsável pela geração de saber. A Escola passa a ter consciência da necessidade de romper com a sala de aula, atitude até então inflexível, para uma postura mais criativa segundo a qual aluno e professor passavam a ter vínculo estreito no compromisso com o saber forjado no conhecimento teórico-prático e, principalmente, no embate com a realidade.

O resultado mais importante, no entanto, alcançado através dos levantamentos da FABP, foi a gênese do espírito de preservação tanto, das unidades agrárias quanto de espaços urbanos de toda região. Alguns dos proprietários, àquela época ainda descendentes diretos dos pioneiros agricultores de café, encontraram eco e valorização naquilo que para eles era, mais significativamente, memória afetiva. Outros eram descendentes daqueles que compraram as fazendas hipotecadas no último quartel do século XIX - no encilhamento ou, ainda, pela morte dos descendentes dos pioneiros -, e guardavam a mesma relação de afetividade.

A área de abrangência das pesquisas ao longo do rio Paraíba, em terras fluminenses, ia até as fronteiras de Minas Gerais e São Paulo (Figura 2), em seu leito médio. Assim, por ordem, incluiria os históricos municípios de Resende (Res), Barra Mansa (BM), Piraí (Pi), Valença (Val), Vassouras (Vass) e Paraíba do Sul (PS). Hoje, com a subdivisão territorial, inclui os municípios de Itatiaia (It), Quatis (Qu) e Floriano (Fl) - originários de Resende; Volta Redonda (VR) - de Barra Mansa; Barra do Piraí (BP) - terras emancipadas de Piraí, Valença e Vassouras; Pinheiral (Pn) - de Piraí; Rio

das Flores (RF) – de Valença; Paty do Alferes (PA), Miguel Pereira (MP), Paulo de Frontin (PF) e Mendes (Men) – de Vassouras; Três Rios (TR) e Levy Gasparian (LG) - de Paraíba do Sul (PS).



Figura 2 – Região do Médio Vale do Paraíba.

O acervo atual é composto de 55 levantamentos (Quadro 1), que se constitui em material histórico importante, pois algumas das unidades inventariadas já desapareceram. E, como já não se adota o desenho manual nas faculdades de arquitetura, os trabalhos revelam técnicas e materiais não computadorizados.

Na década de 1980 a FABP adotou uma política de restrição de acesso ao acervo das edificações rurais, os pesquisadores não estavam respeitando os direitos autorais utilizando o material sem o devido crédito. Sendo ainda motivo mais grave para a restrição imposta o desaparecimento de diversos trabalhos, reduzindo em mais de 20% o total produzido ao longo de 20 anos de atividade do projeto.

No Quadro 2 (p. 46) a coluna “Situação” indica se há Planta de Situação que abranja toda a unidade agrária, objeto de interesse do presente trabalho, constatando-se que mais de 50% dos levantamentos oferecem material de investigação para a essa dissertação. Paty do Alferes e Pinheiral são municípios emancipados em data posterior aos levantamentos, por isso as Fazendas Pau Grande, Monte Alegre e São José do

Pinheiro aparecem como situadas em Vassouras e em Piraí, respectivamente. (vide coluna “Município”)

Quadro 1 – Listagem das unidades agrárias inventariadas pela FABP.

Nº	Fazenda	Município
1	• Aliança	BP
2	• Alpes	BP
3	• Aterrado	BP
4	• Bela Aliança	Pi
5	• Boa União	BP
6	Boa Vista	BP
7	• Bocaina	BM
8	• Bom Retiro	BP
9	Cachoeira	BM
10	• Canto Alegre	BP
11	• Castelo	Re
12	• Chacrinha	Val
13	Chalet	BM
14	• Confiança	BP
15	• Duas Barras	BP
16	• Espuma	BP
17	• Feliz Remanso	BP
18	• Floresta	BP
19	• Forquilha	RF
20	• Guaribu	Vass
21	• Horizonte	Vass
22	• Juréia	BP
23	Monte Alegre	Vass (PA)
24	• Monte Alegre	BP (Dorândia)
25	• Monte Alegre a	BP
26	• Monte Alto	BP
27	Pau Grande	Vass
28	• Pocinho	Vass
29	• Ponte Alta	BP
30	• Recreio	BP (Ipiabas)
31	• Recreio	Pi
32	• Ribeirão	RF
33	Rio Novo	PS
34	• Santa Justa	RF
35	• Santa Luiza	RF
36	• Santa Maria (Arvoredo)	BP
37	• Santa Maria	BP (Turvo)
38	• Santa Maria (Botafogo)	BP
39	• Santa Rosa	Val

40	• Santa Rosa das Flores	RF
41	• Santana	BP
42	• Santo Antônio do Paiol	Val
43	• São João da Prosperidade	BP
44	• São João do Bom Jardim	BP
45	• São José da União	BP
46	• São José do Pinheiro	Pi (Pn)
47	• São Fidelis	RF
48	• São Luiz	BP
49	São Luiz da Boa Sorte	Vass
50	• São Sebastião	BP
51	• Secretário	Vass
52	• Taquara	BP
53	• Três Ilhas	RF
54	• Três Saltos	Pi
55	Ubá	Vass

Fonte: NDH/CAU-VR/UGB

A fazendas assinaladas no Quadro I estão localizadas no mapa da Figura 3, as não demarcadas estão fora da área desenhada. As fazendas de Ubá e São Luiz da Boa Sorte situam-se na BR 393, logo a seguir do final do mapa. A Fazenda do Rio Novo localiza-se junto à praça de pedágio da BR 040, depois de Três Rios, em direção a Juiz de Fora. As Fazendas Monte Alegre e Pau Grande situam-se em Paty do Alferes, a primeira na entrada do centro urbano e a segunda no distrito de Avelar. Boas Vista, Cachoeira e Chalet não foram localizadas, pois não há indicações além do município em que se encontram.

A maior incidência de levantamentos no território de Barra do Piraí se deu por dois fatores: a proximidade com a FABP, o que reduzia os custos, e por ter sido esse município criado com terras de Piraí, Valença e Vassouras, como já foi dito.

A não constância da pesquisa revela a instabilidade econômica do período, a falta de recursos financeiros impediria a realização anual da atividade, ou reduzia significativamente o número de imóveis inventariados a cada turma.

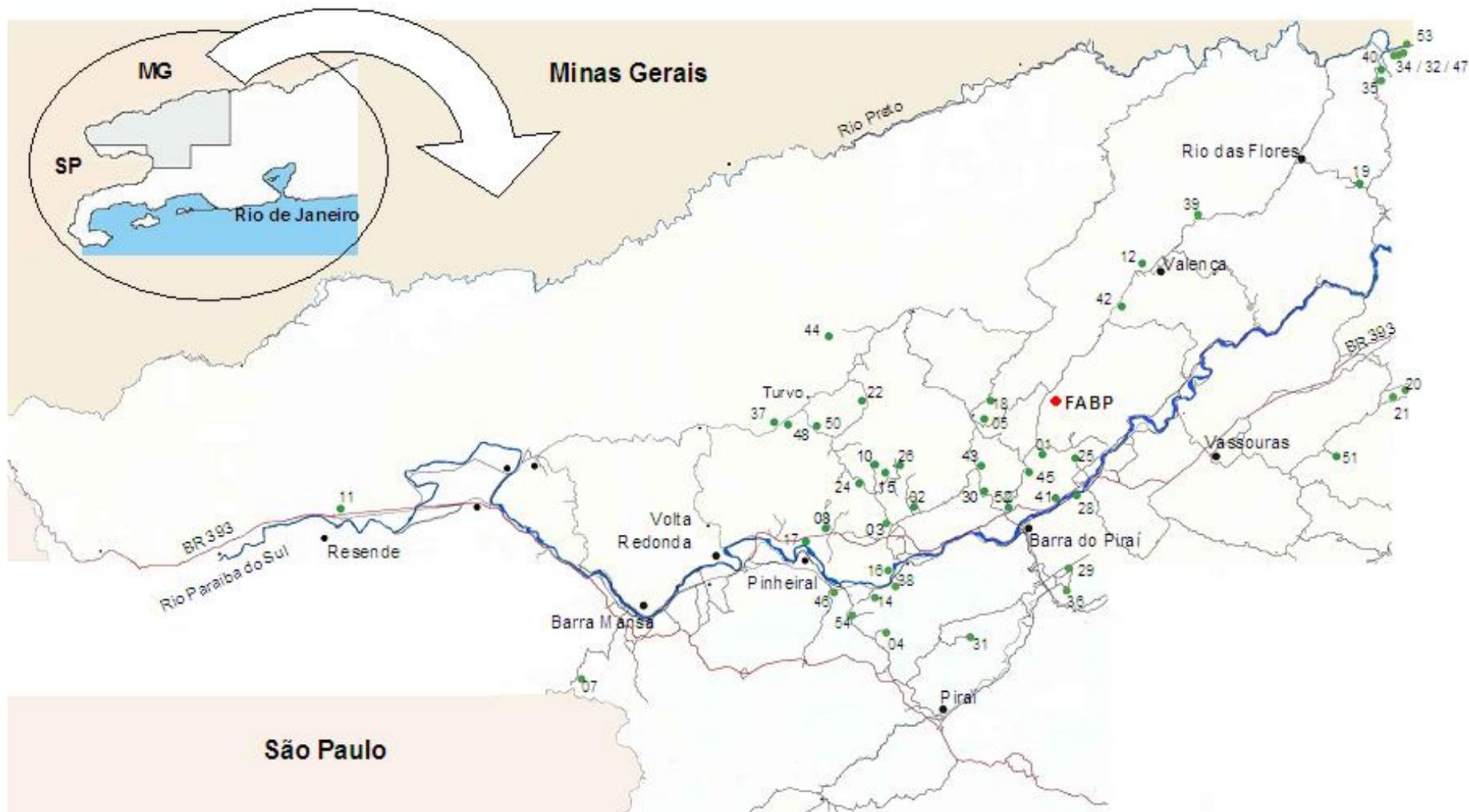


Figura 3 – Mapa de localização das fazendas. Fonte: Isabel Rocha sobre mapa do IBGE

O presente trabalho pretende discutir, a partir dos levantamentos existentes no Núcleo de Documentação Histórica do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Geraldo di Biase, em Volta Redonda – NDH/CAU – VR (acervo da extinta Faculdade de Arquitetura de Barra do Piraí – FABP), a existência de um desenho comum, às implantações nas fazendas de café ao longo do Vale do Paraíba Fluminense, adotado no século XIX.

Pretende também identificar a existência de um *quadrilátero funcional*, em torno do qual se distribuem as edificações necessárias ao funcionamento da agro-indústria produtora de café. Para tanto, é preciso descrever e relacionar as edificações que compõem o programa da unidade agrária no período histórico. Constatar quais são algumas das mais significativas utilizações do terreno e os acessos existentes. Diferenciar as grandes propriedades das de médio e pequeno porte, e comprovar que esse desenho se aplica às unidades agrárias de diferentes dimensões, além de conceituar “fachada principal” em um imóvel rural.

Pela primeira vez, em 1838, a exportação do café supera o açúcar no mercado externo, permitindo supor que foi a partir dessa data que a empreitada agrícola se transformou em agricultura de larga escala. O que antes era uma expectativa, a partir de então é fato. Assim, a década de 1840 vê o início da construção efetiva do complexo de edificações, que já estará totalmente concluído em 1860.

O espaço geográfico delimitado (Figuras 2 e 3), a região do médio Vale do Paraíba Fluminense, era composto dos seguintes municípios históricos: Resende (Res), Barra Mansa (BM), Piraí (Pi), Valença (Val) e Vassouras (Vass) e Paraíba do Sul (PS).

O trabalho se inicia com o inventário arquitetônico das unidades agrárias integrantes do acervo da FABP, hoje CAU-UGB, identificando aquelas cujas implantações adotam forma similar em sua distribuição espacial.

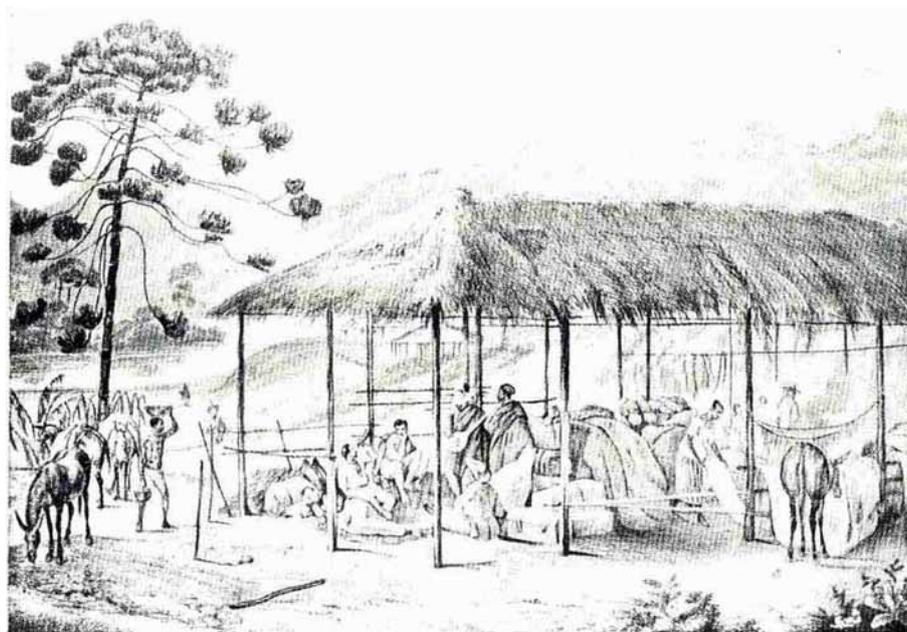
Para corroborar os aspectos físicos da implantação, será feito um levantamento nos Inventários *post mortem* de Vassouras entre 1840 e 1850 cujo arquivo cartorial foi sistematizado pelo Centro de Documentação Histórica da Universidade Severino Sombra (CDH/USS).

I. HISTÓRICO

Ao longo dos primeiros caminhos abertos no Vale do Paraíba a partir do século XVIII surgem as roças de mantimentos. Inicialmente para abastecer as tropas de mulas transportadoras de ouro e minerais, depois para hospedar, em ranchos, os viajantes que abasteciam a corte recém instalada no Rio de Janeiro.

Saint Hilaire (1938, p. 69) e Rugendas se hospedam e descrevem esses ranchos, no início do século XIX.

"Em geral, o termo da jornada é o que se chama de um rancho, espécie de hangar onde homens e bagagens estão ao abrigo da chuva e às vezes do vento. Quase sempre esses ranchos se encontram nas vizinhanças das fazendas onde é possível obter forragem e alimentos frescos; mas não se deve confiar nessa possibilidade. Às vezes existe, ao lado do rancho, o que se chama uma venda, onde se pode adquirir milho, farinha de mandioca, feijão, toucinho, carne seca e aguardente inferior. De qualquer maneira é preciso que o viajante esteja sempre munido de provisões para alguns dias. No que concerne aos móveis da viagem, a rede é, de todos os pontos de vista, preferível a outros tipos de leito, não somente porque é mais leve, mais fácil de transportar e de armar, mas ainda porque nessas redes, erguidas quase sempre vários pés acima do solo, o viajante se encontra melhor garantido contra os insetos e outros animais capazes de perturbar-lhe o repouso noturno." (RUGENDAS, 1954, p. 28/29).



POUSO DE UMA TROPA

Figura 4 – Pouso de uma Tropa. Fonte: RUGENDAS, 1954, prancha 3/19.

Rugendas retrata o rancho com todos os dados por ele descrito no texto transcrito acima (Figura 4). É de destaque a cobertura de sapê, sob a qual se abrigam viajantes, brancos e negros, bagagem e redes. Ao fundo uma edificação que pode ser a fazenda da cercania do rancho. Esse mesmo autor (p. 27) fornece informações a respeito das tropas, formadas por 50 ou 60 bestas, divididas em lotes de 7 mulas cada, cada lote confiado a um negro cabendo ao tropeiro a supervisão geral do grupo.

As roças produziam basicamente milho com o qual abasteciam as tropas de mulas dos carregadores de ouro. Além disso, produziam mandioca, arroz, feijão e café. São João Marcos e Sacra Família do Tinguá eram conhecidas pela criação de porcos e preparo de carnes. Os engenhos de açúcar, com suas destilarias e moendas, chegaram a ter importância econômica na região, conferindo a seu proprietário um *status* mais elevado na hierarquia da sociedade local. Pau Grande (PA) e Ubá (Vass) são exemplos disso com suas residências e instalações inúmeras para atender a produção Saint-Hilaire (1938) testemunha “certo conforto” nesses engenhos.

O café começou a ser plantado em larga escala no Vale do Paraíba a partir da segunda década do século XIX e propiciando a ocupação de toda região.

"... pequenas vilas sem expressão, até esse período, tornaram-se grandes centros cafeeiros, como Vassouras, Piraí, São João Marcos (hoje submersa), Resende, Barra Mansa e Paraíba do Sul. Devido ao bom preço que o café alcançava no mercado internacional, sua produção tornou-se uma grande atração para fazendeiros. O valor da exportação do café que havia começado a sobrepujar o do açúcar, passou a representar, no exercício de 1838/37, mais da metade do valor total do nosso comércio exterior, posição de que não se afastaria nos anos seguintes e que se firmaria, quase ininterruptamente, tempos depois" (MUNIZ, 1979, p. 66).

São esplêndidas para o plantio do café as condições naturais do terreno, todo formado de ondulações suaves, as "meias laranjas" (LAMEGO, 1950), numa altitude que oscila entre 300 e 900 metros, mantendo a temperatura dentro dos limites ideais para o café, com precipitação regular e, sobretudo, a riqueza do solo liberado pela derrubada da floresta¹. A mesma topografia que propiciou o rico plantio irá coibir a introdução do arado (muito produtivo em terras planas), fundamental para mecanização da produção.

A dissertação de mestrado da Prof^a Célia Muniz (UFF, 1979) detalha a situação fundiária no Vale do Paraíba. A autora divide o avanço do café em duas etapas, criando o que ela denominou de "fronteira econômica". A primeira é a da expulsão do índio para a margem esquerda do rio Paraíba. As terras férteis de suas margens atraem os fazendeiros, o que leva, numa segunda etapa, ao confinamento dos índios numa aldeia em torno da Capela de Nossa Senhora da Glória. Essa sesmaria nunca foi legitimada em nome dos índios. Esses "que em 1800 eram em torno de 1400, já haviam sido, em 1815, dizimados por epidemias de varíola e sem nenhum amparo se dispersaram ou foram expulsos pelos moradores da freguesia" (MUNIZ, 1979, p. 70). Em 1825 fundou-se outra aldeia, Conservatória, ampliando a fronteira do café para as terras férteis da margem esquerda do rio.

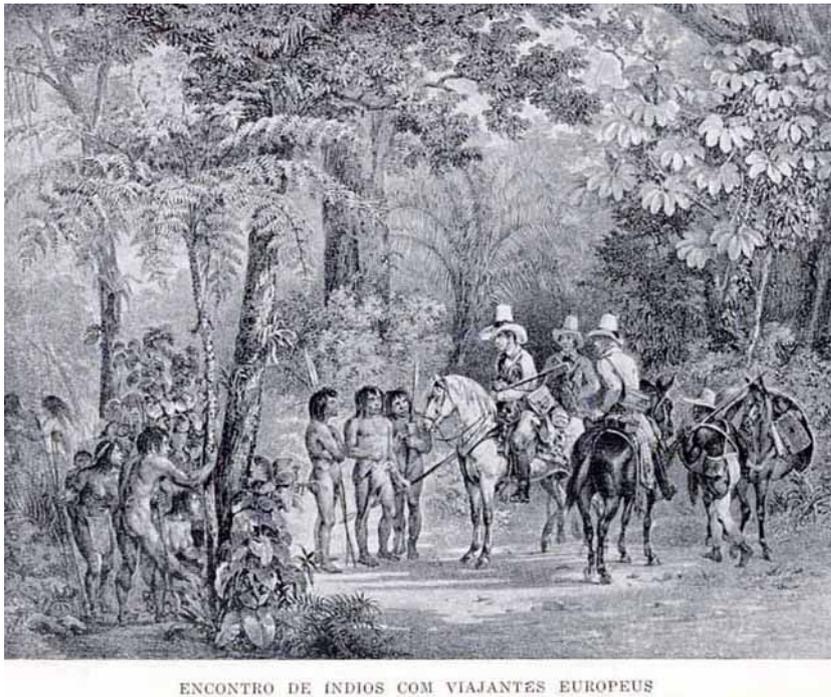


Figura 5 – Encontro de índios com viajantes europeus.

Fonte: RUGENDAS, 1954, prancha 3/1.

Além dos índios (Figura 5), a onça irá impressionar o viajante, aparecendo em duas pranchas com os nativos, 3/2 e 3/3, e em uma terceira, intitulada de “Família de fazendeiros” (RUGENDAS, 1954, prancha 3/16), como tapete no interior de uma construção. O meio ambiente, a Mata Atlântica, é impressionante, e seus mistérios deixam marcas profundas em todos os viajantes. Assim, o cenário do sertão está formado, inclusive com a presença do negro, mão de obra escrava que executa todos os serviços.

As sesmarias foram distribuídas ignorando os sitiantes, rancheiros, posseiros e demais ocupantes ou nativos da região. E é sobre essa ocupação que Célia Muniz irá dissertar em *Os Donos da Terra*, nos idos de 1979, estudo aprofundado que seria complementado em 2005, em sua tese de doutorado, *Riqueza Fugaz*. As sesmarias foram subdivididas e deram origem às primitivas fazendas que se dedicaram ao plantio do café. O modo de produção limitou a extensão da fazenda, mas não o número delas em relação ao proprietário. A plantação exige cuidados permanentes, os escravos tinham que ir até ela todos os dias, portanto, a extensão da fazenda deveria ser tal que

¹ A crítica ambientalista foi feita por diversos observadores, homens de vida pública ou privada, desde o século XVIII, se acirrando ao longo do século XIX, ver PÁDUA, 2002.

permitisse o deslocamento até a plantação, aí executar o trabalho e retornar à sede, onde passava a noite às vistas do senhor.

A figura do administrador resolve o problema da fiscalização nas fazendas filiadas a uma “matriz”, de um mesmo proprietário. A família Breves, por exemplo, era proprietária de aproximadamente 20 fazendas, com cerca de 6.000 escravos. No entanto, analisando em Vassouras o quadro de classificação por sua dimensão, conclui-se que “o número de pequenas propriedades é muito maior que o de grandes propriedades embora a sua área total seja menor: as 26 grandes propriedades ocupavam uma área de 3.765 alqueires, enquanto as 179 pequenas propriedades ocupavam 2.866 alqueires”. (MUNIZ, 1979, p. 5.). Os mesmos valores são encontrados para a classificação do perfil dos proprietários, 26 senhores de grande porte contra os 179 de menor porte.

“Os barões do café, proprietários das grandes fazendas, e os escravos, os trabalhadores da terra, são sempre lembrados como sendo os principais atores da produção cafeeira. No entanto, essa associação, grande cafeeiro e escravo, já vem sendo revista por estudos feitos desde a década de 60. Entre os dois extremos da sociedade cafeeira, houve grande número de pequenos e médios produtores: sitiantes, posseiros, arrendatários, pequenos e médios fazendeiros que não fizeram parte da elite cafeeira mas contribuíram com boa parte do café produzido no século XIX. (MUNIZ, 2005, p. 65).

Para fazer funcionar uma unidade agro-industrial cafeeira tinha uma série de edificações, além da terra cultivada, como se constata nos inventários *post mortem* e dos levantamentos da FABP. De forma geral, a sede de uma fazenda era composta de:

1. CASA DE VIVENDA - Habitação do senhor e sua família, normalmente composta de compartimentos próprios a uma residência, tinha em seu corpo um oratório ou uma capela.
2. COZINHA – Local específico para elaboração de víveres, agregada a casa de vivenda, com ou sem local próprio para despensa que pode ser no paiol.
3. SENZALA - Habitação dos escravos, composta apenas de quarto de dormir².

² Os exemplares sobreviventes na área estudada permitem supor terem todas as senzalas um só cômodo.

4. TERREIRO - Onde se secava o café.
5. ENGENHOS - Para beneficiamento do café, cana-de-açúcar, mandioca e milho, entre outros³.
6. TULHA – Para armazenamento de grãos.

Outras edificações podem ser encontradas nas unidades agrárias, de acordo com a dimensão e as necessidades de cada fazenda:

7. COZINHA DE FORA – Localizada fora casa de vivenda⁴.
8. PAIOL – Para guarda de equipamentos e/ou víveres.
9. ENFERMARIA - Para atender aos doentes, mormente escravos.
10. ESTREBARIAS - Para os animais de tração.
11. CURRAIS - Para o gado *vacum*, laníferos e caprinos.
12. CHIQUEIROS, GALINHEIROS - Para os animais de pequeno porte.
13. CASAS – Moradia esparsas para terceiros.
14. RANCHO – Para hospedagem de viajantes, tropas, comerciantes, entre outros.
15. VENDA – Armazém no interior da propriedade, para comercialização de produtos, mormente situada à beira da estrada de acesso.
16. TENDA – Espaço destinado ao exercício de ofício de ferreiro.
17. CASA DE TROPA – Local destinado ao abrigo dos muares que compõem a tropa de carga da fazenda ou para alojar tropas de terceiros em trânsito.
18. OLARIA – Espaço destinado a confecção de telhas, com, no mínimo o forno.

Em fazendas de maior porte aparecem edificações isoladas para:

19. CAPELA - Em edificação própria.
20. CASA DO ADMINISTRADOR – habitação do auxiliar do proprietário da fazenda seja ela filial ou não.

Em casos muito raros e fora do conjunto da sede⁵ pode existir ainda:

³ Diveras nomenclaturas são encontradas e variam de acordo com a matéria prima: Casa de Farinha e/ou de Purgar; Engenho de cana, de café e/ou de madeira

⁴ Várias serventias têm essas Cozinhas à casa de vivenda, aos negros, ao engenho de cana e/ou de farinha.

21. CADEIA - Para aprisionamento de criminosos no aguardo de remoção até a cadeia pública ou para pernoite de preso em trânsito.

A maioria das construções que formava o complexo agro-industrial cafeeiro não sobreviveu até os nossos dias. O conservadorismo do senhor do café, a monocultura que consumia os recursos naturais da terra, o envelhecimento do cafezal, a insolvência econômica dos fazendeiros, a abolição da escravatura, a escassez da mão de obra, são alguns dos agentes da decadência do café, já nas primeiras décadas da segunda metade do século XIX. Os testamentos dos senhores e de suas viúvas comprovam essa decadência citando hipotecas, cafeeiros improdutivos, despreparo sócioeconômico para enfrentar a abolição dos escravos, construções e edifícios que precisam de reparos. As hipotecas foram, na sua maioria, executadas; as terras abandonadas depois de consecutivas queimadas que já não surtiam mais os efeitos desejados; o café se dirigia para São Paulo que estava mais preparado e estruturado para o trabalho de homens livres; as casas nem sempre foram recuperadas com o mesmo fausto das décadas anteriores. A monocultura cafeeira é substituída pela estagnação econômica e, posteriormente, pela agropecuária, principalmente de gado leiteiro e de corte, a agricultura passa a ser de subsistência e para comércio local. É o fim do barão do café, porém não de seu carisma, este é transferido para o coronel, dono da terra.

II – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

II. 1. Os viajantes do século XIX

Os viajantes são as fontes mais significativas e importantes a serem consultadas ao longo do século XIX, dentre eles, Saint Hilaire, Rugendas, Debret e Ribeyrolles são os mais significativos, pois tratam do período em estudo.

Augusto de Saint Hilaire (1778/1853), francês, visitou o Brasil entre 1816 e 1822, passando pelo Vale do Paraíba, por volta de 1819, quando visitou as Fazendas de Ubá (Vass) e Pau Grande (PA) e fez contato com os índios que estavam sendo expulsos

⁵ Não foram inseridos na listagem os Cemitérios, que a maioria das fazendas mantinha, mas, sobre os quais, não foi localizado nenhum dado. Caso contrário é para os pomares e jardins, listados em grande número de inventários e igualmente não inseridos na presente listagem.

para a região de Valença, onde foram aldeados em Conservatória. Dentre suas anotações uma é particularmente interessante, pois, premonitivamente, descrevia o curto espaço de tempo da economia nascente, resumido em um ditado repetido pelos brasileiros e então: “Pai taberneiro, filho cavaleiro, neto mendicante”⁶ (1938, p. 70).

Quando sua viagem atingiu a região de Catas Altas, Saint Hilaire descreveu a Fazenda de Itajuru.

“Dar a conhecer a fazenda de Itajurú é fornecer uma idéia geral de grande número de habitações. As casas estão dispostas à volta de um grande terreiro que tem a forma de um quadrilátero alongado. Um dos lados é formado pelas senzalas, em seguida às quais vem um engenho de açúcar cujo teto é sustentado por espeques muitos altos. Do lado oposto é o alojamento do senhor, que só tem um andar e é também sustido por espeques de madeira. Em seguida a esse edifício há um muro que separa o terreiro do jardim. Celeiros e armazéns formam um dos lados do terreiro, e, em frente, está uma parede contra a qual se apoia, do lado de fora, um alpendre em que se fazem os queijos. (SAINT HILAIRE, 1938, p. 190).

O viajante descreveu uma fazenda ao norte do estado de Minas Gerais - no caso a Fazenda de Itajuru, tomada como representante dos estabelecimentos rurais - como sendo a “idéia geral de um grande número de edificações” disposta em volta de um *quadrilátero*, em 1819.

Em 1822 na sua segunda viagem (SAINT HILAIRE, 1932) ele refez o trajeto até São Paulo e descreveu as fazendas e as hospedagens na região do Caminho Velho dos Guaianás, que percorreu entre São João del Rei e a região de Taubaté.

Segundo o viajante, a Coroa deveria “encorajar os casamentos e repartir as terras com maior equidade” (p.22). Ao se reportar à distribuição de sesmarias, destacou a situação de expulsão dos pioneiros e “pobres” sitiantes (p.25).

⁶ Célia Muniz comprova isso em Riqueza Fugaz (UFRJ, 2005)

Na região de Ponte Alta (MG), na fazenda da Cachoeira, que julgou “muito importante pelo tamanho das construções” e encontrou gados e porcos no “terreiro da casa grande”. Daí seguiu para Barbacena, depois São João del Rei e, finalmente, Rio das Mortes onde descreveu a Fazenda do Ribeirão.

“As benfeitorias desta fazenda obedecem ao mesmo sistema de todas as outras desta comarca. Um muro de pedra seca, mais ou menos da altura de um homem, rodeia em parte um pátio muito vasto, no fundo do qual ficam enfileiradas, umas ao lado das outras, as casas dos negros, as pequenas construções que servem de depósitos e locais de beneficiamento dos produtos agrícolas e a casa do dono. Esta feita de terra e madeira, é coberta de telhas, e compõe-se unicamente de um pavimento. [...] Não devo também esquecer de dizer que se entra no pátio por uma das portas a que se chama porteira, também empregada para fechamento dos pastos. (SAINT HILAIRE, 1932, p. 54).

Saint Hilaire, em 1822 constatou um “sistema” comum às fazendas da região de Rio das Mortes, atual Tiradentes. Ele descreveu novamente o *quadrilátero* ao citar que as construções circundam um “pátio muito vasto”. O fato significativo é que o desenho é, portanto, anterior à economia do café, e é dessa região mineira que vieram algumas das mais importantes famílias⁷ que colonizaram o Vale do Paraíba.

Rugendas (1802/1858) veio ao Brasil em data anterior a 1825 como desenhista da Missão Langsdorff, de quem se separaria logo no início, o resultado dessa visita foi publicado em 1835 na Europa, houve uma segunda viagem entre os anos de 1845 e 1847. É um dos mais respeitados autores de imagens da primeira metade do século XIX embora em seu texto não haja referências precisas sobre a localização de cada uma das pranchas desenhadas nas Figuras 4 e 5. São dele os mais amplos registros sobre os índios, negros e modo de vida no início do século, particularmente importantes são seus registros iconográficos de locais entre o Porto da Estrela e as Minas Gerais.

⁷ Em particular os Teixeira Leite antecidos pelo tio, Custódio Ferreira Leite (futuro Barão de Aiuruóca) que foi o grande desbravador abrindo caminhos, estradas e construindo capelas que deram início às diversas vilas (entre elas Vassouras e Barra Mansa).

Rugendas descreveu com detalhes o modo de vida dos negros em “Usos e Costumes” (p.167-205), no entanto, se abstém de relatos sobre a moradia, seja dos escravos, seja dos homens livres e alforriados e/ou de seus senhores. Seria ele o autor-viajante mais imparcial entres os comumente estudados em trabalhos que pesquisam a escravidão.

Jean Baptiste Debret (1768/1848), francês, residiu no Brasil entre os anos de 1819 e 1831. Deixou precioso registro da vida no país. Sob o título “Visita a uma Fazenda”, prancha 10 (1978, p. 205) registrou uma cena no interior da casa da fazenda. Não localiza o imóvel, apenas diz que viu uma aldeia indígena chamada “Ubá”. Não localiza no espaço a fazenda retratada, e não há como confirmar se ela se situa no Vale do Paraíba ou em outra região do Estado. Saint Hilaire visitou Ubá e citou nominalmente o local à margem do Paraíba (1938, p. 63/64).

Charles Ribeyrolles (1812/1860) foi quem visitou o vale no tempo áureo da produção do café, 1859, e descreveu algumas situações encontradas. Esteve nas Fazendas do Secretário (Vass) (Figura 6), Ubá (Vass) e Governo (PS), mas não as descreveu, pois Victor Frond, que o acompanhava, registrou em imagens. A fazenda de Ubá foi registrada como engenho de cana de açúcar, sendo uma das mais antigas da região. As fazendas do Secretário e do Governo parecem terem sido construídas no período de 1841/1850, definido por Célia Muniz (2005, p.39) como a década mais importante.



Figura 6 – Fazenda do Secretário, Vassouras, RJ.

Fonte: RIBEYROLLES, 1938, prancha 19.

II. 2. Outros autores

Romances, ficção, crônicas são outros escritos no século XIX que merecem atenção especial.

Alexandre José de Mello Moraes Filho (1844/1919) em seus escritos sobre festas da cultura popular forneceu referência para o estudo em questão. Filho de historiador, estudou no Seminário de São José do Rio de Janeiro e em 1867 passou uma temporada na Bahia. Foi poeta, orador, jornalista, médico, estudioso de literatura brasileira e de etnografia. Nacionalista, publicou “*Festas e Tradições Populares do Brasil*” pela primeira vez em 1888, revisou a obra para a publicação de 1901 com outra edição em 1999 - a editora não esclarece em qual das edições anteriores se baseou. Tratou das festas religiosas e profanas e dedicou um capítulo aos tipos populares que conheceu ou teve notícias ao longo da vida. Num texto sobre “A Festa da Moagem” (Província do Rio), descreveu toda a algazarra e atividades em uma fazenda para a colheita da cana. Citou nominalmente alguns locais, Rio Bonito, Capivari, Boa Esperança e Macacu, mas alertou que “em toda a província do Rio de Janeiro”, entre abril e maio, as fazendas entravam em alvoroço por conta da colheita da cana.

“Desde maio, porém, as enxadas e as foices dos escravos lampejavam ao sol, procedendo-se à capina geral do terreno e de suas proximidades, que abrangiam o inteiro perímetro, o quadrilátero extenso ocupado pelas construções principais e rústicas da grande propriedade.

A casa de vivenda, a do engenho, os paióis e depósitos, as senzalas extensas eram caiadas e limpas; a escravatura recebia timões de baeta azul e roupa de algodão para o gasto do ano; e, de oito a quinze dias antes da moagem, procedia-se ao corte das canas, que chegavam em carros de bois e ficavam sob os alpendres ou em depósitos especiais” (MELLO MORAIS FILHO, 1999, p. 183).

Mello Moraes Filho não só descreveu com riqueza de detalhes a forma, como também explicitou as construções e suas funções. Embora tenha situado a festa em toda a Província do Rio de Janeiro, referia-se sem dúvida alguma, à moagem da cana de

açúcar cujos engenhos são tão comuns em Quissamã. Além da expressão “quadrilátero”, aparece também o termo “terreiro” (p. 187 e 189).

José de Alencar (1829/1871), cearense que em 1851 mudou para o Rio de Janeiro. Seu romance “*O Tronco do Ipê*” foi lançado em 1871 e a trama se desenvolve em uma fazenda do Vale do Paraíba (um personagem do romance vai estudar em Vassouras). Na verdade o autor se aproveitou da paisagem rural para encenar o drama, pois aparenta não ter conhecimento da região, e nas duas primeiras páginas está resumido tudo o que tinha a dizer sobre as edificações da fazenda e sua disposição em “um vasto paralelogramo com um pátio no centro” (2005, p. 11). Taunay, o Visconde de, fez incisiva crítica ao romancista, em 1896.

“Possuía Alencar, não há contestar, enorme talento e grande força de trabalho; tinha pena dócil e elegante; mas não conhecia absolutamente a natureza brasileira que tanto pretendia reproduzir nem dela estava imbuído.

Não lhe sentia a possança e verdade. Descrevia-a de fundo do seu gabinete, lembrando-se muito mais do que lera do que daquilo que vira com os próprios olhos.” (TAUNAY, 1960, p. 166).

Por fim, outro romance escrito no século XX (1954), teve como cenário uma fazenda de café. Todas as suas edificações foram esmiuçadas até a exaustão, sob o olhar de diferentes personagens moradores do local e eventuais visitantes, motivo pelo qual foi inserido na presente historiografia. Seu autor, Cornélio Penna (1896/1958), era jornalista, advogado (sem exercer), jornalista, artista plástico e escritor diretor do Instituto de Artes da Universidade do Distrito Federal, escreveu “*A Menina Morta*” em 1954. Autor e obra foram criticados à época pelo clima misterioso, “psicológico”, recluso, intimista e sombrio.

Algumas descrições de local, feitas por personagens que compõem o romance, merecem destaque. Ora pátio ou quadrado (p.31, 120 e 134) “onde se resumia toda a vida interna da fazenda” (p. 31). Ora como um “mercado de cidade do extremo oriente ou o pátio de um grande caravanseralho” (p. 136). Ou ainda uma “vasta quadra [...] como se fosse a praça de pequena cidade sertaneja” (p. 183). E, por fim, como um pátio

com portas e janelas que “faziam lembrar a rua de alguma cidade distante do sertão” (p. 314). Em nenhum momento o autor se referiu às questões de segurança e controle inerentes às relações entre senhor e escravos como definidoras desse espaço e de suas edificações.

Cornélio definiu o conjunto das edificações como sendo a **sede** afirmando que “os negros tinham voltado mais cedo para a sede da fazenda, a fim de procederem a limpeza e conserto dos cinco grandes terreiros” (p. 413).

II. 3. Os Manuais e os periódicos

Dos diversos Manuais e Revistas direcionadas à agricultura, produzidos ao longo do século XIX no Brasil, poucos são os divulgados e conhecidos nos dias atuais. Publicações, tais como as Revistas Popular, do IHGB e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional⁸, em meio há uma variada pauta editorial, traziam artigos direcionados aos fazendeiros na busca da melhoria da produção.

As primeiras publicações, além de inúmeras informações, foram registradas por Affonso d’Escragnolle Taunay (1876/1958) em sua “*História do Café*” no Brasil, composta de 15 volumes. Affonso era filho dos Viscondes de Taunay - Alfredo d’Escragnolle Taunay e Cristina Teixeira Leite –, sendo, portanto, neto materno do Barão de Vassouras, um dos maiores capitalistas da economia do café no Vale do Paraíba Fluminense. Pelo lado paterno era neto e bisneto dos artistas e professores da Academia de Belas Artes, Felix Emílio Taunay (1795/1881) e Nicolas-Antoine Taunay (1755/1830), respectivamente. O avô paterno teve formação multidisciplinar: físico, matemático e engenheiro militar, e como tal participaria da Guerra do Paraguai. Político e, sobretudo, escritor de ficção e história, narrador prolixo e apaixonado, “*Inocência*” foi seu romance mais divulgado. O Visconde de Taunay também recebeu formação vasta e variada: engenheiro, professor, diretor do Museu do Ipiranga, biógrafo, escritor, romancista, historiador.

⁸ A casa de Joaquim José Teixeira Leite, comissário de café, irmão do Barão de Vassouras, hoje Museu Casa da Hera, tem inúmeros exemplares da Revista Popular e da Revista do IHGB comprovando a presença desses periódicos no Vale do Paraíba.

Taunay (1939) dedicou a quinta parte do volume quarto à “Agronomia do Café” em que relaciona apenas as publicações do início do século XIX. Segundo ele, a primeira e “modestíssima” publicação datava de 1813 em forma de artigos publicados no periódico O Patriota (v. 4, p. 417) de autoria de Domingos Borges de Barros, futuro Visconde da Pedra Branca. No entanto, menciona uma publicação anterior, a de Frei Velloso que, para Taunay consistia apenas em anotações traduzidas de “processos ingleses e sobretudo franceses, da cafeicultura nas Antilhas” editadas quando o café ainda não era um cultura “e sim apenas plantado em canteiros, por assim dizer” (v. 4, p. 417).

“Terminando apontava Borges de Barros aos governantes do Brasil o exemplo dos de Cuba, onde as autoridades promoviam o incremento da lavoura da rubiacea instaurando prêmios aos lavradores que apresentassem melhores productos.

No Brasil as culturas chamadas coloniais podiam ser muito mais viçosas que nas Antilhas; aqui as árvores tinham um viço que lá não possuíam. O que faltava era uma escola de aprendizagem agrícola e os concursos para o aperfeiçoamento dos productos.” (TAUNAY, 1939, v. 4, p. 426).

Citando a mesma publicação, Taunay listou alguns nomes ligados à cultura do café naquele início de século: Lascalier e Mr. Barré como agrônomos, Mr de Cossigny, Raynal, Brulley e Robredo. Deste último aconselhou a leitura do relatório (p. 418 a 427). Barros questionou os ensinamentos desses autores e, mais, colocou em dúvida uma série de ensinamentos, acreditando que muito do que se havia escrito até então não se adequava à realidade brasileira.

“Aos lavradores brasileiros aconselhava o nosso autor muito cuidado com a indução em erro que lhes podia trazer a leitura de certas obras, da aliás já então extensa bibliographia.

Convém não tentar esta tarefa sem primeiro se armar dos princípios necessários para raciocinar com os livros e não seguir às cegas o que elles dizem porque de outro modo fácil é enganar-se com perda de tempo e prejuízo de bens’.

E realmente, autores existiam da maior leviandade, publicando coisas que não traziam a sanção da experiência. O que estes proclamavam só existia em suas visões. Muito cuidado também com os ensinamentos de outros autores, cujos conselhos podiam ser profícuos para as zonas que conheciam e nefastos no Brasil.” (TAUNAY, 1939, v. 4, p. 423).

A seguir, Taunay dedicou-se à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e ao seu periódico, Auxiliar da Indústria Nacional, que considerava uma demonstração de civilização para o Brasil recém independente, com o “alargamento de seu comércio de livros, o desenvolvimento da imprensa, a aparição de agremiações cogitando do progresso sob seus diversos aspectos culturais e materiais” (v. 4, p. 429).

“Auspiciosamente começara esta série, contudo, por um trabalho de José Silvestre Rebello, no quinto fascículo do tomo V: Memória sobre a cultura do cafeeiro. Viera depois no tomo II o primeiro artigo publicado no Brasil sobre assumpto de capital importância. Bichos que destroem o café ao lado de uma tradução do Nouveu Cours d’Agriculture na parte referente a um tratado de Commercio, propriedades, usos, cultura e preparação de café.

No tomo III ocorre uma memória do Conselheiro José Caetano Gomes ‘sócio honorário da Sociedade Auxiliadora na idade de 85 anos’, circunstância que os redactores da revista assignavam prazerosamente.

Versa sobre os trabalhos em Cuba, de Reboredo, nome então prestigiadíssimo nos meios cafeicultores do Universo, divulgando methodos de plantação das árvores e preparação dos grãos.” (TAUNAY, 1939, v. 4, p. 432/433).

Sobre o trabalho de Rebello, lido em sessão de 1833, Taunay disse ser uma “longa memória interessante e valiosa pelo facto de refletir as idéias correntes acerca da cafeicultura no Brasil” e que ainda se encontrava manuscrita em 1839.

“Depois de expor o que se sabia na época sobre a botânica e a chimica do café citando a Jussieu e aos chimicos Cadet, Brande e Creu cujos nomes são bem apagados, diz Rebello que no pensar de Laborié, em S. Domingos as terras pouco elevadas, vizinhas das planícies,

produziam mal o café e muito pior, se lhes chegava o ar do mar. As terras elevadas do interior, com clima mais refrigerado, onde chovia amiudadamente, eram as que criavam melhores cafeeiros, sendo o seu producto sempre muito apreciável. A maior latitude meridional, onde a árvore vivia bem era 25°00 e os locais onde o termometro de Fahrenheit descesse abaixo de 50 serviam muito mal para a vegetação da planta.” (TAUNAY, 1939, v. 4, p. 414).

Citou ainda alguns autores, mormente nas Antilhas com Laborié, que tratavam da questão do café, o que demonstra que esses autores, embora estrangeiros, já eram conhecidos pelos brasileiros do século XIX, no entanto, Taunay não fez nenhuma referência sobre edificações em nenhum dos trabalhos por ele analisados.

Taunay registrou dois trabalhos, publicados sob os auspícios da Sociedade mas não por sua Revista: em 1836 a Pequena Memória Sobre a Cultura do Café de Padre João Joaquim Ferreira de Aguiar, e, logo a seguir, o Manual do Agricultor Brasileiro, de Carlos Augusto Taunay (v. 4, p. 433).

Os Manuais orientavam os novos fazendeiros em busca de soluções para suas atividades desde a implantação da unidade, sendo dois os mais citados o de Carlos Augusto Taunay e o de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck.

Carlos Augusto Taunay (1791/1867), francês, veio para o Brasil com os pais e irmãos acompanhando a Missão Francesa. Major do Exército francês, a derrota de Napoleão tornou desaconselhável sua permanência na França, levando-os a aceitar o convite do conde de Marialva para que viessem se estabelecer no Brasil. Adquiriram terras no maciço da Tijuca onde instalaram uma fazenda de café. Em 1822 foi nomeado Major do Exército brasileiro e lutou pela independência e pelo império. Trabalhou no Jornal do Comércio onde escreveu sobre literatura e relações internacionais, e, a partir de 1827 se dedicou à agricultura na fazenda da família. Em 1829, escreveu o Manual do Agricultor Brasileiro e, em 1833, esteve presente na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). Seu Manual, publicado em 1837, teve mais uma edição em 1839, o que se deveu, certamente, à boa aceitação da obra pelos fazendeiros.

A terceira edição (2001) foi organizada por Rafael de Bivar Marquese, que traçou uma Cronologia sobre Taunay (2001), e fez o seguinte comentário:

“... um livro que pretendia guiar os senhores de escravos na gestão de suas unidades agrícolas, mas que, ao responder a certos problemas da sociedade escravista brasileira coeva, buscava ir além do que simplesmente fornecer instruções técnicas aos proprietários rurais.”
(TAUNAY, 2001, p. 7)

Ao longo de todo o texto, Taunay fez duas ressalvas, uma para esclarecer quanto não se aprofundaria no tema, pois o transformaria em um tratado, e outra afirmando que a questão era do conhecimento de todos. Assim, são diversas as lacunas deixadas pelo autor. Nos Capítulos 1 e 4 tratou da formação e administração de uma fazenda de café. Os segundo e terceiro capítulos foram dedicados à questão da escravatura em seus diversos aspectos.

Uma das inúmeras contribuições de Taunay foi alertar os fazendeiros quanto às inovações e à necessidade seguir um projeto.

“Tomadas todas as providências que exigem a disciplina da escravatura, o arranjo da casa e dependências, tratará o agricultor de promover e melhorar a cultura. Já notamos quanto os métodos são imperfeitos e os instrumentos insuficientes e grosseiros; porém, assim nisto como no mais, o diretor deve marchar passo a passo, com suma atenção, e não querer melhorar e inovar senão a partir do maior grau de perfeição do método em uso, e depois de ser estudado a fundo a inovação que quiser fazer, e reunido todos os meios para a pôr em perfeita e completa prática.” (TAUNAY, 2001, p. 91)

Não seria possível inovar sem muito estudo e muitos experimentos, portanto o proprietário de uma unidade agrária é o senhor de todas as artes, letras e ciências.

“Legislador e magistrado com a escravatura, arquiteto para edificar as casa, engenheiro e maquinista para os diferentes serviços que pertencem as mesmas artes, naturalista para conhecer os vegetais,

deve a tantas partes unir ainda luzes da arte médica, veterinária e outras muitas, e decerto não houve exageração em dizer-se que quem desempenhasse com igual habilidade todas as várias obrigações da sua profissão seria digno de que o monarca lançasse mão dele e lhe confiasse um ministério; porém, se esta conclusão pode ser alguma vez justa, é mormente quando se aplica ao diretor de um engenho de açúcar.” (TAUNAY, 2001, p. 105)

O Manual foi escrito em 1829 e publicado em 1837 quando a cana de açúcar era a cultura mais importante do Brasil, seu senhor era a figura mais importante naquele momento e a ele reportou para descrever o mais completo empreendimento até então existente. Mais que isso Taunay considerava que não há conhecimento suficiente para fazer frente às necessidades dos fazendeiros, como visto acima, e coloca a cana no primeiro capítulo das culturas (p. 105) e o café no segundo (p.118). Dedicando o mesmo número de páginas às duas culturas.

Quanto às edificações, Taunay foi categórico quanto à necessidade de se elaborar um projeto prévio. Registrou que os edifícios anteriormente construídos poderiam atrapalhar o plano final o qual “deveria ser seguido por todos meios”.

“... até a conveniência, quando se trata de edifícios: para obter é preciso conceber de um jato o plano de estabelecimento no seu maior auge; e como no princípio é raro que o empreendedor tenha as forças de levantar tudo quanto o plano pede, deve deixar os intervalos para completar o estabelecimento, à proporção que for aumentando, e edificar desde logo conforme o desenho adotado: mas, como já observamos, raras vezes há ocasião de instalar de novo um engenho ou fazenda; e, portanto, o recurso, quando o que existe não preenche bem o fim que se procura, é emendar e corrigir pouco a pouco: e à medida que novos edifícios se forem levantando, e os antigos se reformarem, aproximar-se o mais possível da regularidade desejada.” (TAUNAY, 2001, p. 86, 87)

O autor também orientava os fazendeiros quanto ao sítio e condições ideais para a localização das edificações, “uma elevação medíocre” e, bem entendido, “que deve haver água próximo”. (p. 87).

Segundo ele, a arquitetura deveria ter “simetria e correspondência dos lados pois essa é a condição de toda beleza” (p. 86). Para tanto, os edifícios deveriam estar dispostos de forma a criar um retângulo, descrevendo a distribuição e hierarquia.

“Indicaremos, como regras gerais, que a habitação do proprietário dever ser central, que a frente deve dominar a entrada principal, e os fundos as frentes de todas as dependências, como armazéns, cavalharices, estrebarias, oficinas, senzalas, &c., que podem formar os três lados de um grande retângulo, cuja área formaria um curral para todos os usos e serviços. O gosto e o bom senso ensinam que os edifícios da mesma qualidade devem ser semelhantes e formar linhas contíguas; que a simetria e correspondência dos lados é a condição de toda beleza...” (TAUNAY, 2001, p. 86)

O autor do projeto, segundo Taunay, seria o próprio fazendeiro, pois além de senhor de todas as artes havia falta de profissionais com condições de conceber soluções para todo o programa da unidade agrária.

“... se vê ele obrigado a tirar todos os seus auxílios e luzes de si mesmo, e a ser o arquiteto de sua casa e oficinas, pois que os oficiais que poderá obter mal saberão o trabalho material da sua profissão, e nenhuma idéia terão da utilidade e coordenação relativa aos usos a que se destinam.” (TAUNAY, 2001, p. 85)

Não há qualquer menção a necessidade de se fechar o imóvel e se ter só um acesso, pelo contrário, Taunay recomendava que o controle dos negros fosse feito pelo medo, “é preciso sujeitá-los a uma rigorosa disciplina, e mostrar-lhes o castigo inevitável” (p. 55).

“O medo, e somente o medo, aliás empregado com muito sistema e arte, porque o excesso obraria contra o fim que se tem em vista”. (TAUNAY, 2001, p. 54)

Taunay não registrou, em momento algum, que a arquitetura da agroindústria seja elemento de controle da escravatura. Para ele só o elemento humano poderia impor uma disciplina e controlar a escravatura, através de uma disciplina “militar e vigilância” permanente.

“Vimos como a perpétua vigilância dos feitores e administradores ou senhores era precisa para conduzir os pretos ao trabalho, mas esta vigilância seria ilusória sem os castigos, os quais devem ser determinados com moderação, aplicados com razão, proporcionados à qualidade da culpa e conduta do delinqüente, e executados à vista de toda a escravatura, com a maior solenidade, servido assim o castigo de um para ensinar e intimidar os mais.” (TAUNAY, 2001, p. 67)

Outra obra dotada do mesmo caráter ilustrativo e de orientação, “*Memória sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro, sua Administração e épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas, etc.*”, foi publicada em 1847 por Francisco Peixoto de Lacerda Werneck⁹. O título original do trabalho permitia supor que se tratasse de uma extensa monografia com todas as informações necessárias para a fundação de uma fazenda. Mas, tal como o texto anteriormente citado, Lacerda Werneck era um “generalista”, passando apenas as informações que julgava fundamentais e ainda, como Taunay (2001), dedicou longo espaço à questão dos negros. A edição mais conhecida é aquela cujo texto está incluso em “*De Vassouras, História Fatos e Gente*”, uma compilação com notas de Greenhalgh H. Faria Braga, publicada em 1978. É nas notas do compilador que constariam as informações que seguem (BRAGA, 1978, p. 25-27).

Francisco Peixoto de Lacerda Werneck (1795/1861) descendente de portugueses e nasceu em Paty do Alferes, casou-se com a irmã dos Barões de Guaribu (Cláudio Paulo Gomes Ribeiro de Avellar) e de São Luiz e da Paraíba (João Gomes Ribeiro de

⁹ Vernek, é essa a grafia encontrada nos documentos originais. No entanto, a partir de meados do século, a família passa a grafar como Werneck.

Avellar), Maria Izabel, com quem teve 08 filhos e foi ao primogênito que o pai dedicou suas *Memórias*. Entre seus genros estavam o Dr. Francisco de Assis e Almeida e o Visconde de Arcozello, o filho caçula foi deputado provincial.

Recebeu o título de Barão do Paty do Alferes em 1853 e foi deputado provincial do Rio de Janeiro por diversas legislaturas. Membro da Guarda Nacional foi o Coronel Chefe da força policial que desbaratou o Quilombo de Santa Catarina, ou de Manoel Congo, o mais importante movimento de insurreição negra no Vale do Paraíba que atingiu as fazendas da Maravilha e Freguesia de propriedade de Manoel Francisco Xavier e reuniu quase 300 quilombolas, em novembro de 1838.

Lacerda Werneck era vizinho de Manoel Francisco Xavier, este último considerado por seus pares como um “mal senhor”, não só pela forma como tratava seus pares e, particularmente, seus escravos (SOUZA, p. 43-44). O futuro Barão do Paty do Alferes foi proprietário de diversas fazendas: Piedade, Conceição de Palmeiras, Santana das Palmeiras, Mato Grosso, Monte Alegre, Monte Líbano e Manga Larga.

Escreveu suas *Memórias*, dirigidas ao primogênito, para atender a uma necessidade doméstica, pois “apenas chegas da Europa vejo-te casado e fazendeiro, sem nenhum conhecimento da agricultura usada entre nós”. Esclarecia, em seguida que, “nada há escrito sobre a nossa agricultura”, motivo pelo qual se permitia publicar o trabalho com a esperança de que “Oxalá seja esta primeira publicação um incentivo para desafiar penas hábeis e amestradas”. Assim, ele negava conhecer o *Manual do Agricultor Brasileiro* de Taunay e/ou de outro qualquer autor e pretendia apenas orientar seu filho recém ingresso na agricultura. (WERNECK, 1978, p. 31).

Tanto para Lacerda Werneck quanto para Taunay, o aspecto mais importante para a implantação da fazenda seria a água. Para Taunay o local dever ser sadio, “regado de águas e ter comunicações fáceis” (2001, p.42), para Lacerda Werneck a falta de um sítio com boa localização de água prejudicaria a instalação da unidade agrária, pois não se “podendo levá-la aonde se quer, aí mesmo fundará a fazenda, e eis o motivo porque muitos e grandes estabelecimentos estão feitos sem aformoseamento” (p. 32).

O futuro Barão do Paty do Alferes é categórico quanto à forma, o “quadro da fazenda”, e recomenda que todas as edificações fiquem dentro dele.

“Apenas achado o lugar para sentar as máquinas que, se possível, devem ficar dentro do quadro da fazenda, tirará ou mandará tirar a planta, com designação da casa de moradia, de todas as máquinas que forem necessárias, de paióis e armazéns, de cavalariças, e senzalas para moradia dos pretos.” (WERNECK, 1978, p. 32).

A primeira providência é construir “uma casa ordinária para vossa moradia temporária e tantas quantas forem precisas para acomodar os escravos e camaradas, mas tudo isso deve ser feito de forma que não estorve o risco da fazenda.”(p. 32). Lacerda Werneck classificou as edificações e propôs em que ordem deveriam ser edificadas: primeiro os engenhos, depois as senzalas. Assim, a casa de vivenda do proprietário seria a última a ser levantada, ou melhor, o senhor residiria em uma construção provisória e daria prioridade ao desflorestamento, plantio e moradia dos negros e trabalhadores.

Mas, sobretudo, para esse agricultor, deveria existir um projeto, “um risco” a ser seguido, formando um quadro. Tal como Taunay (2001), Lacerda Werneck concluiria que o fazendeiro era o autor do risco.

Descreveu a ordem em que as edificações deveriam ser feitas e, com precisão, o modelo de senzala a ser adotado.

“Principiareis a vossa fazenda edificando primeiro uma casa ordinária para vossa moradia temporária e tantas quantas forem precisas para acomodar os escravos e camaradas; mas tudo isto deve ser feito de forma que não estorve o risco da fazenda. Findo este primeiro trabalho, tirareis o rego que deve trazer a água para tocar as fábricas e que tereis todo o cuidado que seja tirada bem nivelada para não estragar o rego. A primeira obra que se deve fazer é o engenho de serrar, que fará com que a vossa fazenda vos custe metade do que custaria se não o tivésseis. Logo deveis fazer o moinho, o engenho de mandioca, e, depois, o de pilões, ou de açúcar, se esse for o vosso estabelecimento, seguindo-se as senzalas dos pretos, que devem ser

voltadas para o nascente ou poente e em uma só linha, se for possível, com quartos de 24 palmos em quadro e uma varanda de oito de largo em todo o comprimento. Cada quarto destes deve acomodar quatro pretos solteiros e, se forem casados, marido e mulher com os filhos unicamente. As varandas nas senzalas são de muita utilidade porque o preto, na visita que faz ao seu parceiro, não molha os pés se está a chover [...] As senzalas devem ser feitas em lugar mais sadio e enxuto da fazenda: é da conservação da escravatura que depende a prosperidade do fazendeiro.” (WERNECK, 1978, p. 32).

II. 4. A Historiografia do século XX

Poucos são os autores que tratam da questão da implantação e distribuição das construções que compõem a “*sede*” da fazenda produtora de café no médio vale do rio Paraíba fluminense no século XIX. **Sede** aqui tratada como em Penna (1954, p. 413) ao afirmar que “os negros tinham voltado mais cedo para a sede da fazenda, a fim de procederem a limpeza e conserto dos cinco grandes terreiros” (p. 413). Conceito confirmado por Stein (1961, p. 26), ou seja, o local onde se reúnem as edificações necessárias para que uma fazenda possa se caracterizar como unidade agrária com fins econômicos.

Stanley Stein, brasilianista norte-americano, então professor da Universidade de Princeton, se propôs, nos anos 1960, a entender a economia e sociedade do café ao longo do século XIX no local de sua maior produção, o médio vale do rio Paraíba fluminense (Figura 1).

Ao se deparar com a área geográfica que pretendia analisar, reduziu o cenário a Vassouras, classificando-a como o mais representativo município do período. Stein é o primeiro estudioso a abordar a arquitetura rural cafeeira dentro do contexto histórico em que ela foi edificada, cunhando a expressão “*quadrilátero funcional*” para descrever a forma criada pelo conjunto das edificações que constituem a *sede* do empreendimento, sem, contudo, esclarecer o porquê da adoção do *quadrilátero* pelos fazendeiros do século XIX ao edificarem suas *sedes*. A forma definida com a expressão *quadrilátero*,

já havia sido identificada pelos autores citados ainda no século XIX, Saint Hilaire (1938, p. 190) e Mello Morais Filho (1999, p. 183)

Stein constatou que a década de 1850 foi o momento de investimentos na melhoria de equipamentos, edificações e de terreiros (p. 45).

“Apesar disso não existiam razões suficientes para se mudarem as técnicas de produção. Parecia generalizada a cega confiança numa constante prosperidade. Ferreira Soares, atento observador dos fatos econômicos, não antevia o fim daquela prosperidade. Escrevendo, em 1860, traduziu os sentimentos dos fazendeiros que haviam presenciado na última década a rápida evolução da grande lavoura cafeeira, reformando as instalações ou construindo novos prédios, dotados de objetos de luxo importados da Europa. (STEIN, 1961, p. 46)

Segundo o autor, os fazendeiros locais tinham pouca instrução o que os mantinha afastados dos Manuais, “foi assim que os métodos usados pelos primeiros lavradores de café nem sempre se apoiavam [em] experiências de resultados positivos” (p. 28), ou seja, em tentativas, em erros e acertos.

“Nessas condições as idéias vindas de fora pouco impressionavam os fazendeiros que, às vezes, mal sabiam assinar o próprio nome e não se davam ao trabalho de ler manuais que consistiam, freqüentemente, em pura teoria, quando não eram meras compilações de praxe desenvolvidas em países estrangeiros. Outros perguntavam por que razão deveriam preocupar-se com práticas agrícolas que, talvez, não se adaptassem aos solos virgens do Brasil. Não haviam, aliás, alguns fazedores de manuais prevenido alguns lavradores contra os teóricos agrícolas?”. (STEIN, 1961, p.60)

Outra informação foi dada por esse autor, ao afirmar que não constava, nos inventários pesquisados, “anteriormente a 1850”, nenhuma menção feita aos “terreiros” e considerando que tal se deu pelo fato de serem “de terra batida”, por isso sem valor para serem incluídos nos bens avaliados. A primeira menção aconteceu em 1855 quando

apareceu um “paiol no terreiro” (STEIN, p. 45, nota 20). Situação que não se confirma, na pesquisa realizada para o presente trabalho. Há pelo menos oito citações ao longo da década de 1840 nos inventários *post mortem* de Vassouras que incluem a palavra terreiro, sendo pelo menos uma com a avaliação do próprio. No inventário *post mortem* de João Barbosa dos Santos e Luiza Ignacia da Conceição em 1844 está incluso “um terreiro cercado de balaústre”, avaliado em 100\$000 (CDH, Cx. 84).

O autor afirmava ainda que a havia uma tendência maior de “uniformidade” nas unidades de uma mesma família.

“Os materiais usados na construção e nas necessidades básicas de alimentação e moradia; os métodos da agricultura, desde a plantação até beneficiamento, imprimiam todos, às fazendas de café, padrões semelhantes que os anos de prosperidade ampliaram e enfeitaram, sem, todavia, mudá-los essencialmente. Isso se evidencia na uniformidade geral das plantas das fazendas e disposição das construções, mais acentuadas nas diversas propriedades pertencentes a uma mesma família”. (STEIN, 1961, p. 48)

Citou como exemplo da “uniformidade” a varanda encontrada nas fazendas Pau Grande, São Luiz e Glória (todas “na extremidade nordeste” de Vassouras), propriedades da família Ribeiro de Avellar, que possuíam “uma varanda ampla e envidraçada, ocupando toda a frente da residência” (p. 48, nota 28).

Apenas um trabalho da década de 1970 retomou o assunto da arquitetura rural do vale do Paraíba. Nestor Goulart dos Reis Filho em sua mais divulgada e fundamental publicação traçou um *Quadro da Arquitetura do Brasil*.

Professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo, é pró-reitor de cultura e extensão universitária da mesma instituição, onde ainda leciona e trabalha no Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação; foi vice-presidente da Empresa Municipal de Urbanização de São Paulo e autor de diversos livros sobre história da arquitetura.

Na abertura do capítulo 2, e sob o título “*O neoclássico nas províncias*”, o autor faz uma síntese do pensamento sobre a arquitetura realizada no interior das províncias, em particular, na do Rio de Janeiro, de onde saíram os exemplos utilizados.

“Os edifícios das províncias constituíam cópias imperfeitas da arquitetura dos centros maiores do litoral.

Os elementos neoclássicos limitavam-se, quase sempre, aos enfeites de gesso e aos papéis decorativos importados, aplicados sobre paredes de terra, socadas por escravos.

As soluções neoclássicas eram empregadas apenas superficialmente, para atender de modo mais eficiente às condições locais.” (REIS FILHO, 1973, p. 123)

A arquitetura, mais que uma obra, era um símbolo carregado do poder central nas paredes de barro da zona rural. Apenas faltando a essa síntese relacioná-la à arquitetura urbana, como fez posteriormente.

“As casas rurais obedeciam, em parte, aos padrões da arquitetura residencial urbana mais modesta. O acabamento externo sofria do mesmo fachadismo, revelado na superficialidade dos detalhes, de sorte que os cuidados maiores eram para as partes de entrada, estando praticamente ausentes dos fundos, nas áreas de serviço. Raros eram, porém os casos de um tratamento formal mais coerente. Os casos, como a Fazenda do Secretário, no Município de Vassouras, situavam-se em localidades próximas do Rio de Janeiro, que exercia, nessas áreas, uma influência cultural mais intensa.” (REIS FILHO, 1973, p. 130)

Dora Alcântara¹⁰ identificou o “*quadrilátero fechado*” na arquitetura rural de toda a região do médio Vale do Paraíba (1980, p. 5). Para ela, e ao contrário de Stein, sede é a casa de morada do proprietário, embora compreenda que as fazendas se constituam em “núcleos rurais” (p. 4), analisa e descreve as casas senhoriais como sendo a sede e o afirma de forma inequívoca ao tratar do terreiro de café. Segundo ela, “são os pátios de café [...] cercados pela sede, pelas senzalas, tulhas, engenhos e demais

dependências de serviço” os elementos mais característicos das fazendas (p. 5), sendo em torno desses pátios que se distribuiriam as edificações e, entre elas, a *sede*.

Alcântara concordava com Stein ao identificar uma implantação em quadrilátero, adotando inclusive a mesma nomenclatura. No entanto, apresentava um motivo, um argumento, para a adoção dessa forma pelos fazendeiros do café: o controle dos escravos, ao afirmar que a forma seria definida pelo modelo de produção escravocrata (p. 5). Stein, no capítulo VI, tratou detidamente da questão *O Fazendeiro e o Escravo*, e, de todos os aspectos que analisou, a arquitetura, ou a distribuição espacial, não aparecia como elemento ordenador dessa relação restringindo o assunto a “alojamentos trancados”.

Alcântara foi além: ao tratar da arquitetura dessas casas rurais questionou suas origens e estabeleceu, tal como Reis Filho, elos com as residências urbanas.

“... talvez devido à influência urbana sobre as construções rurais é muito freqüente a planta em L que correspondia, nas cidades, a uma disposição imposta pelos lotes alongados, com pequena testada, onde as casas, geminadas, acompanhavam a profundidade do terreno, apenas em uma faixa, prolongamento do corpo principal” (ALCÂNTARA, 1985, p. 4)

Nisso concordava com Penna (1954), em suas referências ao terreiro o autor, através de diversos personagens, vê conotações urbanas na *sede* da fazenda, seja como mercado (p. 136), praça de pequena cidade (p. 183) ou rua de um distante sertão (p.314).

Todos os autores subsequentes basearam-se, de alguma forma, na observação desses dois estudiosos, Stein e Alcântara, citando-os ou não. Mas nenhum deles avaliou as construções como um conjunto e a casa de vivenda (residência do proprietário denominada de casa grande pela a maioria) era vista como a *arquitetura* das fazendas do café, principalmente no que diz respeito aos arquitetos.

¹⁰ Curiosamente, a autora nesse artigo assina como Dora Monteiro, no entanto, é mormente identificada pelo seu nome de casada: Dora Alcântara.

O primeiro trabalho subsequente é a monografia da autora da presente dissertação, publicada na Revista Gávea nº 1 (PUC – RJ, 1984), na qual são consagradas as pesquisas realizadas por Dora Alcântara na Faculdade de Arquitetura de Barra do Piraí. Na visão da implantação das sedes corrobora Dora Alcântara e Stanley Stein.

As notas de Alcides da Rocha Miranda e Jorge Czajkowski (1986), no trabalho publicado em 1986, são a primeira publicação de vulto depois de Alcântara. Trata-se de excelente trabalho organizado por Fernando Tasso Fragoso Pires para atender a necessidade de divulgação à já nascente indústria do turismo, que se iniciava a partir da valorização dessas fazendas como patrimônio cultural. As notas analisam a arquitetura das casas de vivenda, mas, não há uma referência quanto a implantação. Ao longo do trabalho há várias imagens com seus terreiros em torno dos quais estão as edificações, citados inclusive nas legendas das fotografias

Um pouco mais adiante as arqueólogas Tânia Lima e Marta Fonseca (1993) desenvolveram um trabalho de pesquisa na Fazenda São Fernando (Vassouras). Para as prospecções arqueológicas que realizam no sítio, orientaram-se por Stein e concordaram com Alcântara quanto à forma ter sido ditada pela necessidade de controle imposto pelo sistema escravocrata. São até mais enfáticas ao afirmarem que “era resultante de um rígido sistema de controle e fiscalização, onde todo o processo produtivo devia ficar sob as vistas do senhor” (p. 182). Mas, tal como em Alcântara, não explicitaram em quais argumentos se fundamentaram para estabelecer ou identificar no que o “sistema” se apropriou ou elaborou exigindo a forma adotada.

Em sua dissertação de mestrado, a arquiteta Ana Lúcia Vieira dos Santos, em 2000, analisou e estudou as habitações escravas, fazendo uma comparação entre o habitar nas senzalas do Vale do Paraíba e o habitar na África e se permitindo incursões a respeito da sede da fazenda, concordando com o conceito de Stein. Nessas observações cita Saint Hilaire, que descreve a Fazenda de Itajuru (MG) quanto à “disposição dos edifícios em torno de um pátio quadrangular”, afirmando ele que elas estavam “em torno de um pátio pode ser muito mais antigo remontando a costumes indígenas” (SANTOS, p. 47). Sem, contudo, levar em conta a cosmologia que organiza

os espaços indígenas e/ou das aldeias africanas. Assim como não situou Saint Hilaire no início do século XIX quando inúmeros aldeamentos indígenas já adotavam espaços distribuídos em torno de pátios (praças), fossem portugueses ou jesuítas. Poderia ela ter avaliado comparativamente, por exemplo, o Aldeamento de Conservatória (Valença, RJ) com o de São Fidélis (MONTEIRO DE BARROS, 1995), no norte fluminense, pois ambos se constituíam em torno de uma praça central e foram concebidos ainda nos tempos da Colônia e, portanto, antecessores à economia do café.

O *Projeto Memória de Quissamã* (1987) realizado pela 6ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (6ªSR/IPHAN), reuniu diversos artigos sobre o patrimônio cultural do recém criado município do litoral ao norte fluminense, mais especificamente, os antigos engenhos de cana. O texto sobre arquitetura (p. 47 a 63) ficaria a cargo do arquiteto Eurico Antônio Calvente que concentrou a análise na casa de vivenda de cada uma das fazendas inventariadas. As fichas do Inventário Arquitetônico de Quissamã (p. 64 a 104), que se seguem ao texto, trazem dois itens importantes: *Situação e Ambiência* e o desenho das plantas de situação. As fazendas do norte fluminense se dedicam ao cultivo da cana de açúcar, algumas construídas no século XIX, outras no XX e apenas uma é do século XVIII. Das doze unidades inventariadas, seis são do século XIX e apresentam as respectivas descrições e/ou as plantas de situação e permitem identificar uma distribuição similar à do Vale do Paraíba Fluminense, ou seja, as construções se situam em torno de um pátio.

É no texto seguinte do *Projeto de Quissamã*, sob o título de *Habitação*, que a arquiteta e antropóloga Dinah Guimarães avaliou as senzalas, analisando a cosmologia das edificações destinadas aos negros na região estudada em comparação com a África. A autora esclareceu, com bastante propriedade, as diferenças entre a cosmologia de uma e outra cultura além da política escravista que isolou as etnias oriundas da África exatamente para tentar impedir a concentração de grupos de uma mesma etnia, com o intuito de impedir que “os costumes tribais africanos permanecessem vivos em nosso país” (p. 120). Se aceita essa teoria, a comparação realizada por Santos (2000) ficaria invalidada já que essa política foi implementada em todo o Brasil. Mais ainda, a antropóloga é de opinião que a questão da “desestruturação do sistema tribal africano, infligido aos negros pela escravidão refletiu-se igualmente nas moradias a eles impostas” (p. 121) e descreveu as senzalas de Quissamã que seguem o mesmo modelo

adotado no médio vale do rio Paraíba pelos fazendeiros de café. Ao afirmar que a “desestruturação” se refletiu também nas “moradias” a autora permite concluir que o modelo adotado em Quissamã é diverso do que se praticava na África.

Célia Muniz, mestre e doutora, é, sem dúvida alguma, a maior autoridade sobre o assunto: processo histórico e ocupação do médio vale do Paraíba. Infelizmente seu falecimento recente (2005) deixa um hiato significativo na memória regional, particularmente pelas discussões e pela não publicação de seus trabalhos mais significativos. Discípula de Maria Yeda Linhares¹¹, Muniz discutiria com profundidade a propriedade rural do café, seja na dissertação de mestrado *Os Donos da Terra* (UFF 1977), seja na tese do doutorado, quando comprovou a *Riqueza Fugaz* aqui produzida (IFSC/UFRJ, 2005).

Estabeleceu as fronteiras dessa economia no médio vale do Paraíba fluminense e concordou com Stein quanto ao que é a *sede* de uma fazenda. Traçou esses parâmetros na dissertação, identificando que mesmo que “um fazendeiro possuísse várias fazendas, cada uma delas constituía uma unidade produtiva completa” (1979, p. 139/140). Esclareceu o que é uma unidade produtiva completa com “os escravos, máquinas, terreiros, tulhas, casa de vivenda, senzalas, etc., cada uma delas poderia garantir uma hipoteca, podendo assim o senhor conseguir várias”.

A posse da terra e a análise da economia do café é mais bem explorada em sua tese para o IFCS/UFRJ, identificando a época em que a economia passou a permitir melhorias nas edificações.

“Na década de 40, sabendo que o tráfico de escravos logo seria proibido, os fazendeiros que possuíam dinheiro compraram muitos escravos e plantaram muitos pés de café, instalaram as benfeitorias como moinho de pilões, tulhas assoalhadas, terreiros calçados de pedras para permitir uma secagem melhor e um café de mais valor. Em 1850 construíram ricas casas, tanto nas fazendas como na cidade e passaram a importar objetos de luxo” (MUNIZ, 2005, p. 39).

Em um trabalho recentemente publicado nos Anais do Museu Paulista (2005), o professor do Departamento de História – FFLCH/USP, Rafael de Bivar Marquese traz contribuição preciosa. Ao estudar e analisar a moradia escrava do século XIX, fez o recorte temporal entre os anos de 1830 e 1860. Aí o autor analisou o que ele denominou de “o barracão de pátio do cinturão açucareiro cubano [...] e a senzala em quadra do Vale do Paraíba” (MARQUESE, 2005, p. 167-168). Para fazer a análise o autor constatou duas vertentes de análise adotadas até então. Entre a primeira que se concentra na arquitetura, e a segunda nos usos e apropriações dos espaços construídos, optou pela primeira. Baseado, fundamentalmente em Slenes (1999), que classifica as moradias em três modelos de senzala: Pavilhão, Barracão e Cabana sendo que cada um desses modelos tem características próprias e particulares:

“... as senzalas ‘pavilhão’, edifício único com pequenos recintos ou cubículos separados para os escravos solteiros e casados, as senzalas ‘barracão’, onde viveriam os escravos e escravas solteiras em grandes recintos separados, e as senzalas ‘cabana’, onde viveriam os escravos casados ou solteiros de um mesmo sexo”. (MARQUESE, 2005, p. 167).

Analisando Slenes, Marquese conclui que as origens dos imóveis denominados de senzala se encontram na África, mais especificamente na zona congo – angolana. E constatou que Slenes não percebeu a “*novidade*” encontrada “*em algumas das grandes fazendas do Vale do Paraíba*”.

“Refiro-me ao que a documentação coeva registra como senzala em quadra, isto é, edifícios contínuos erigidos em formato retangular e subdivididos em compartimentos ou cubículos, todos voltados para um terreiro ou pátio com entrada única guardada por um portão de ferro.” (MARQUESE, 2005, p. 167).

Marquese passou a discutir um modelo de senzala que, segundo ele, tem parentesco direto com a experiência cubana da arquitetura do açúcar adotada no mesmo período que lá se denominava *barracon*. Para comprovar sua assertiva, analisou os

¹¹ Professora emérita da UFRJ, historiadora e pesquisadora com ampla experiência, tanto no Brasil quanto no exterior, Secretária de Educação do Estado do Rio de Janeiro, autora de diversos trabalhos.

manuais agrícolas editados no final do século XVIII e início do XIX, com destaque aos autores caribenhos Laborie (1798) e Guisan (1825). Entre outros manuais, incluiu o do brasileiro e fazendeiro no Vale do Paraíba Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, em suas *Memórias sobre a fundação de uma fazenda*, publicado em 1847. Marquese encontrou identidades e filiações nos dois projetos, o de Cuba e o do Vale do Paraíba no Brasil, e ainda, interligou-os ao projeto dos locais “onde os cativos eram confinados antes do embarque nos navios negreiros” na costa africana (p. 181).

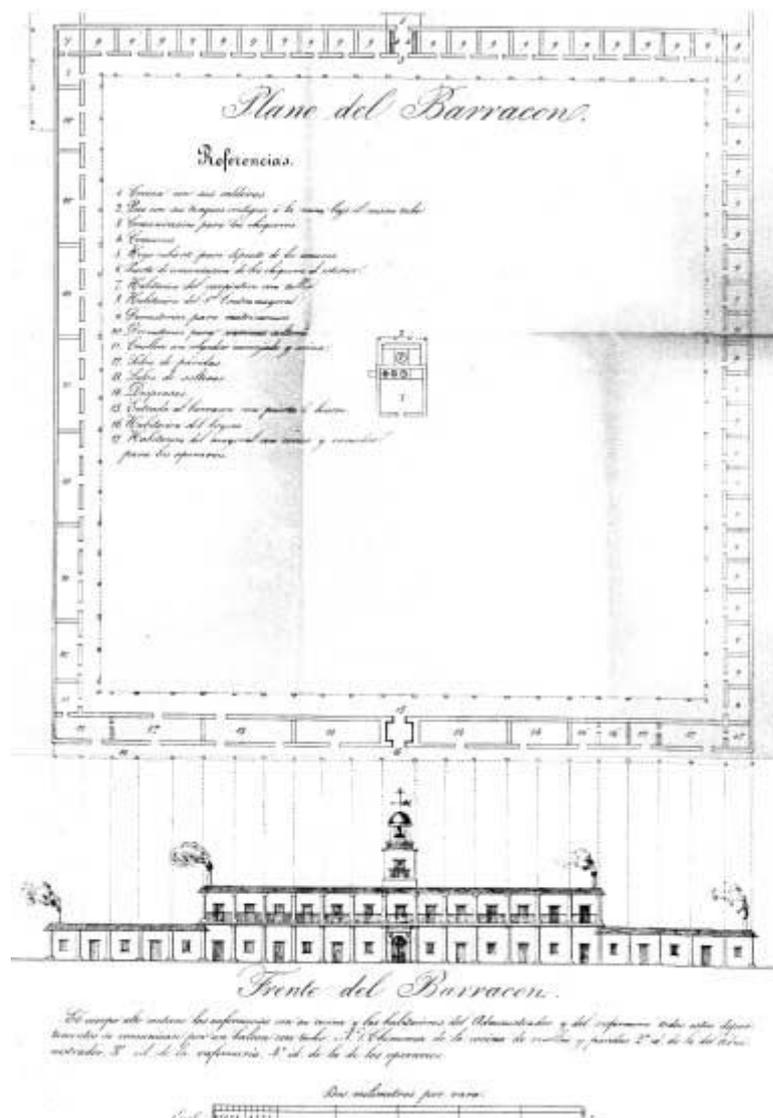


Figura 7 – Plano de um barracón cubano (CARTILLA, 1862).
 Acervo da Fundación Antonio Núñez Jiménez de la Naturaleza y el Hombre, Havana.
 Fonte: MARQUESE, 2005, figura 6.

A expressão *quadrilátero* foi também adotada por Marquese para descrever a forma adotada nos casos que analisa. Estabeleceu o ano de 1840 como o início desse novo modelo (Figura 7), tanto em Cuba quanto no Brasil e afirmou que “recorreram a um modelo arquitetônico bastante difundido nas áreas litorâneas da África em que operavam seus traficantes” (p. 168) desde o século XVI (p. 184).

Concorda com Alcântara e Lima ao estabelecer que a forma adotada tem fins restritos de controle e vigilância, pela relação entre brancos e negros, senhores e cativos, baseando-se nos autores dos manuais (p. 170, 173 e 175) e enfatizando a presença de um só portão (p. 167) como um dos argumentos para essa teoria de uma militarização da morada escrava (p. 185) em Cuba. Discorda de Slenes ao estabelecer que não havia autonomia escrava em sua construção (p. 168). Citou os manuais para identificar intercessões com as fortificações européias e com as casas portuguesas do norte, mas conclui a favor de um projeto próprio para o século XIX baseado no “modelo do barracão africano” (p. 185). Concluiu afirmando que “somente fazendas com mais de cem escravos – que não eram a regra, mas sim a exceção – o fizeram” (p.185), ou seja, o *quadrilátero* só teria sido adotado nas raras unidades agrárias de grande porte.

Em número subsequente dos Anais do Museu Paulista, Marquese ampliou a discussão, muito embora, com o título de *Revisitando casas-grandes e senzalas*, o autor não vai rever o texto anterior.

O estudo se refere às unidades agrárias situadas no Vale do Paraíba cafeeiro, no “cinturão açucareiro” de Cuba e no “cinturão algodoeiro” dos Estados Unidos, afirmando que “todas elas [foram] construídas na primeira metade do século XIX”, todas utilizavam mão de obra escrava (p. 14). A seguir uma ressalva, em que afirmar que as unidades agrárias analisadas eram exceções, e não a regra, por serem fazendas de grandes dimensões (p. 14), até porque “importa ressaltar o surgimento de unidades rurais escravistas com plantas inéditas, que guardavam uma relação direta com os quadros políticos que foram erigidos em cada uma dessas regiões” (p.14).

Quanto ao título, esclareceu Marquese que se trata de um revisitar os conceitos atribuídos por Gilberto Freire em seu clássico *Casa Grande e Senzala*, já que seu objetivo era debater as “relações históricas entre casas-grandes e senzalas na paisagem

americana” (p. 15), tomando como base o exame do “peso respectivo que a função e a representação arquitetônicas tiveram na conformação desses espaços” (p.14). E, nesse sentido, sentia a falta de trabalhos sobre arquitetura com outras abordagens além da programática.

“Há um bom tempo os historiadores da arquitetura no Brasil, trabalham com a categoria ‘programa de necessidades’ para entender de que modo os espaços construídos são determinados pelos usos funcionais a que se destinam (COSTA, 1941; LEMOS, 1999). Trata-se, sem dúvida, de uma ferramenta bastante útil para compreender as articulações entre os processos produtivos do algodão, do açúcar e do café e a implantação dos edifícios que compunham as fazendas e engenhos do sul dos Estados Unidos, de Cuba e do Brasil. Útil porém insuficientes. Noutros termos, essas unidades rurais escravistas foram erigidas articulando de modo estreito as preocupações funcionais com os efeitos simbólicos que pretendiam produzir nos diversos grupos sociais nelas envolvidos – senhores, trabalhadores livres, escravos e comunidade externa à plantation. Para demonstrá-lo, é preciso antes de tudo examinar as demandas criadas pelos processos produtivos desses artigos sobre a implantação das fazendas e engenhos.” (MARQUESE, 2006, p. 15).

Reconheceu, citando Carrilho e Werneck, o terreiro como elemento gerador do conjunto arquitetônico cafeeiro (p. 23). Identificaria que não houve “revisão radical da implantação arquitetônica, tal como ocorreria com a produção açucareira”, ao se referir aos melhoramentos advindos com a riqueza acumulada na segunda metade do século XIX.

Os exemplares da arquitetura rural do Vale do Paraíba que eleger para a análise proposta foram as Fazendas Boa Vista (Bananal, SP), Retiro (“atual Bemposta”, Paraíba do Sul, RJ) e Flores do Paraíso (Rio das Flores, RJ). Citou Palladio para definir a forma adotada “na Fazenda de Boa Vista a casa de vivenda – monumental, diga-se de passagem – não só ocupa o eixo central do terreiro como o partido arquitetônico obedece claramente ao modelo em U proposto por Palladio” (p. 25).

“Para entender essas diferenças, é necessário recorrer a uma chave interpretativa que não se limite à mera explicação funcional. Em outras palavras, atentar para os elementos de representação mobilizados na ordenação dos espaços de produzir e de morar dessas plantations pode ajudar a compreendê-las devidamente. No que se segue, apresento em poucas páginas um esquema geral de interpretações dessas relações em grandes fazendas e engenhos do sul dos Estados Unidos, de Cuba e do Brasil, que se apropriaram de elementos particulares da tradição do palladianismo e do vocabulário estilístico do neoclássico, reconfigurando-os conforme os condicionamentos locais, isto é, de acordo com as sociedades escravistas e os quadros políticos a que pertenciam.” (MARQUESE, 2006, p. 28).

Ao descrever a Fazenda Retiro, reafirmou o isolamento dos escravos como um “típico padrão valeparaibano de senzala” que “se comunicam apenas com o terreiro, pela inexistência de janelas, pelos muros altos e pela entrada única fechada com um portão” (p. 42). Afirmou que a Fazenda Paraíso das Flores estaria concluída dez anos depois de adquirida (1843) (p. 44). Novamente, encontraria influências clássicas no “partido palladiano em U – preenchido pelos dois terreiros de café – era obtido por meio dos edifícios voltados ao processo produtivo e à morada dos trabalhadores” (p. 45).

Concordou com Reis Filho quanto à carga de representatividade do poder central – a Corte Imperial – existentes nessas unidades agrárias (p. 51). E informou que as Capelas são “desapercebidas aos especialistas” e que elas constituíram um importante local de exercício do poder, “invariavelmente inscritas no corpo da casa de vivenda e sempre voltadas para o lado da senzala” (p. 51). Além da hierarquia advinda do acesso pelo segundo piso exclusivo aos brancos e pelo térreo para os negros, nelas se realizariam os batizados e casamentos de seus próprios escravos, como dos de seus vizinhos, sendo uma das expressões da “rede de clientelismo que cortavam de cima para baixo a sociedade escravista do Vale do Paraíba, como também funcionavam como vetores na criação de novas relações sociais” (p. 51-53).

Por fim, nos mesmos Anais do Museu Paulista, segue um texto de Carrilho, arquiteto do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, professor da Universidade Presbiteriana Mackensie (SP) e doutor pela Universidade de São Paulo.

Carrilho fez uma análise das *Fazendas de Café Oitocentista*, na região do Vale do Paraíba paulista, a partir da leitura da bibliografia produzida no século XIX e de inventários *post mortem* existentes no Condephat¹². As conclusões atinadas pelo autor seguem no mesmo sentido proposto na presente dissertação.

“O conjunto formado pelos vários edifícios que constituem a sede de uma fazenda de café organiza-se, quase invariavelmente, em quadra. Podem variar os esquemas de organização ou pode o conjunto ser constituído de mais de um quadro; enfim, o que define a forma característica de sua organização é a possibilidade de resumir as instalações a essa figura recorrente. À forma inicial podem agregar-se apêndices; novos terreiros podem surgir fora do perímetro original e, em torno deles, novas edificações virem a se acomodar. De um modo ou de outro, tudo se organiza em torno da quadra ou dos quadros. Pode mesmo ocorrer que os quadros não sejam inteiramente fechados ou tenham, como muitas vezes acontece, um dos lados completados por um muro ou ainda pelo jardim. O que importa é que a forma final resultante é o quadro.” (CARRILHO, 2006, p. 72).

Para o autor a “forma recorrente” ocorreu porque “tais arranjos são feitos, em geral, à volta do terreiro” e diversos fatores contribuíram para a irregularidade da forma, entre eles a topografia e a presença da água (p. 72). Nisso concordando com Werneck, que alegava que muitas fazendas ficaram sem “aformoseamento” pois teriam que se instalar em locais poucos apropriados, mas como única alternativa pela presença da água (1978, p. 32).

Carrilho fez uma distinção entre “duas formas de sistemáticas de organização” das senzalas: aquelas dispostas em linha e outras em quadra (p. 70). Para tal baseou-se nas descrições dos inventários, não levando em conta que em alguns casos, sendo menor

¹² Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CARRILHO, 2006, p. 67, nota 34).

o número de cômodos destinados à moradia dos negros, esses poderiam caber em uma só linha “quadro”. Ou, ao contrário, senzalas maiores exigiam a ocupação de, pelo menos, de dois lados do “quadro”, formando um “L” ou até mesmo um “U”.

Alertou quanto “a existência de mais de um terreiro” (p. 67) e, quanto às senzalas, constatou que “limitadas ao mínimo necessário, à sobrevivência e reprodução da força de trabalho, resultam em instalações precárias, que dificilmente teriam condições de resistir ao tempo” (70). Ora, se essas construções eram precárias como poderiam, *per si*, ser locais de confinamento, como proposto por outros autores?

“Sendo assim, as fazendas do Vale do Paraíba combinaram alguns elementos presentes nas grandes plantations do sul dos Estados Unidos – como as casas de vivenda monumentais que se destacavam no conjunto das edificações – com outros dos engenhos mecanizados cubanos – como os enormes barracões destinados ao confinamento rigoroso da escravaria. E, destoando de ambos, avizinham de modo estreito casa-grande e senzala”. (MARQUESE, 2006, p. 48).

Carrilho constatou que as capelas “dificilmente aparece nos inventários, a não ser na forma de oratórios” (p. 69).

“A associação a outras edificações é casual [...] Não há regra e não há sistemática, sendo arriscado estabelecer, a partir dos inventários, vínculos funcionais ou seqüência lógica de distribuição das instalações relacionadas com o terreiro”. (CARRILHO, 2006, p. 67).

Com essa ressalva, Carrilho estabeleceu algumas relações, entre elas a de que nem todas as construções estariam no ‘quadro’ (p. 68), de que era “usual” haver mais de um terreiro (p. 67), de que poderia haver mais de uma cozinha (p. 71), de que a vivenda poderia ou não estar no eixo da composição, mas sempre em local de destaque (p.73).

Por fim constatou que a organização dos terreiros pode variar.

“A organização fechada em torno do terreiro, por sua vez, não se afigura como regra única, tanto pela presença de mais de um terreiro,

como referência de sua localização. Os limites dos terreiros são vinculados, com muita insistência, aos ‘paredões de pedra’; aos ‘muros que cercão o terreiro’ (fazenda Formoso); às ‘oitenta braças de taipa larga e alta que serca o terreiro de dentro’ (fazenda Sabastopol); ou à ‘cerca do terreiro [...] de arame farpado [...]’ (fazenda Glória dos Campos). A constatação permite inferir que nem todas as instalações estão contidas no ‘quadro’ da fazenda; e que tampouco os terreiros são envolvidos inteiramente pelo conjunto das edificações”. (CARRILHO, 2006, p. 68).

Em outras palavras, Carrilho constatou a existência de *quadriláteros abertos ou fechados*.

III - AS FAZENDAS

De forma geral, os levantamentos realizados pela Faculdade de Arquitetura de Barra do Piraí (FABP) corroboram a idéia de que existia um desenho seguido pela maioria absoluta das unidades agrárias do século XIX. Perceptível de imediato ou não, há um quadrilátero em torno do qual as edificações se distribuem.

Compreende-se aqui a expressão quadrilátero como aquela aplicável a qualquer forma de quatro lados, portanto, estão incluídos aí os quadrados, retângulos e paralelogramos, regulares ou irregulares.

No inventário de 55 unidades agrárias levantadas pela FABP (Quadro 2), 24 não traz em qualquer informação que permita conhecer a implantação original das edificações, tendo se concentrado especificamente no registro da casa principal.

Quadro 2 – Listagem das unidades agrária - identificação do *quadrilátero*.

Nº	Fazenda	Município	Situação	Ano
1	Aliança	BP	SIM	1988
2	Alpes	BP	SIM	197?
3	Aterrado	BP		1971/1990
4	Bela Aliança	Pi	SIM	197?
5	Boa União	BP		197?
6	Boa Vista	BP		1990
7	Bocaina	BM		1976

8	Bom Retiro	BP	SIM	1991
9	Cachoeira	BM	SIM	1988
10	Canto Alegre	BP	SIM	1991
11	Castelo	Re		1988
12	Chacrinha	Val		1985
13	Chalet	BM	SIM	1988
14	Confiança	BP	SIM	1990
15	Duas Barras	BP	SIM	197?
16	Espuma	BP		1991
17	Feliz Remanso	BP	SIM	1972/1985
18	Floresta	BP		1990
19	Forquilha	RF	SIM	1976
20	Guaribu	Vass		1976
21	Horizonte	Vass	SIM	1976
22	Juréia	BP	SIM	197?
23	Monte Alegre	Vass (PA)		S/d
24	Monte Alegre	BP (Dorândia)	SIM	1990
25	Monte Alegre a	BP	SIM	1991
26	Monte Alto	BP	SIM	1973
27	Pau Grande	Vass		S/d
28	Pocinho	Vass	SIM	1973
29	Ponte Alta	BP	SIM	1990/1991
30	Recreio	BP (Ipiabas)		1975
31	Recreio	Pi	SIM	1972
32	Ribeirão	RF	SIM	1976
33	Rio Novo	PS		1988
34	Santa Justa	RF	SIM	1971
35	Santa Luiza	RF		197?
36	Santa Maria (Arvoredo)	BP	SIM	1974
37	Santa Maria	BP (Turvo)	SIM	1991
38	Santa Maria (Botafogo)	BP		1991
39	Santa Rosa	Val		S/d
40	Santa Rosa das Flores	RF		S/d
41	Santana	BP	SIM	1971
42	Santo Antônio do Paiol	Val	SIM	197?
43	São João da Prosperidade	BP		1971/1990
44	São João do Bom Jardim	BP		1990
45	São José da União	BP	SIM	1973/1990
46	São José do Pinheiro	Pi (Pn)		1991
47	São Fidelis	RF	SIM	1988
48	São Luiz	BP	SIM	1971
49	São Luiz da Boa Sorte	Vass		1976
50	São Sebastião	BP		1974
51	Secretário	Vass	SIM	1976
52	Taquara	BP		1974
53	Três Ilhas	RF	SIM	S/d
54	Três Saltos	Pi		S/d
55	Ubá	Vass	SIM	1976

Fonte: NDH/CAU-VR/UGB

São 31 unidades inventariadas com informações sobre implantação e/ou distribuição dos imóveis. Em 21 dessas há dados conclusivos sobre a presença do *quadrilátero*, e nas dez restantes é possível supor que tenha havido essa mesma opção. Pesquisas complementares comprovam que outras unidades agro-industriais do Vale do Paraíba se utilizam do mesmo desenho na distribuição das edificações.

A maior incidência de levantamentos em Barra do Piraí se deve a duas razões: primeiro porque aí se situava a Faculdade de Arquitetura, e, segundo, por ser esse município formado por terras emancipadas de Valença, Vassouras e Piraí.

Como visto no Capítulo I (Histórico, p. 13), são diversas as edificações que compõem a sede (STEIN, 1961), e em nenhuma das unidades inventariadas pela FABP aparecem todas elas, até porque a distância temporal e a realidade dessas fazendas em muito se modificaram a partir da decadência da agricultura do café. Se essa premissa já existia em 1971, ano do início dos levantamentos, hoje é muito mais acentuada. E, em alguns casos, não existe mais sequer a unidade pesquisada, como, por exemplo, Guaribu (Vass), São Luiz e São Sebastião (BP). Em outros casos já não existem mais algumas das edificações identificadas na data do levantamento como em Secretário (Vass).

O que constitui um dado comum a todas as unidades é a presença do terreiro, isto é, um pátio central em torno do qual se distribuem as edificações, fazendo do terreno um elemento ordenador da implantação (CARRILHO, 2006, p. 76).

O terreiro é local fundamental para o processamento do café, é nele que se estende a fruta madura para secar. Após a colheita, o café trazido para o terreiro é espalhado sobre o piso e com grandes rodos de madeira, é feita a rolagem dos grãos, para que a secagem atinja todas as faces. Ao cair da tarde, o café é recolhido em monturos e coberto com material impermeável para evitar absorção da umidade noturna. Em algumas unidades há outras formas de beneficiamento do café, que não são o foco das questões no presente estudo.

É no terreiro que os negros são reunidos para contagem, ordens e distribuição de tarefas, mas, por outro lado, é aí que se realizam as atividades cotidianas, os encontros e desencontros diários, é aí que ocorrem as festas desde as menores até os grandes eventos (casamentos, aniversários).

A dimensão do terreiro está intimamente ligada à capacidade de produção da fruta na unidade agrária. Uma expectativa, estipulada previamente vai determinar a área a ser destinada ao terreiro, que tem que ser necessariamente plana para atender sua função. No caso das áreas de maior dimensão, o terreiro pode estar dividido em tabuleiros, nome utilizado para especificar cada um dos canteiros que o compõem. Os tabuleiros podem estar em níveis diferentes, situação comum para vencer depressões no terreno.

Nas unidades de menor porte, a presença da casa de vivenda, senzala e áreas de serviços (tulhas e depósitos) são as edificações mínimas encontradas.

No entanto, não importa o tamanho da unidade, se pequena e com pouca produção, ou se grande, as construções estão disposta ao redor de um terreiro. A Fazenda do Recreio (Pi) é, sem dúvida alguma, a menor unidade inventariada. Reúne em um só bloco todas as edificações necessárias para suas atividades. Em contraposição, a Fazenda do Secretário, que é uma das maiores unidade do Vale do Paraíba, dispõe ao redor de dois tabuleiros a casa de vivenda, tulhas, engenho, senzala e a casa do administrador.

O desenho apresentado – que pode apresentar erro na transcrição da escala gráfica - nas figuras a partir desse trecho tem a seguinte legenda:

Amarelo escuro		– Casa de Vivenda
Cinza escuro		– Edificações em geral
Cinza claro		– Terreiro
Azul escuro		– Córrego, aqueduto ou condutores de água
Azul claro		– Áreas demolidas, estimadas
Branco		– Construções novas ou irrelevantes

Na diminuta Fazenda do Recreio (Figuras 8 e 47) a casa de vivenda tem a forma de L, ficando na parte anterior a moradia e na lateral, à esquerda, a área da cozinha e as duas despensas, por fim um depósito. Um cômodo na sala de entrada é reservado ao oratório. Logo a seguir, na parte posterior, cinco cômodos formam a senzala, sendo dois nos cantos do quadrilátero e três voltados para o terreiro, agenciados por varanda. Por



fim, na última face, três cômodos formam as tulhas. Na área externa e contígua, um depósito e uma farmácia.

Figura 8 – Fazenda do Recreio (Pi). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

Apesar das pequenas dimensões, a Fazenda do Recreio segue, rigorosamente, o desenho do quadrilátero. Trata-se do único caso identificado de mais de um terreiro, conforme constatado por Carrilho (2006, p. 68) na região de São Paulo. Tem um terreiro na área externa, no entanto, esse não apresenta nenhuma edificação em suas bordas. Além disso há um alambique e um pequena Capela, igualmente localizados fora do conjunto, ou seja, fora da sede.

A Fazenda do Secretário (Figuras 6. 9 e 49) é uma das cinco fazendas de propriedade do Barão de Campo Belo, listado entre os maiores cafeicultores do Vale. (MUNIZ, 1979, p. 135). Sobre a sede das demais fazendas do Barão não se tem notícias, muito embora o casamento de uma de suas filhas¹³ tenha ocorrido “no oratório” da Fazenda de São Gonçalo, uma de suas propriedades.

¹³ Certidão de Casamento de Ana Esméria de Pontes França com Joaquim José Teixeira Leite, 1843. Arquivo do Museu Casa da Hera.

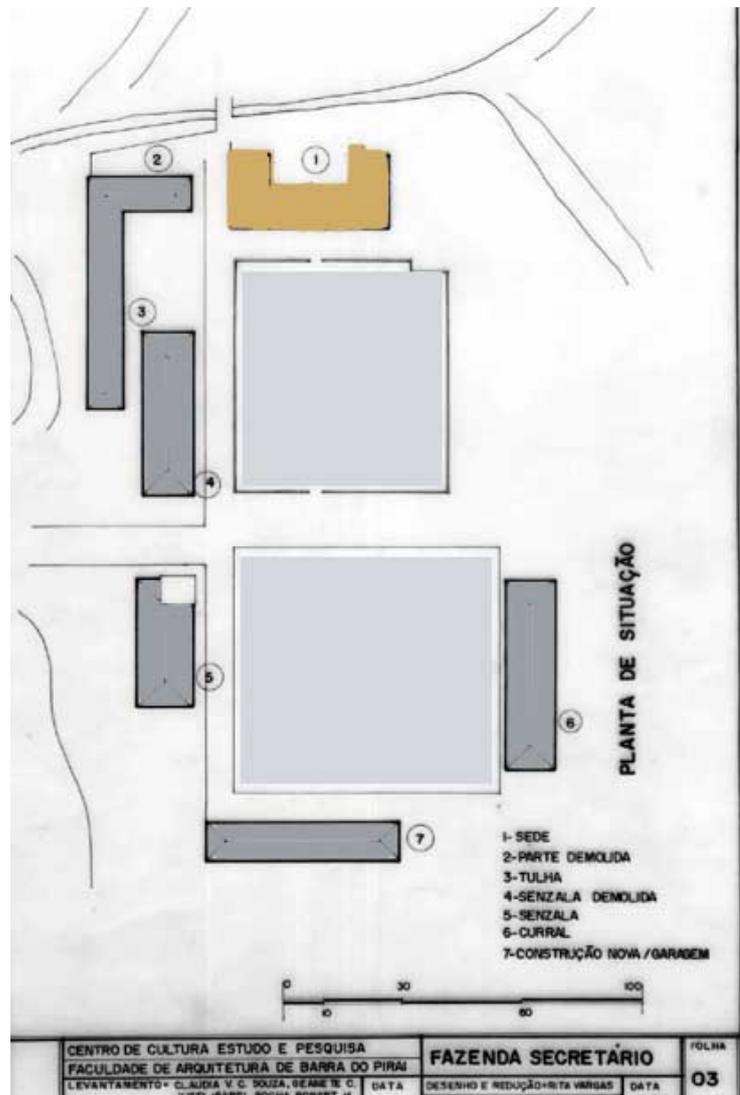


Figura 9 – Fazenda do Secretário (Vass). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

Secretário é um caso raro de grande capela integrante do corpo principal da casa de vivenda, situada na lateral à esquerda, próxima a casa do administrador e da tulha. A capela tem pé direito equivalente aos dois andares da vivenda, o coro permite acesso direto pelo pavimento superior, exclusivo à família. Uma porta, voltada para a fachada principal, permite o acesso dos negros e dos estranhos ao núcleo doméstico.

Aos fundos, no interior do “U” da casa de vivenda, há um cômodo que serve de Sacristia e alojamento para o capelão em visita à fazenda, com entrada independente. A senzala se situa no canto inferior à esquerda, em forma de “L” – ou em quadra como

quer Carrilho (2006) - e no final do século XIX recebeu um grande relógio de carrilhão instalado em uma torre de gosto francês (Figura 50).

Em ambos os casos fica bem nítido que a vivenda se situa na menor face do quadrilátero. A ausência de construções à direita, na Fazenda do Secretário é decorrência da topografia acidentada nesse ponto (Figuras 6 e 10), o que caracteriza um quadrilátero aberto. Aqui não há nenhuma edificação, nem mesmo muro, que feche o terreiro, apenas o declive natural do terreno e uma cerca de achas¹⁴, conforme fotografias de Victor Frond de 1859 (Figuras 6 e 49).



Figura 10 – Fazenda do Secretário (Vass), detalhe.

Fonte: RIBEYROLLES, 1938, prancha 20

¹⁴ Achas, nome vulgar dado a peça de sustentação de cercas, podendo ser ou não de madeira nobre. Nos oito inventários pesquisados entre os anos de 1844 e 1849 há a citação “terreiro”, 07 deles são cercados: “um terreiro cercado de balaústres” (João Barbosa dos Santos e Luiza Ignácia da Conceição, 1844); “uma estocada que cerca o terreiro da fazenda” (Manoel Luiz Machado, 1844), “cinco esteios que se acham no terreiro da fazenda” (Anna Joaquina de São José, 1846); “um terreiro cercado de 40 dúzias de achas” (Marianna Rosa da Conceição, 1847); “um terreiro cercado de achas” (Rosa Maria de Jesus, 1847); “um terreiro cercado de achas” (Manoel Gomes Leal, 1848); “com parapeito de cantaria e bagiamento [sic] na altura do terreiro de frente da casa” (Vicente Pereira Ferreira da Silva, 1849).

O *quadrilátero*, no entanto, aparece com toda sua riqueza em sedes de tamanho médio; as Fazendas dos Alpes, São Luiz, Pocinho e Santana têm formas muito similares.

O levantamento da Fazenda dos Alpes¹⁵ (Figura 11), além de demarcar a estrada de acesso, inclui as curvas de nível demonstrando a ocupação em um platô, além de demarcar as construções já não existentes no final da década de 1970. Tal como em Secretário (Figura 10) uma depressão acentuada no terreno, impede a construção no canto superior à direita, constituindo-se em mais um caso de *quadrilátero aberto*.

A casa de vivenda ocupa o canto inferior à esquerda do conjunto da sede, em forma de L, não se situando no eixo da composição. As dimensões reduzidas da largura da sede permitem supor se tratar de mais um caso de senzala adaptada para residência do proprietário. Além disso, há, pelo menos, cinco pontos de interseção entre as edificações, constituindo acessos independentes ao terreiro e uma construção se situa fora do quadrilátero, conforme constatou Carrilho (2006, p.68).

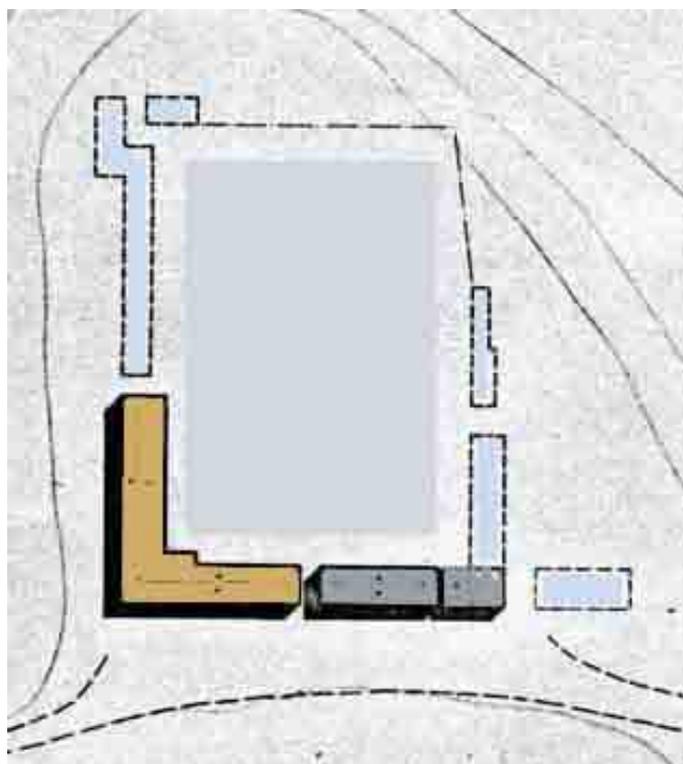


Figura 11 – Fazenda dos Alpes (BP). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

¹⁵ Trata-se de um dos levantamentos desaparecidos do acervo da FABP, o que restou foi uma cópia em escala reduzida. Essa unidade agrária foi demolida.

A Fazenda de São Luiz (Figura 12) é um dos inventários mais completo, apesar da maior parte das edificações terem sido demolidas, havia registros suficientes à época do levantamento para se poder demarcar todo o *quadrilátero*. A casa de vivenda é das mais singelas, assobradada e em forma de L, com térreo ocupado por armazéns e depósitos. Ocupa, não o eixo da composição, mas sim um canto do terreiro, sem, contudo, contorná-la como no caso anterior.

Trata-se de mais um caso de *quadrilátero aberto*, uma face está voltada para o córrego. Se a casa de vivenda é diminuta, não é o caso do terreiro e das áreas destinadas à senzalas e aos engenhos, esses últimos no limite com o córrego que fornece a força hidráulica necessária para mover as engrenagens.

As Fazendas São Luiz, São Sebastião e Aterrado pertenceram à família Junqueira, as sedes das duas primeiras não mais existem e a última permanece ainda em posse da mesma família¹⁶. A comparação entre São Luiz e Aterrado, utilizadas no presente trabalho, não confirma Stein (1961, p. 48, nota 28) que via uma uniformidade nas propriedades de uma mesma família¹⁷.



Figura 12 – Fazenda São Luiz (BP). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

¹⁶ São raros os casos de propriedades que ainda permanecem com a família de seus mais antigos donos, entre elas Aterrado (Junqueira) e Taquara (Streva).

¹⁷ Muito embora São Luiz e Aterrado tenham a forma de L na planta de suas vivendas, a primeira é sobrado e a segunda é térrea e não há semelhança nenhuma nos seus alçados.

As Fazendas do Pocinho (Figura 13 e 63) e de Santana (Figura 14 e 62) são casos muito peculiares e absolutamente semelhantes. Construídas à margem do Rio Paraíba, uma em cada margem, tinham suas casas de vivendas diametralmente opostas.

Pocinho pertenceu a Joaquim Gonçalves de Moraes (MUNIZ, 2005, p. 152) e foi adquirida pelo Barão de Guaraciaba (Francisco Paulo de Almeida) - o único titular negro de que se tem notícia no Vale do Paraíba -, no final do século XIX. A Fazenda de Santana pertenceu ao Barão do Rio Bonito (João Pereira Darrigue Faro), político, influente na Corte, que chegou ao cargo de Presidente da Província do Rio de Janeiro em 1854.

Um grande terreiro, totalmente cercado por edificações, cuja face vazia demarca o espaço destinado à casa de vivenda, que não foi construída. No caso de Pocinho até a escada de acesso ao platô destinado à moradia do proprietário ficou no local, e no caso de Santana o muro de contenção para sustentação da casa de vivenda foi edificado.

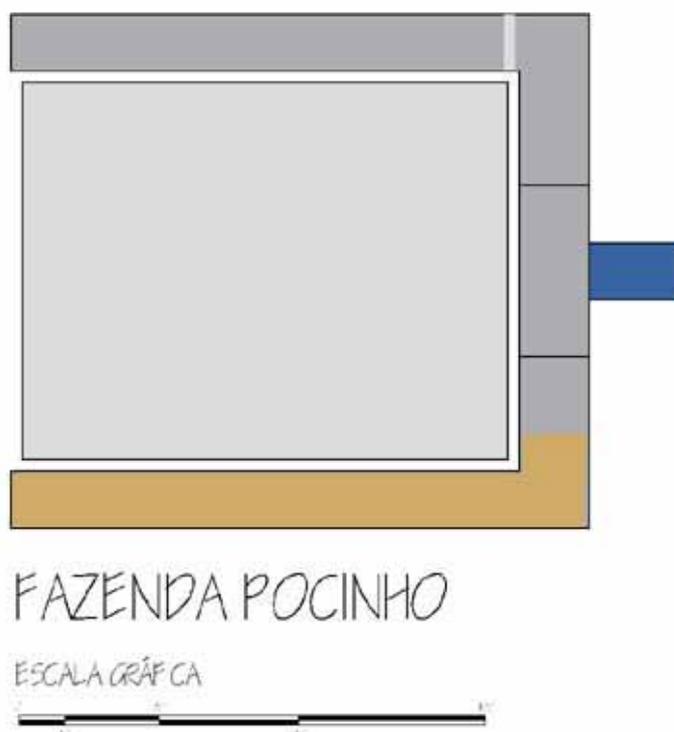


Figura 13 – Fazenda do Pocinho (Vass). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

As duas propriedades têm varanda em toda volta, comum nas senzalas ao longo de todo o Vale, nesses casos elas foram adaptadas para receber a vivenda. Todas as edificações originais de Santana já sofreram alterações que impedem leituras mais detalhadas. No entanto, em Pocinho a sobrevivência da senzala da parte superior, em perfeito estado, até passado recente, permite comprovar que o modelo recomendado por Werneck (1978, p. 32) foi seguido à risca. Cômodos em linha reta protegidos por ampla varanda e voltados para leste e para oeste, compunham toda a parte superior e inferior do terreiro (Figura 13). Mesmo na parte que foi adaptada para a casa de vivenda, era possível reconhecer os módulos (“lances”) que compunham a senzala original¹⁸. No entanto é preciso registrar que as senzalas de Pocinho, Monte Alegre (BP) e Ponte Alta (BP) **têm janelas** que, salvo melhor juízo, são do século XIX e se situam na parede diante da porta de acesso, ou seja, nos fundos, todas com folhas de junta cega.

Outra particularidade entre Santana e Pocinho é a existência de cadeia fora do conjunto da sede. São muito raros os casos de cadeia, com características próprias: construções em pedra, janelas gradeadas e portas reforçadas. Além das unidades citadas, apenas a Fazenda São Fernando (Vass) dispõe de uma unidade, lá denominada de “cárcere para escravos” por Lima (1993, p. 197), com a diferença de se situar dentro do quadrilátero, sob a Enfermaria.

No caso de Pocinho a cavaliçada e o curral também se situam fora do *quadrilátero* (Figura 63).

Em Santana não há um aqueduto como em Pocinho, onde ele atravessa a estrada de acesso. Em substituição, há uma série de cariocas¹⁹ em forma de garrafão, arrematadas em pedra. A área vazia no desenho de Santana, no terreiro, equivale à piscina aí construída em tempos idos. O ângulo formado em uma das faces do quadrilátero, correspondendo a senzala, está presente, também, em São Fernando (Vass) de “maneira a adequá-lo à topografia do terreno” (LIMA, 1993, p. 186), formando um pentágono irregular.

¹⁸ A fazenda foi recentemente demolida só sobrevivendo parte do engenho de café que já havia sido atingido por incêndio antes da década de 1970. Na Figura 55 ainda é possível ver as janelas na lateral à direita.



Figura 14 – Fazenda de Santana (BP). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

Em Pocinho não havia Capela, mas sim um quarto adaptado em oratório, logo na entrada na parte inferior à direita. Em Santana, uma capelinha construída já no século XX, no canto superior à esquerda, não permite cogitar onde esteve o oratório original (Figura 62).

Pocinho dispunha de três acessos ao terreiro, um de serviço, na parte superior, entre a senzala e os engenhos, dois na parte adaptada para a vivenda, sendo um social e outro de serviço. Em Santana a topografia não vai permitir que haja mais de um acesso, feito entre o engenho e a casa de vivenda, na parte inferior.

A Fazenda Monte Alegre (Figura 15) segue o mesmo modelo das anteriores. A casa de vivenda em um dos lados do quadrilátero e os engenhos e senzalas nos outros. Não há dados que esclareçam porque não existe qualquer edificação em uma das faces do terreiro, não permitindo, portanto, concluir que se trata de um *quadrilátero aberto*.

¹³ Carioca (casa de branco) é a denominação mais comumente encontrada em chafariz, a expressão é também adotada para as pequenas cisternas com areia, próprias para filtrar água, formando um sistema de coleta e dutos.

Tal como em Alpes, é possível supor que a vivenda tenha sido adaptada, pois tem a mesma largura das edificações circundantes.



Figura 15 – Fazenda Monte Alegre (BP). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

Muitas das fazendas mantinham, entre as diversas edificações, uma enfermaria fundamental para o tratamento dos enfermos, particularmente daqueles portadores de doenças infecto contagiosas.

Alguns inventários fazem alusões a essas edificações sem, contudo, descrevê-las. Não há relação, que tenha sido constatada, entre o número de escravos e a existência de enfermaria. Ela consta em 3 inventários com 40/60 escravos e em outros 3, com mais de 100 cativos. Do inventário *post mortem* de Anna Joaquina de S. José (CDH, 1846) constam 4 unidades agrárias distintas, mas só em uma delas aparece a enfermaria, o que permite supor que essa construção atenderia a todas as fazendas da finada. A fazenda da Pindoba possuía “uma casa com 2 lances que servem de enfermaria dos pretos”, uma diminuta edificação que atendia a uma população total de 460 escravos arrolados no inventário (CDH, 1846). Na Fazenda São Fernando (Vass) a enfermaria estava instalada na primitiva casa de vivenda que, construída a nova, foi adaptada para receber os enfermos.

Nos dois casos, Monte Alegre e São Fernando, a enfermaria se caracteriza pela existência de diminutos compartimentos na parte posterior, onde ficavam o isolamento e

as áreas para despejo dos dejetos sem que esses passassem pelo interior da edificação (Figuras 16 e 17).



Figura 16 – Fazenda Monte Alegre (BP). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB



Figura 17 – Fazenda São Fernando (Vass). Fonte: Foto da autora

A Fazenda da Aliança (Figuras 18 e 19) integra o conjunto das pequenas edificações.

No entanto, a mureta de proteção do terreiro é das mais significativas por ser a única, até o momento, com maior altura. Uma pequena escada externa dá acesso ao terreiro situado em nível mais baixo que as edificações. Nesse levantamento também não há dados suficientes para supor tratar-se de um *quadrilátero aberto*. Como visto acima (nota 14), o terreiro cercado era bastante comum, incluindo um com “balaústre” em 1844. No entanto a maior parte dessas cercaduras desapareceu²⁰.



Figura 18 – Fazenda da Aliança (BP). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB



Figura 19 – Fazenda da Aliança (BP). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

Ainda no conjunto das fazendas com sedes pequenas a Fazenda do Aterrado (Figura 20) é particular, pois a casa de vivenda fica ligeiramente afastada do muro de demarcação do quadrilátero.

²⁰ Para impedir o acesso de animais de pequeno e médio porte no interior do terreiro na época da secagem do café era fundamental a presença de cercas e ou de muretas.

Elevada em platô²¹, ela se destaca do conjunto, mas, nem por isso, o terreiro deixa de ser fechado pelas demais construções. Três tabuleiros compunham, originalmente, o terreiro. No último foi edificada uma pequena casa no século XX. Um aqueduto abastecia todo o conjunto.

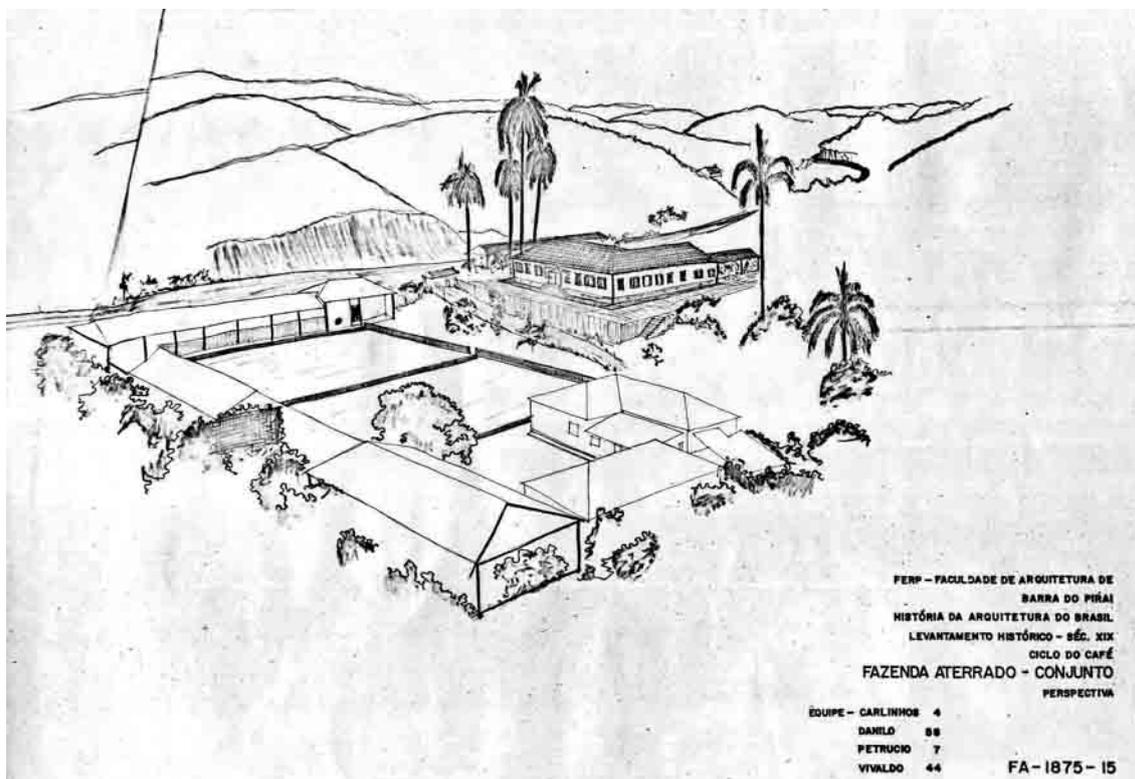


Figura 20 – Fazenda do Aterrado (BP). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

A Fazenda Bom Retiro (Figuras 21 e 22) tem um quadrilátero irregular. Provavelmente, aqui está mais um caso de topografia e de hidrografia interferindo na implantação da sede, conforme constatado por Werneck (1978, p. 32). Um vazio, uma clareira, mostra claramente a possibilidade de que tenha havido edificações nos demais lados, agora desaparecidas.

²¹ Sempre que a topografia permitiu, e a presença de água - cf recomendado de Werneck (Braga, 1978, p. 32) - as casas de vivendas foram situadas em posição elevada como em Aterrado, utilizando um platô ou em meia encosta, a cavaleiro de um aclave (Santa Maria – BP). Quando houver área plana, um segundo pavimento criará a elevação necessária para o “destaque” (Carrilho, 2006, p. 73) no conjunto. Seja com qual recurso for, a vivenda será elevada em relação as demais edificações, a exceção é Recreio, onde o volume é todo integrado. Isso não elimina a necessidade de se colocar todas as edificações acima do nível do terreno para evitar a umidade natural. O mais comum é a altura de três degraus, para as edificações, exceto à casa de vivenda cujo porão de ventilação, será mais elevado.

Os interstícios entre as edificações à esquerda comprovam a existência de vários acessos independentes ao terreiro.



Figura 21 – Fazenda Bom Retiro (BP). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB



Figura 22 – Fazenda Bom Retiro (BP). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

A Fazenda Duas Barras²² (Figura 23) tem uma implantação similar: a casa fica ligeiramente afastada do terreiro e em posição angular, aqui agudo, lá obtuso. Infelizmente as edificações ao longo do terreiro não foram mais encontradas no ano do levantamento (1991). Provavelmente demolidas para permitir a construção de uma garagem (bem mais recente e no final do conjunto que se criou) cuja estrada de acesso separa o terreiro das áreas remanescentes. O engenho se situa no mesmo lado da casa sendo abastecido por um duto que captava água na represa que dista do conjunto, aproximadamente, um quilômetro.

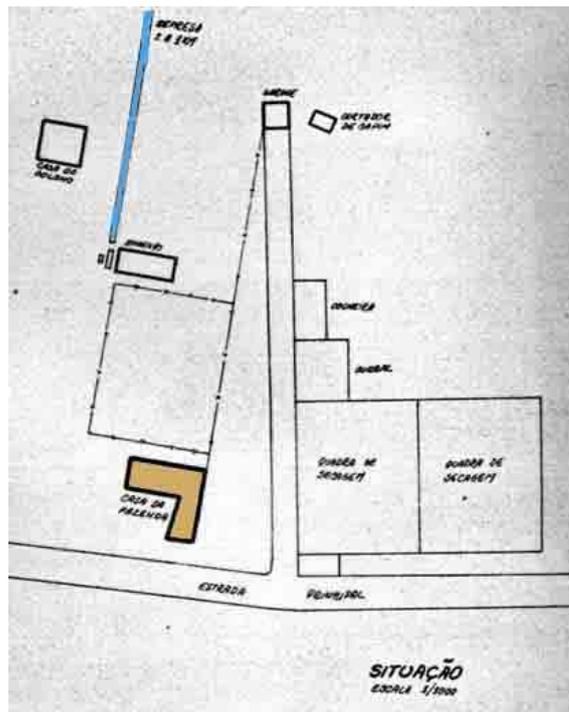


Figura 23 – Fazenda Duas Barras (BP). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

Na Fazenda da Forquilha (Figura 24) a casa de vivenda original deve ter sobrevivido até o último quartel do século XIX, pois a que lá se encontra sofreu influência do romantismo francês, típica das últimas décadas do período, além do frontão e cunhais decorados, é toda contornada por lambrequim.

Foi adquirida por José Gonçalves Roxo, que já era proprietário da vizinha fazenda Cachoeirinha arrematada de sua cunhada, pois a metade já lhe era devida por casamento (MUNIZ, 2005, p. 154), portanto, uma unidade secundária ou “filial” (ROCHA, 1984, p. 57). Afinal “o modo de produção limitou a extensão da fazenda, mas não o número delas em relação ao proprietário” (p. 56), assim é muito comum haver unidades filiadas à outra, onde reside a família.

A suposição é de que a vivenda original se situava na face superior do quadrilátero, a nova edificada foi edificada mais afastada, formando ângulo com o terreno. Diferente de Bom Retiro (Figura 21), vista acima, onde a casa acompanha o

²² Trata-se de outro dos levantamentos desaparecidos do acervo, sobrevivendo uma cópia reduzida.

desenho irregular do terreiro e se situa fora do eixo da composição. O deslocamento da vivenda em Forquilha não a retirou do eixo em relação ao conjunto de edificações.

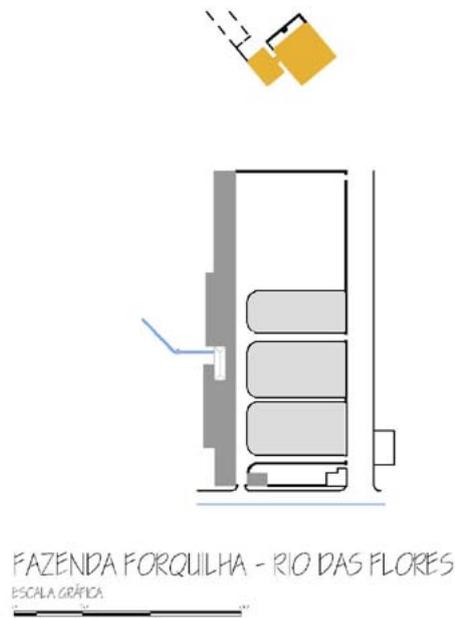


Figura 24 – Fazenda da Forquilha (RF). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

A Fazenda Bela Aliança (Figura 25) também tem casa de vivenda com cunhais decorados, vãos do sobrado em arco de ponta – arco de ogiva - e no térreo, verga reta se aproximando do romantismo encontrado em Forquilha. Muros e edificações remanescentes permitem supor a existência original do quadrilátero, sem, contudo, garantir uma certeza.



Figura 25 – Fazenda Bela Aliança (BP). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

A Fazenda São José da União (Figura 26) assim como a Fazenda da Floresta, (BP) guardam valores que comprovam persistências formais mineiras.

Na primeira aparecem janelas geminadas fechando a área como se fosse uma varanda protegida - como as identificadas por Stein (1961, p. p. 48, nota 28) nas fazendas da família Ribeiro de Avellar -, na segunda, a presença de colunas baixas e robustas. Ambas são construções atarracadas, comprovando a filiação ou, pelo menos, a inspiração na arquitetura residencial mineira.

“Centro econômico da época, o Vale do Paraíba não ficou alheio às mudanças ocorridas na Corte. Na medida em que os senhores do café entravam em contato com o poder central e, principalmente, na medida que o ‘barão’ representava este mesmo poder, a tendência foi de absorção e transposição dos comportamentos adotados no Rio de Janeiro. Esta transposição, feita na maioria das vezes simplificada, vai se deparar com comportamentos arquitetônicos anteriores, já enraizados de origem mineira de característica urbana”.

(ROCHA, 1984, p. 63)

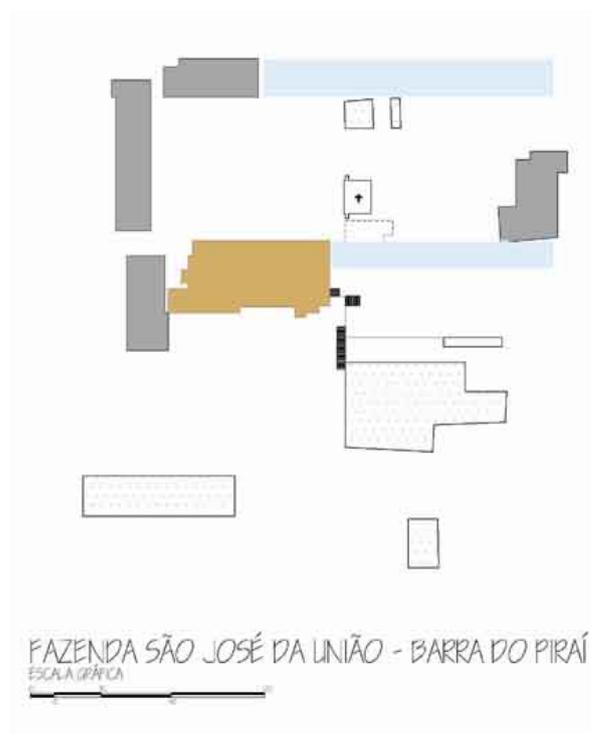


Figura 26 – Fazenda São José da União (BP). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

São José da União (Figura, 26) é singular, toda a sede se encontra em um platô bem acima do nível da estrada. As construções ligadas à criação de gado e aves estão no nível inferior, as demais no *quadrilátero* existente na parte superior. Escadas e caminhos unem os desníveis. Uma capela do início do século XX foi edificada na parte inferior central do terreiro. Aí também podia ser vista a senzala, que sobreviveu até a década de 1980 sem descaracterização e testemunhava a existência do modelo recomendado por Werneck (1978, p. 32).

A Fazenda Canto Alegre (Figuras 27 e 28), apesar de ter perdido grande parte de suas senzalas, mostra o quadrilátero com toda clareza. A casa de vivenda remodelada segundo a inspiração romântica, não perdeu o pavimento inferior onde se situavam os serviços e armazéns. O engenho sobressai na paisagem por ter seu porão elevado acima da média encontrada.



Figura 27 – Fazenda Canto Alegre (BP). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

O grande e extenso terreiro ainda conservava, na ocasião do levantamento, parte da mureta que o cercava, assim como as edificações que existentes em três fazes a insere no conjunto do *quadrilátero aberto*, posto que os alunos não registraram áreas

demolidas. O moinho e o engenho, possivelmente devido à existência de um córrego, situam-se fora do quadrilátero, na face inferior.

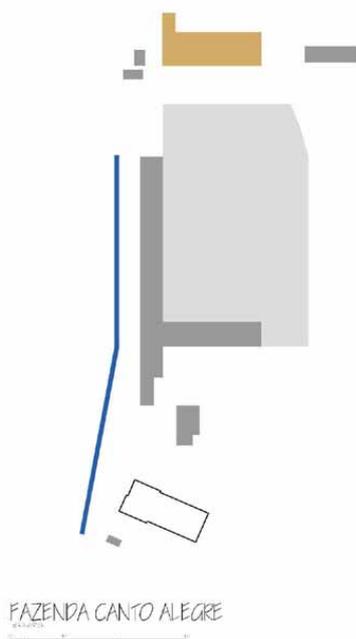


Figura 28 – Fazenda Canto Alegre (BP). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

Das sedes que perderam suas casas de vivenda originais, tal como Forquilha citada acima, a Fazenda Horizonte (Figura 29) é a que sofreu maior alteração no seu conjunto. A nova casa ficou totalmente destacada do terreiro, em colina alta, sendo edificada sobre porão mais alto que o habitual. O acesso à moradia é feito por sinuosa escadaria colocada na lateral.



Figura 29 – Fazenda Horizonte (Vass). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

Em todas as unidades anteriormente analisadas, as vivendas estão voltadas para o terreno, Em Horizonte, a nova casa está em posição inversa, como que dando as costas ao trabalho, ao serviço, ao mundo agrário, já no final do século XIX, quiçá início do XX. Pelas dimensões do terreno, provavelmente a casa de vivenda original deveria ser muito mais singela.

A Fazenda Monte Alto (Figura 30) apresenta uma situação singular. A casa de vivenda em forma de duplo L, situa-se em um dos cantos do quadrilátero e tem, na parte posterior, um jardim limitado pelo córrego que passa, sob a edificação.



Figura 30 – Fazenda Monte Alto (BP). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

O jardim, o pomar e a horta deveriam estar junto à sede de forma a facilitar o atendimento diário à alimentação de seus habitantes, além do aspecto estético. Na ausência de pomar próximo à vivenda, poderá haver árvores frutíferas²³ de médio porte nos jardins (cercas de “espinheiros” – cítricos - são citados nos inventários).

No caso de Monte Alto, uma outra inserção nova é feita na arquitetura das sedes. A vivenda é construída por sobre um córrego, o que permitirá a inclusão de quartos de banho com banheiras, mormente, de mármore. Em pelo menos duas fazendas foram

²³ Particularmente, são citados nos inventários, as cercas de “espinheiros” se referindo as frutas cítricas.

identificados esse arranjo: além de Monte Alto a Fazenda Feliz Remanso (BP). A existência desses quartos de banho remete à questão da higiene pessoal, que era muito pouco valorizada no mundo dos homens brancos.

A situação da casa de vivenda em meia encosta está presente na maior parte das unidades. Na Fazenda Três Saltos (Figura 31) essa opção permitiu criar um pátio na lateral, a esquerda da vivenda, totalmente reservado. A vivenda está em situação muito elevada em relação ao terreiro. O primeiro pavimento, só na parte frontal, se volta para os terreiros, onde há duas pequenas construções novas. O *quadrilátero* se encontra aberto, sem as construções laterais e uma nota no levantamento informa a presença do engenho em situação mais afastada. No entanto, o prolongamento do muro de contenção da encosta, à direita da casa de vivenda, permite supor que os terreiros não se resumiam apenas aos demarcados.



Figura 31 – Fazenda Três Saltos (Pi). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

Muito embora a planta de situação da Fazenda de Três Ilhas (Figura 32) não configure um *quadrilátero* bem demarcado, ela é uma das fazendas em que a percepção visual se dá de forma muito significativa. Uma série de edificações na lateral, à esquerda da casa de vivenda, novas e não identificadas, desvia o olhar para o foco no grande terreiro. Eram, no mínimo dois terreiros, e há indícios que permitem supor a existência aí de edificações laterais que fechavam o *quadrilátero*.

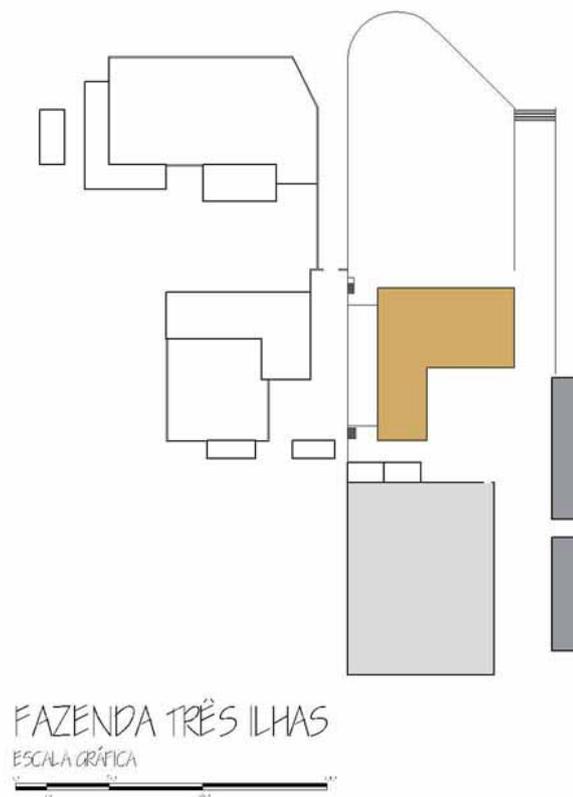


Figura 32 – Fazenda Três Ilhas (RF). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

A Fazenda Ribeirão (Figura 33) também sofreu acréscimos recentes que, nesse caso, não impedem a identificação de um *quadrilátero* praticamente fechado. O levantamento (1976) identificou um maior número de edificações demarcando o terreiro. Nesse exemplar ainda sobreviviam os engenhos e o pomar. Uma casa no canto inferior à esquerda, com diminutos puxados, permite supor que aí se situava a enfermaria da unidade.

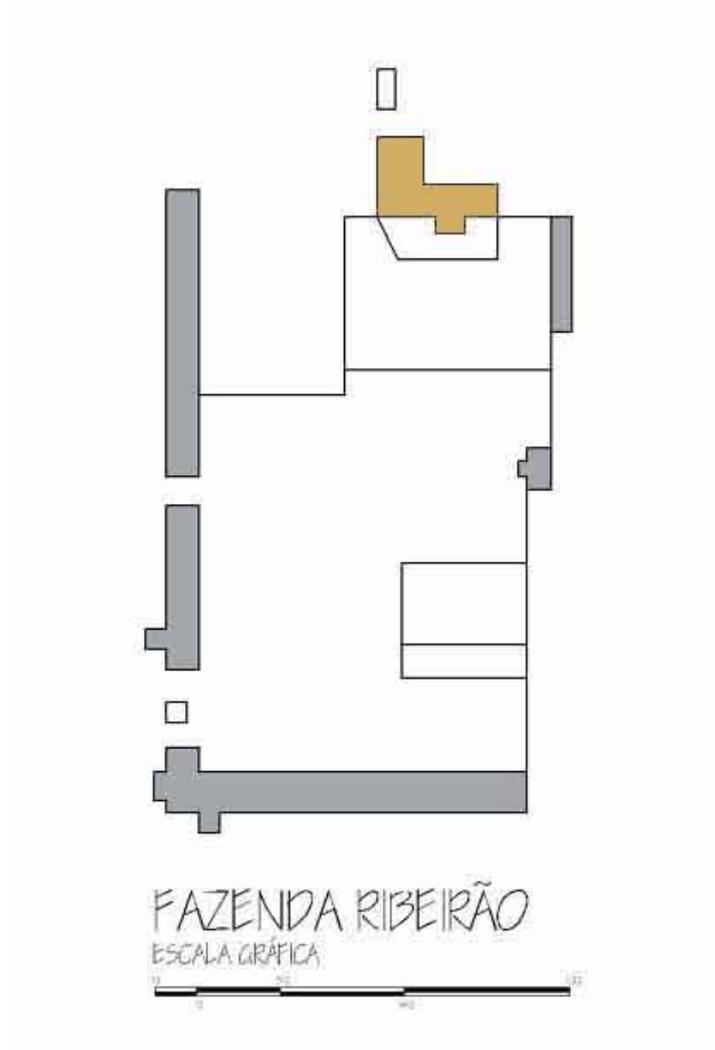


Figura 33 – Fazenda Ribeirão (RF). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

Das unidades agrárias estudadas pela FABP poucas se situam tão próximas do rio Paraíba como Feliz Remanso (Figura 34), entre elas Pocinho e Santana, o que equívale a área absolutamente plana. Como visto acima não é o caso de Santana (Figura 14), que fica em uma colina de topografia bastante acentuada interferindo diretamente na regularidade das linhas que formam o *quadrilátero*.

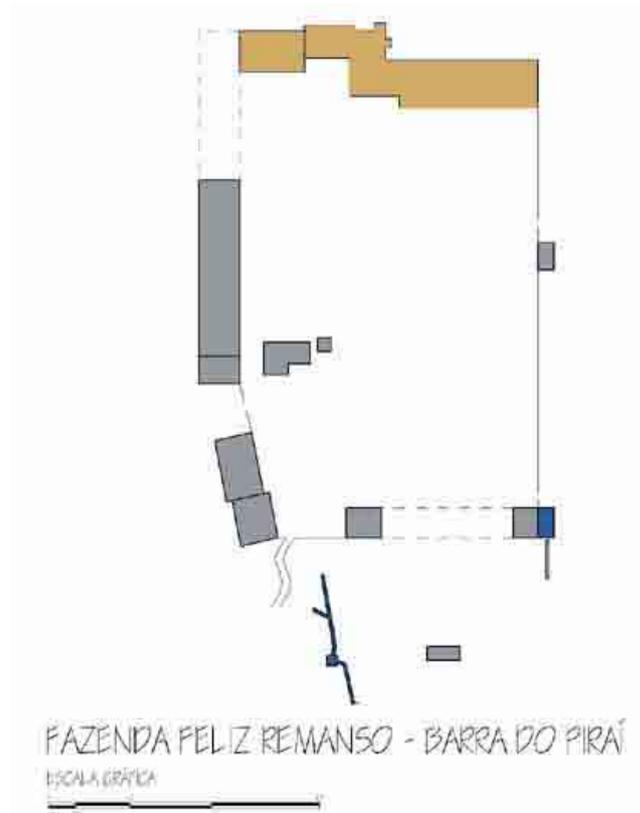


Figura 34 – Fazenda Feliz Remanso (BP). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

O sítio plano do vale não impediu que aparecesse aqui uma linha quebrada formando um ângulo agudo só justificável se aí houver um córrego. O que de fato existe, são dois córregos que contornam o quadrilátero definindo sua forma.

Uma casa de vivenda longilínea na parte superior formada por duas edificações distintas e geminadas, delimita um dos lados do quadrilátero da Fazenda Feliz Remanso (Figura 34). A casa de vivenda foi, ainda, ampliada com uma terceira edificação, totalmente distinta das anteriores, que complementa a ocupação dessa face do terreiro. As senzalas à esquerda, seguidas dos Engenhos com aqueduto e moinhos, formam os dois outros lados. Nesse caso, trata-se de um *quadrilátero fechado*, pois na face à direita um muro vedava o conjunto em relação a área externa. Aqui também está identificada uma edificação que fica fora do *quadrilátero*, muito embora junto ao muro divisório.

A implantação da casa de vivenda em três etapas distintas dá a dimensão exata das recomendações de Werneck (1978, p.32) quanto à ordem das edificações, e de se ter um “risco” prévio. Sobretudo quanto à área estar demarcada previamente.

“Principiareis a vossa fazenda edificando primeiro uma casa ordinária para vossa moradia temporária e tantas quantas forem precisas para acomodar os escravos e camaradas; mas tudo isto deve ser feito de forma que não estorve o risco da fazenda. Findo este primeiro trabalho, tirareis o rego que deve trazer a água para tocas as fábricas e que tereis todo o cuidado que seja tirada bem nivelada para não estragar o rego.” (WERNECK, 1978, p. 32).

Taunay já havia detalhado o que foi executado em Feliz Remanso, pois “é preciso conceber de um jato o plano de estabelecimento no seu maior auge” devendo, no entanto “deixar os intervalos para completar o estabelecimento, à proporção que for aumentando” (p. 86, 87).

A Fazenda da Ponte Alta é a mais característica das unidades levantadas, pois as quatro faces do terreiro se encontram totalmente fechadas por edificações (Figura 35).

Nem a demolição da casa de vivenda original, e a conseqüente edificação de outra em ponto mais afastado, impede a apropriação visual e imediata do *quadrilátero*. Sem dúvida alguma, a sobrevivência das edificações é fundamental para a compreensão do *quadrilátero fechado* descrito nos manuais acima citados.

Acima a residência atual, à esquerda o antigo engenho, logo a seguir começa a senzala, que contorna três faces do terreiro e termina na casa, onde esteve a enfermaria. A citação de senzala, em quadra identificada por Carrilho (2006, p. 70) como um dos dois modelos, poderá estar aqui exemplificada. Pocinho e Santana também têm senzalas dispostas em “quadra”, ou seja, na forma da quadra. Todas são “de correr” ou “em correr”, mas algumas formam ângulos retos, à guisa de dar forma ao *quadrilátero*.

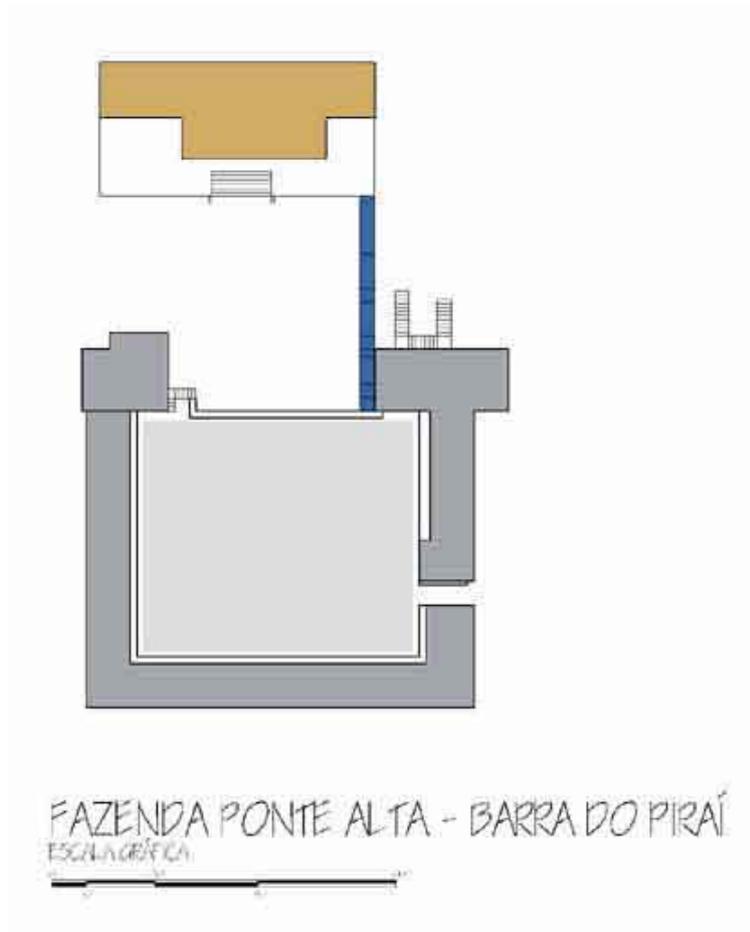


Figura 35 – Fazenda Ponte Alta (BP). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

Hoje o antigo engenho de pilões está ocupado por uma residência, mas a adaptação não eliminou os registros do uso original. Ainda estão lá o aqueduto e a roda d'água, assim como outros elementos do engenho.

Forquilha, como visto acima, pertenceu a família Roxo, assim como Ponte Alta e Santa Maria. O Barão de Vargem Alegre, Mathias Gonçalves de Oliveira Roxo, deixou 5 fazendas para seus filhos entre elas Ponte Alta (Raymundo Breves de Oliveira Roxo) e Santa Maria (MUNIZ, 2005, p. 59), e veremos aqui um conjunto de fazendas pertencentes a mesma família. No entanto, não poderá ser comprovada a acertiva de Stein (1961, p. 48, nota 28), pois Forquilha é do último quartel do século XIX, Ponte Alta perdeu sua vivenda, e Santa Maria é do período áureo da economia cafeeira. No entanto, Muniz identifica e descreve a importância da ligação familiar importante entre elas.

“Essas atitudes mostram a preocupação do Barão de Vargem Alegre com sua família e faz parte de sua estratégia de formação de uma rede familiar. Os filhos do Barão de Vargem Alegre casaram-se com famílias importantes do Império: José Gonçalves Roxo, o Barão de Guanabara era casado com sua prima Emiliana Clara Gonçalves de Moraes, neta do Barão de Pirai. Rita Clara era casada com Nicolau Netto Carneiro Leão, Barão de Santa Maria, filho de Antônio Netto Carneiro Leão e irmão do Marquês de Paraná.” (MUNIZ, 2005, p. 154)

Na Fazenda de Santa Maria (Figura 36), vizinha à Fazenda Ponte Alta, as edificações de serviço e grande parte da senzala desapareceram, o trecho remanescente foi reformado e adaptado para atender ao novo uso, hotelaria. Mas o *quadrilátero* ainda é muito visível.



Figura 36 – Fazenda Santa Maria (BP). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

Ponte Alta e Santa Maria têm algumas características em comuns: o terreno que tem um pequeno acive em direção à vivenda fazendo com que os lances da senzala perpendicular à casa sejam ascendentes (Figura 37).



Figura 37 – Fazenda Santa Maria (BP). Fonte: Arquivo do Hotel Arvoredo

A Fazenda Santa Justa (Figura 38) é muito simbólica, pela imponência do conjunto. No acesso, uma longa aléia de palmeiras, que se dirige imponente em direção ao eixo da casa de vivenda, divide e cria dois terreiros distintos, um à direita e outro à esquerda.

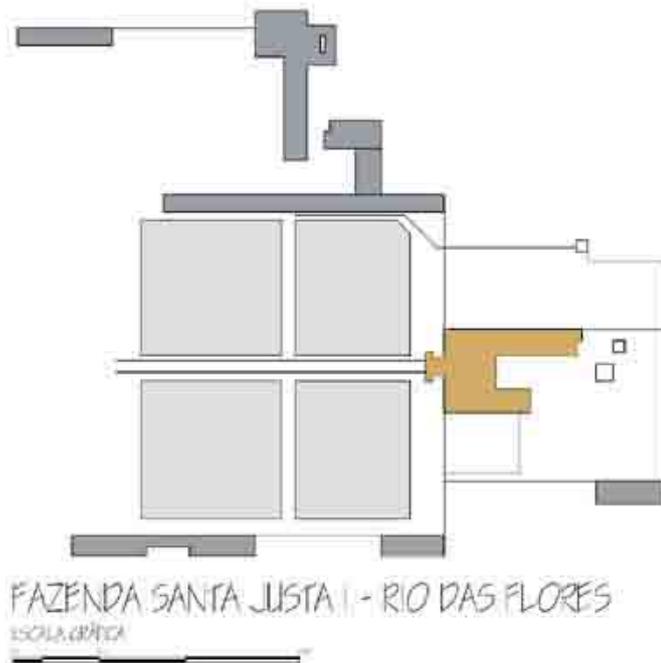


Figura 38 – Fazenda Santa Justa (RF). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

Cada terreiro assim criado tem dois tabuleiros, e à frente deles a aléia se divide demarcando ou “fechando” o *quadrilátero* na parte frontal, na linha da margem do Rio Preto.

Um pequeno engenho remanescente fica atrás da linha do *quadrilátero*, portanto confirmando Carrilho (2006, p. 71) quanto à existência de edificação fora do conjunto da sede.

A Fazenda de Santo Antônio do Paiol (Figura 39), na antiga Estação Ferroviária do Esteves, é caso totalmente atípico no que diz respeito à implantação das edificações.

A casa de vivenda está completamente destacada, no alto de uma colina. Na parte posterior os alunos identificaram um “hospital para escravos” e em nível muito inferior está a “senzala”, com um pátio interno e uma área externa cercada por uma estrada. Mais adiante, na estrada, a antiga “estação” ferroviária. No entanto, não há demarcação de tulhas, engenhos, paióis ou qualquer edificação de serviço.

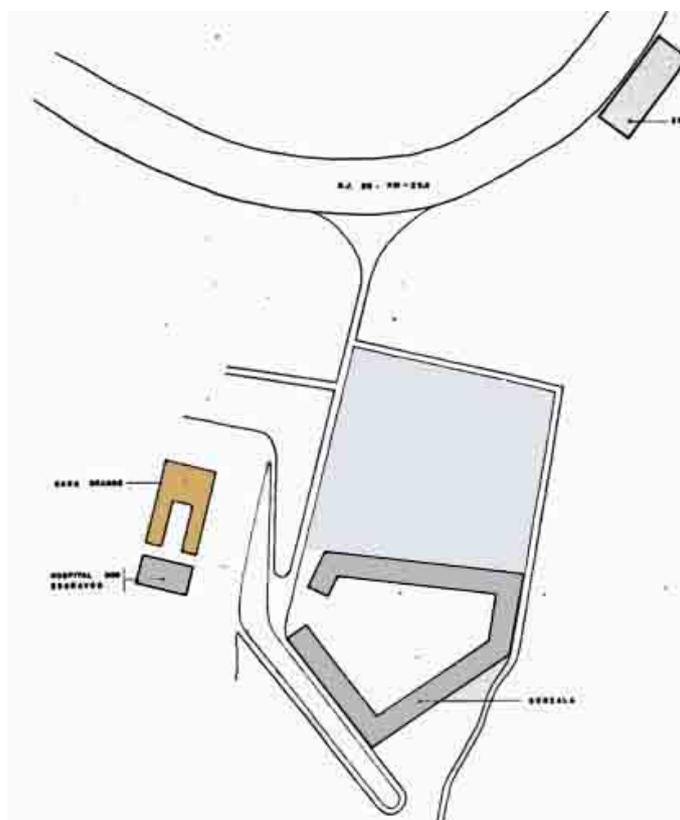


Figura 39 – Fazenda Santo Antônio do Paiol (Val). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

Essas edificações poderiam ter estado no que foi genericamente denominado “senzala”, ou esse será o único caso de senzala isolada como o “barracão” de Marquese (2006, p. 48), ou, simplesmente, uma exceção que confirma a regra.

A Fazenda de Ubá (Figura 40), que Saint Hilaire visitou no início da mesma viagem, em torno de 1819, durante a qual descreveu também a Fazenda de Itajurú, MG, (1938, p. 189), não recebeu o mesmo tratamento do viajante. Embora tenha ficado hospedado em Ubá um mês (p. 56), quase nada registra em relação às edificações, que se situam “a cerca de vinte e cinco a trinta léguas do Rio de Janeiro” (p. 22).

“Não há muitos annos que essa habitação d’úba, hoje tão bella e florescente, não existia ainda. Foi o tio do Sr. Almeida que a mandou construir.” (SAINT HILAIRE, 1938, p. 42).

Assim, apenas o registro de que a fazenda, originalmente produtora de açúcar, não é muito anterior ao início do século XIX. O levantamento não registra qualquer modificação ou situação anterior à encontrada.

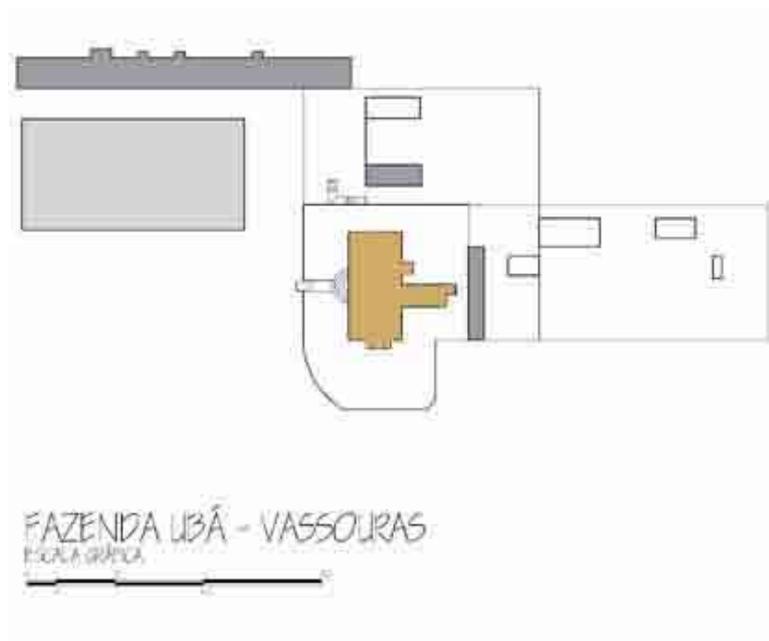


Figura 40 – Fazenda de Ubá (Vass). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

Há apenas um terreiro que se encontra na metade lateral à esquerda da vivenda de ladeado por uma longa senzala. Há uma nítida sensação de que, para o terreiro demarcado, haveria outro rebatido na parte inferior do desenho. Na parte posterior da senzala estão demarcados pequeninos acréscimos que fazem lembrar o desenho encontrado na Fazenda Monte Alegre (Figura 15), podendo supor tratar-se de antigas enfermarias.

Sua contemporânea, a Fazenda Pau Grande (PA), tem o quadrilátero registrado em outros trabalhos e foi igualmente visitada por Saint Hilaire, que registrou suas edificações.

“No terceiro dia de nossa partida do Rio de Janeiro chegamos a *Pao Grande*, o engenho de assucar mais importante que vi no Brasil, exceptuando talvez os *do Collegios*, perto de *S. Salvador de Campos*, construídos pelos jesuítas. Após ter percorrido uma região onde apenas de longe em longe se descobrem alguns vestígios da mão do homem, é admirável avistar de repente um edifício imenso, rodeados de vastas usinas. [...] A casa do proprietário tem um andar além do rez-do-chão; apresenta dezesseis janellas de frente ornadas de balcões de ferro, de fabrico europeu, e, no meio do edifício, há uma grande capella ao mesmo nível que elle, mas cujo tecto é totalmente distinto. O outro lado do edifício, que encosta em um morro, tem duas alas entre as quaes há um pateo estreito. [...] As usinas e senzalas são, em *Pao Grande*, alinhadas aproximadamente em semicírculo deante da habitação do senhor. A distillaria, as caldeiras e a moenda se seguem na ordem que indico, e estão collocadas em uma construcção immensa edificada de madeira e barro. [...] Em outra construcção há, actualmente, um pilão para quebrar o milho, um moinho para fazer *fubá*, e um ralo para farinha de mandioca, fóra um engenho de serra; e é a agua que põe em movimento todas essas machinas. [...] Em lugar de seccar o assucar em estufas, costuma-se expôl-o ao sol, sobre taboados geralmente suspensos sobre vigas; perde-se muito

tempo para guardal-o quando a chuva ameaça; fica molhado quando ella cahe inopinadamente e o vento acarreta sempre a mistura de corpos extranhos que lhe inferiorizam a qualidade.” (SAINT HILAIRE, 1938, p. 38-40).

O viajante não registrou o terreiro, mas descreveu a capela no centro da composição que, inegavelmente, é a que lá se encontra até hoje e a disposição das edificações ainda respeita a formação do *quadrilátero*. Segundo o autor Pau Grande era um engenho de “grande importância” (p. 40).

Seis outros levantamentos existentes não apresentam as plantas de situação, fundamentais pelos dados, que permitiriam sua inclusão no conjunto das fazendas com quadrilátero. No entanto, outras informações permitem supor que o modelo tenha sido adotado nesses casos.

Entre elas a Fazenda São João da Prosperidade (Figura 41), cujos proprietários têm realizado pesquisa na parte posterior da casa de vivenda e encontrado material suficiente para que se possa concluir pela existência do *quadrilátero* nesse local, ainda demarcado pela vegetação limítrofe. A construção da Estrada de Ferro inverteu a relação de interesse da casa de vivenda. Há aí, entre a casa e a estrada, uma peculiar e interessante edificação que lembra os ranchos descritos por Saint Hilaire e por Rugendas.



Figura 41 – Fazenda São João da Prosperidade (BP). Fonte: Google Earth, 06.12.2006.

A Fazenda da Taquara (Figura 42) ainda não foi pesquisada, no entanto, construções antigas demarcam uma área que permite supor a existência do *quadrilátero*. A casa de vivenda, a maior edificação na figura, não se localiza na face menor do *quadrilátero*, o que é muito raro. Nela há resquícios de uma influência mineira no modo de habitar, uma varanda na lateral posterior serve de nave para uma diminuta capela inclusa no corpo da edificação.



Figura 42 – Fazenda da Taquara (BP). Fonte: Google Earth, 06.12.2006.

A Fazenda São Luiz da Boa Sorte é a que apresenta maior perda. A abertura da BR 393, na década de 1950, atravessou suas terras bem à frente da casa de vivenda. Possivelmente, por isso tenham desaparecido os registros que permitiriam a sua leitura. Tal como na Fazenda Recreio (Pi) a Capela é totalmente independente do *quadrilátero*, constituindo corpo próprio e bem afastada da sede.

A planta de situação da Fazenda da Cachoeira (Figura 43) apresenta uma casa de vivenda, compacta, e se situa diante de edificação retangular com forma similar às antigas senzalas.



Figura 43 – Fazenda da Cachoeira (BM). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

Sobre a Fazenda de São Fidelis (Figura 44) há poucas informações, mas a leitura da planta de situação permite inserir as edificações num quadrilátero aberto, com construções fora dele.



Figura 44 – Fazenda São Fidelis (RF). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

III. 1 - OS ACESSOS

O próximo aspecto que se precisa identificar é como se faz o acesso ao *quadrilátero*.

Para tanto é preciso entender como se dá a distribuição dos espaços, previamente definida a forma na implatação da unidade agrária. Os fatores condicionantes são físicos e a figura do Piloto²⁴ é fundamental, por sua visão toporâmica das terras, identificando os vales onde se encontram os melhores veios hidrográficos e localizando as áreas planas necessárias para instalação da empreitada agrícola. Caso não ache esse local com as condições ideais, há que se identificar aquele no qual será menos oneroso criar essa paisagem com obras de abertura de vala ou a construção de aqueduto e do terraplano, motivo pelo qual algumas unidades não têm o “aformoseamento” necessário (WERNECK, 1978).

Área plana com córrego e uma pequena encosta em aclave ou declive permitem a demarcação e distribuição dos imóveis. Obrigatoriamente a vivenda ocupará a encosta, o engenho, o moinho, ficarão na direção da melhor “aguada”, e as senzalas e serviços na área restante. Definido o local e a pretendida dimensão que a fazenda atingirá no auge da produção, construir-se-ão as casas provisórias²⁵ para abrigo de todos e em local que não prejudique o futuro do conjunto. Começa o desflorestamento, a abertura das estradas e o preparo dos terrenos para as plantações: hortaliças, frutíferas, cereais, mandioca, cana e café. Áreas são cercadas para a criação de gado vacum, porcos, ovelhas, aves e para os animais de carga. Paralelamente, a abertura das valas para direcionar água com força e pressão para mover os engenhos. Os mais antigos usam força motriz animal. Engenhos de pilões, mós e monjolos para triturar o milho, ralar a mandioca e moer a cana. Por fim, as antigas trilhas se transformam em estradas. Por elas circulam, dentro da propriedade, madeiras, produção, homens e animais. A principal e mais bem conservada delas é a de interligação entre diversas propriedades e de saída da produção para a Corte. Durante longo período os fazendeiros debateram com as

²⁴ Profissional equivalente ao topógrafo, que fazia, entre outros, a demarcação da propriedade.

²⁵ São construções feitas com “paus roliços” cobertas de fibra vegetal, sapê, palha ou simplesmente “capim”.

administrações locais a conservação e manutenção dessas estradas que passavam por suas “portas”.

Sendo esse outro condicionante para a escolha da sede, ter acesso à estrada para escoamento da produção. Uma parte significativa das sedes se situa nas proximidades dessas estradas municipais, ou em curtos caminhos que as interligam (Figura 45).

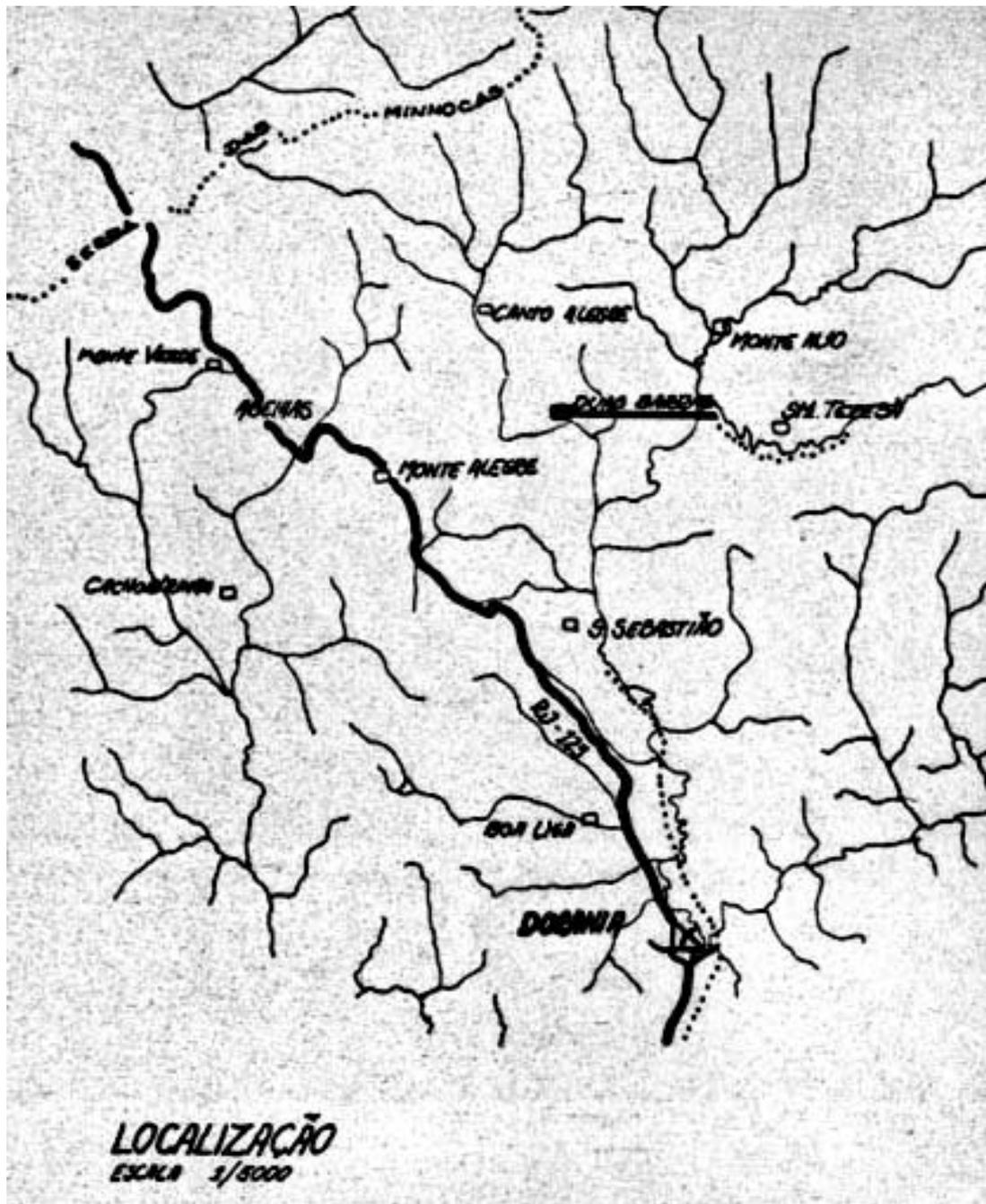


Figura 45 – Rede de estradas, Faz. Duas Barras (BP) – Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

O ponto de chegada ao quadrilátero define o acesso principal e, também aqui, a topografia interfere e define o melhor local, obrigando a variações diversas.

Não há como adjetivar as fachadas do quadrilátero voltadas para fora do terreiro, pois em todos os casos inventariados pela FABP as fachadas de interesse, seja funcional ou simbólica, dos imóveis se voltam para dentro do conjunto. As exceções são para aquelas em que a fachada da casa de vivenda cria uma fachada para a sede. Outras exceções são as casas de vivenda edificadas no último quartel que alteram a relação original do conjunto: Fazenda do Horizonte (Figura 29) e Fazenda da Forquilha (Figura 24).

Assim, analisando pelo ponto de acesso via a estrada principal, todos àqueles que chegam à propriedade o fazem através do mesmo ponto de chegada, independente de sua posição social ou interesse e, todos, passam diante dos “olhos” da casa de vivenda, ou melhor, do senhor proprietário. É só após isso que se opta pela direção a ser tomada, assim a discussão passa a ser cada um dos imóveis existentes à volta do terreiro. Analisando pelo ponto de acesso daqueles que habitam a sede, as opções de entrada no terreiro ou em cada um dos imóveis que o compõe são inúmeras e dependerá da posição social e/ou funcional no momento da chegada. Em diversas unidades (17) há vazios e intertícios entre as edificações que permitem o trânsito interno e/ou externos com variadas composições.

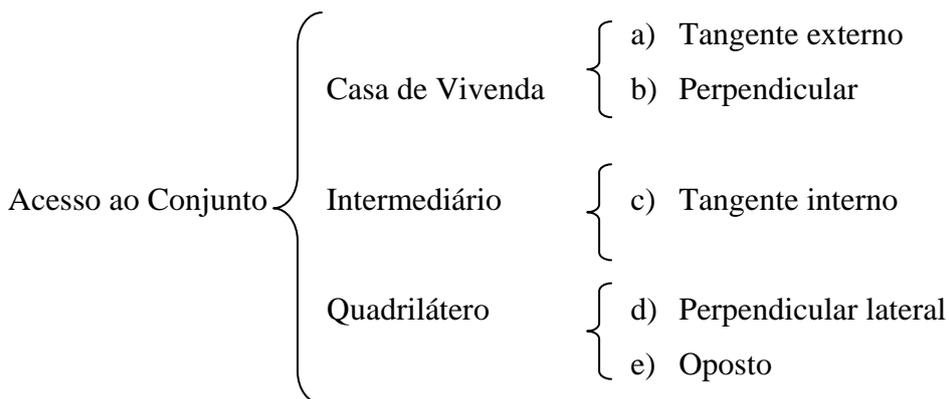
Retomando à sede, primeiro é preciso estabelecer aquilo que, em espaços urbanos, se denomina de “fachada principal”, conceituar fachada e acesso. Não se trata aqui de discutir esses conceitos, mas transportá-los ao espaço rural, já que não há o logradouro público que, mormente, orienta essas definições.

“Fachada – designação de cada face de um edifício. Frontaria ou frontispício é geralmente o nome que se dá à fachada da frente, a que dá para a rua. Na linguagem mais comum, constitui apenas, esse caso, a ‘fachada principal’. As outras serão denominadas de fachada posterior, ou fachada lateral. O conjunto das fachadas e sua composição plástica darão, em volume, o caráter, a fisionomia do edifício.” (CORONA & LEMOS, 1992, p. 214/215).

Os mesmos autores definem acesso como “chegada, aproximação” (p. 16). Comparando essas definições com FIGUEIREDO (1925), fachada se reduz ao “lado principal ou frontaria de um edifício” (p. 619) e acesso tem a mesma definição que os autores anteriores.

Essas definições não atendem as necessidades de análise da arquitetura rural pela pluralidade de opções, é preciso lembrar que o conceito de fachada principal inclui aqueles aspectos que lhe dão visibilidade, imponência, ornamentação, axialidade, e, sobretudo, a percepção, o valor simbólico agregado ao imóvel, fundamental para os atores usuários. É primordial, ainda, definir em cada conjunto das unidades estudadas qual é o ponto principal, qual o plano que define a chegada, a recepção do espectador externo a propriedade, o “de fora”. Localizar qual é esse ponto na medida em que ele não nos é dado *a priori*. Ou melhor, não é dado *a priori* para o observador atual, uma vez que esses acessos não são mais, necessariamente, os mesmos existentes no século XIX e, nesse sentido, é temeroso e passível de revisão as definições sobre qual das fachadas é a principal.

Analisando as informações disponíveis e tendo a casa de vivenda como o ponto de referência, há um equilíbrio nas possibilidades:



a) Tangente externa à Casa de Vivenda

A estrada atinge a casa de vivenda que se volta para fora do quadrilátero (Figura 46).

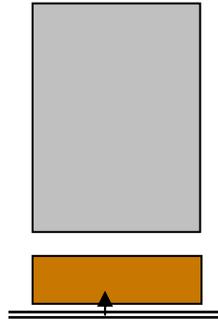


Figura 46 – Esquema “a” de acesso à sede

Nesse primeiro grupo encontra-se a diminuta Fazenda do Recreio (Figuras 8 e 47). O acesso é feito pela casa de vivenda.

Num primeiro grupo estão aquelas cuja fachada principal da casa de vivenda se voltam para fora do terreiro.

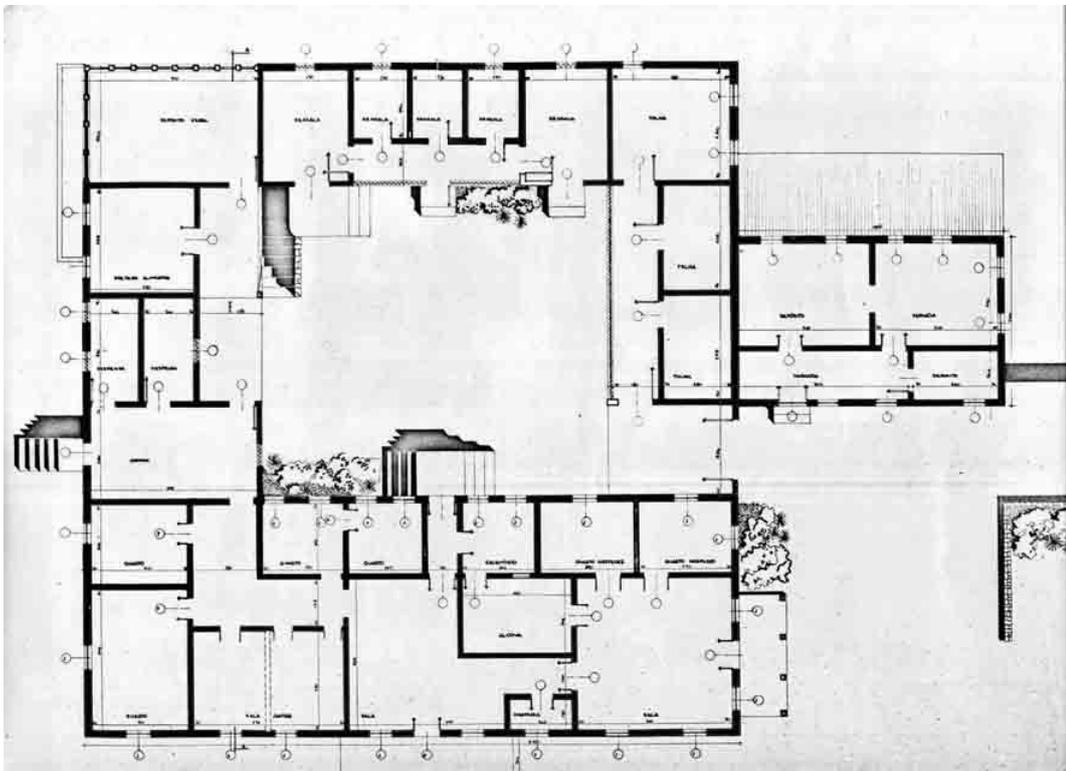


Figura 47 – Fazenda do Recreio (Pi). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

Uma porta no centro da composição, ladeada por duas janelas, formando um conjunto no eixo da composição, e mais 3 janelas em cada direção, deixam claro a intenção de se criar um espaço nobre, de receber, ainda que muito singelo. Aos fundos, voltado para o pátio, um escritório de trabalho. Na lateral, à esquerda, outra opção de acesso para o de “fora”; é para a sala de estar que se voltam os quartos para hospedagem. Entre as duas salas encontra-se o oratório, compondo a área social da casa.

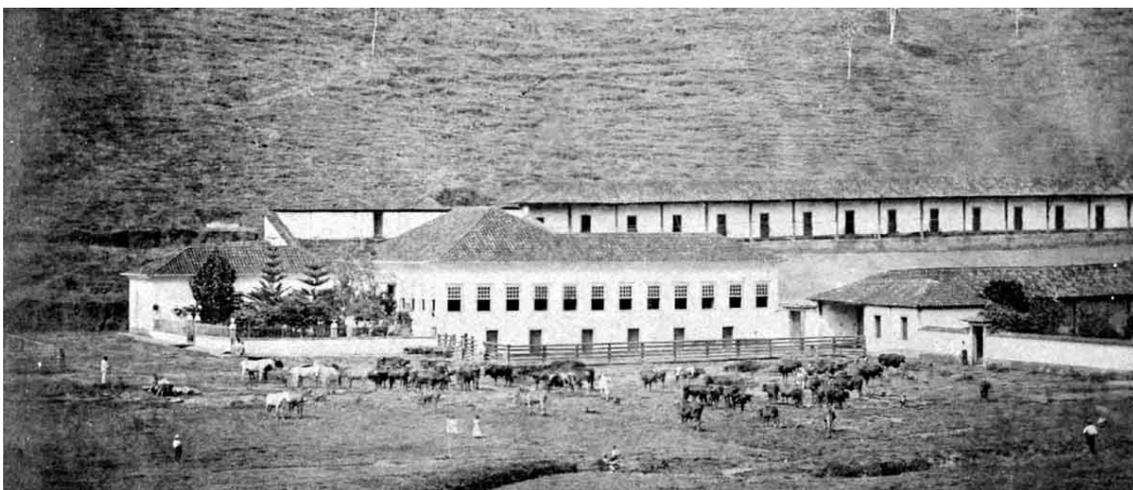
Outros acessos, aproximações, existem nas fachadas voltadas para o pátio interno (terreiro) ao qual se tem acesso pelo portão lateral à direita. Aos fundos as senzalas, à direita do pátio, as tulhas. E, na área externa, ladeando o portão, uma farmácia e dois depósitos. O acesso de serviço se localiza na fachada à esquerda, por onde se perpassa a cozinha e demais áreas de serviço e dessas ao interior do pátio.

Há que se registrar que Stein (1961, p. 26) adjetiva esse conjunto como “quadrilátero funcional”. Para Lemos & Corona (1992, p. 231), ser funcional é aquilo que “atende à função, à utilidade prática”, os autores diferenciam essa qualidade daquela que exprime “funcionalismo”, que significa “em primeira análise, adaptação à função para assegurar a melhor expressão de beleza”. Ou seja, ser “funcional” não significa ter valor ou juízo estético, mas tão somente atender a uma “utilidade prática”. Stein, sem dúvida alguma, se remete para além da funcionalidade física, estrutural, mas atende também à função conjuntural e simbólica.

Nesse sentido Recreio (Pi) é muito “funcional”, pois concentra em torno de um pátio completamente fechado as atividades necessárias ao funcionamento da unidade agrária. No mesmo sentido são “funcionais” todas as unidades agrárias já analisadas pois suas atividades se desenrolam dentro de um quadrilátero que é prático e atende as suas funções diárias sejam elas de produção agrária sejam de controle de seus agentes.

Para que não fique sem registro outros casos com fachada voltada para fora do terreiro e, principalmente, por se tratar de uma fotografia cujos registros são muito claros, foi incluída na presente análise a da Fazenda do Oriente (PS). Para visualização dos detalhes constantes da imagem ela está dividida em duas (Figuras 48a e 48b).

A casa de vivenda, à frente, em duplo L, tal e qual a Fazenda Monte Alto (Figura 30), situa-se no limite interno do quadrilátero e avança para fora dele, formando um jardim cercado por muro com grades, onde se localiza o portão de acesso. Como a aproximação se dá por essa fachada, aqui não há dúvida quanto a fachada principal da edificação criar uma fachada para a sede (Figura 48a).



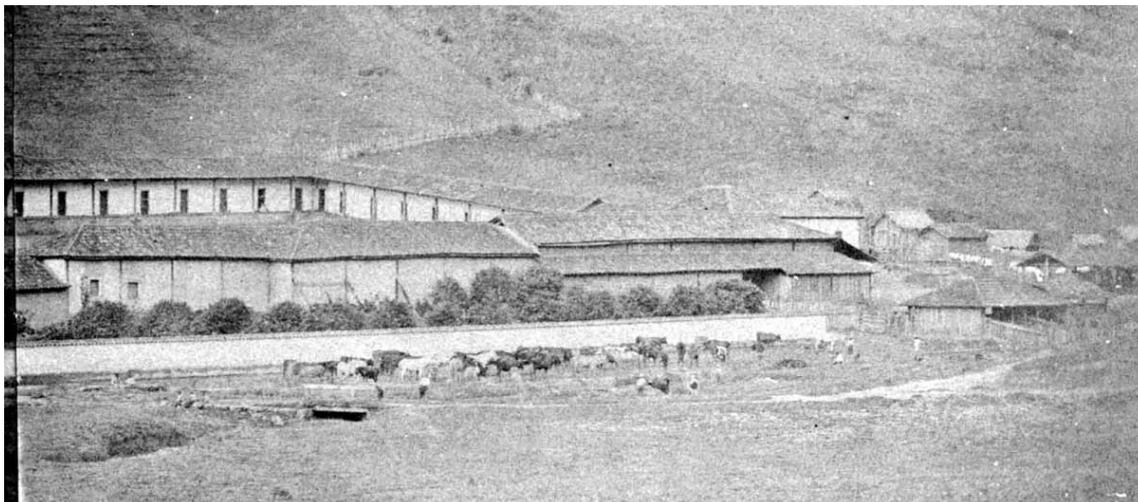
Figuras 48a – Fazenda do Oriente (PS). Fonte: acervo da autora.

Implantada em meia encosta, a parte frontal tem um só pavimento, que equívale a um sobrado na lateral, sendo o térreo com 6 portas voltadas para um cercado mais à frente que separa a casa dos animais soltos. Esse cercado ainda isola um grande acesso ao engenho (Figura 48b). Há um portão entre a casa de vivenda e essa edificação, que interliga o terreiro e a área externa. Assim como há um portão no muro que dá acesso ao pomar.

Na área superior à direita, um muro cego fecha a lateral da casa de vivenda e as senzalas. Aí aparece outro portão, a seguir o correr de senzalas com seu ritmo modular e com uma porta para cada lance.

Na parte posterior (Figura 48b), tulhas, depósitos, paióis e o engenho propriamente dito, no ângulo em direção à senzala. Ao lado do engenho, um espaço vazio chama atenção, e a presença de pessoas nesse local permite supor que se trata de mais um acesso. Fora do *quadrilátero*, um conjunto de pequenas construções isoladas

umas das outras, porém próximas, sendo que a mais frontal delas não tem vedação na parte anterior, onde há cercas.



Figuras 48b – Fazenda do Oriente (PS). Fonte: acervo da autora.

O *quadrilátero* da Fazenda Oriente tem, portanto, no mínimo 5 acessos possíveis, o da casa de vivenda, o do muro no final da mesma casa e o do muro junto à senzala, o do pomar e o acesso ao engenho. É particularmente interessante a presença de uma pessoa de pé à frente do portão do pomar (Figura 48a), comprovando que a altura do muro é muito pouco significativa.

Num segundo grupo estão aquelas cujas fachadas principais se voltam para dentro do *quadrilátero*, mas mesmo aí o acesso se dá pela casa de vivenda.

Secretário (Vass) está de portas abertas para receber um conjunto de carruagens, que se encontra estacionado no interior do *quadrilátero* (Figura 6). No entanto, a chegada ao conjunto se faz pela lateral esquerda e posterior da casa de vivenda. Ou seja, a estrada de acesso desemboca nessa fachada, só depois de cruzá-la é que se tem a visão da frente, do frontispício, da casa de vivenda. É assim até hoje, a aproximação se dá pelos fundos do conjunto. A primeira visão que se tem da casa de vivenda é a área menos nobre do conjunto, os fundos. Ao contrário da Fazenda Santa Justa, aqui o impacto da entrada no terreiro é muito maior, como relata o viajante ao se deparar com imponente fachada, de tratamento clássico.

“A estrada abria-se desenrolava-se (melhor que os caminhos vicinais de França) entre duas séries de píncaros que os despontavam gradualmente. [...] Conjecturava eu assim, sem grande inquietação íntima, porém com a secreta desesperança dos que perderam a pátria, quando o meu animal, picando a marcha, pareceu pressentir as Tulherias.

Era uma fazenda, o Secretário.

Não vo-la descreverei. Tendes à vista essa soberba habitação, surgida há quinze anos da terra virgem, agora florescente, mas como uma charneca que ainda conserva os seus espinhos – as cabanas. O sol e Victor Frond já no-la pintaram, com sua rica cascata, seus taboleiros de relva, seus outeiros longínquos carregados de cafeeiros. (RIBEYROLLES, 1976, p. 191)

A aproximação à Fazenda do Secretário, como vimos, se dá pelos fundos da casa de vivenda. Victor Frond retrata essa fachada (Figura 49).



Figuras 49 – Fazenda do Secretário (Vass). Fonte: Acervo particular, Iacy Corrêa e Castro

Aí estão retratados alguns dos acessos ao interior do quadrilátero, seja passando pelo interior de uma das edificações, seja pela estrada. O volume principal é a casa de vivenda, sendo que a capela se situa à direita. Há uma porta no extremo direito na edificação que, provavelmente, era a tulha, situada depois da casa do administrador. À esquerda, uma projeção da edificação que se situa à frente da casa de vivenda se confunde com um muro, não existente na vista frontal. Uma ampliação dessas imagens

revela uma cerca de madeira quase inacreditável para um propriedade desse porte, ou seja, não há elemento de fechamento nesse lado do quadrilátero (Figuras 10 e 49).

A fotografia da década de 1940 (Figura 50) confirma o fechamento desse lado apenas por uma cerca. Os acessos frontais à casa de vivenda são três, a primeira porta é a da Capela. A segunda porta, no centro da composição, é a de acesso ao vestíbulo. Por fim a porta de acesso externo à sala de jantar, que foi fechada. A fachada lateral à direita recebeu uma varanda.

No extremo esquerdo da gravura há um vazio logo após a casa de vivenda, é por aí que os carros entram e saem no terreiro, junto à casa do administrador.

Outro vazio, entre o engenho e a torre do relógio na senzala, aponta um caminho para a roça.



Figuras 50 – Fazenda do Secretário (Vass). Fonte: Acervo particular, Iacy Corrêa e Castro.

Se Victor Frond não retratou o conjunto dessa unidade agrária, na gravura da Fazenda do Governo (Figura 51) todas as edificações aparecem com riqueza de detalhes.

Dois caminhos dão acesso ao quadrilátero, pelo alto à esquerda em direção a casa de vivenda e por baixo, em direção a uma porteira (que está aberta e se situa sob um cômodo com pequena janela). Em continuação ao caminho inferior, há outra saída na lateral da edificação que fica aos fundos. Assim, se contabilizam pelos menos três aproximações possíveis: pela casa de vivenda (que tem fachada voltada para fora do quadrilátero), pela lateral e pelos fundos.



Figuras 51 – Fazenda do Governo (PS). Fonte: FRAGOSO PIRES, 1995.

Assim, acessos múltiplos também são uma das possibilidades.

b) Perpendicular

A estrada atinge o quadrilátero em sua base e uma rua perpendicular rompe o centro do terreiro, atingindo a casa de vivenda no eixo da composição, criando o efeito mais imponente, pela ausência de edificações nos fundos do terreiro (Figura 52).

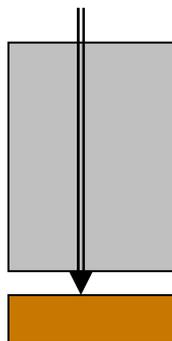


Figura 52 – Esquema “b” de acesso à sede

Na Fazenda Santa Justa (RF) o acesso é frontal, direto e desde a estrada, desde o acesso ao quadrilátero, o olhar do observador é atraído para o ponto de entrada da casa de vivenda sem interrupções ou subterfúgios. A aproximação em Santa Justa (Figura 53), cria, como no caso anterior, uma fachada principal para todo o conjunto da sede. Aqui o acesso não foi alterado, exceto pela introdução e depois remoção do leito da estrada de ferro.



Figura 53 – Fazenda Santa Justa (Val). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

A palmeira imperial foi amplamente difundida entre aos proprietários de fazenda do século XIX como elemento paisagístico, sem dúvida alguma, é dos mais imponentes símbolos da ligação estreita e da reprodução do poder nessas propriedades. Segundo Carlos Fernando de Moura Delfim²⁶, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, D. João VI introduziu um tipo particular de palmeira, trazida para compor o Jardim Botânico por ele criado. Os escravos que lá trabalhavam conseguiam uma renda extra vendendo as sementes da palmeira para senhores ansiosos em reproduzi-las em seus jardins particulares. Em unidades que tem o acesso perpendicular, às aléias produzem efeito muito forte, contundente e imponente.

²⁶ Arquiteto e paisagista do IPHAN responsável, entre outras, pela proteção e preservação dos jardins históricos, sempre faz referência a esse fato em palestras e comunicações verbais.

O terreno, as condições naturais excepcionais (TAUNAY, 2001, p. 87), no vale do Rio Preto, propiciaram a implantação dessa unidade. A aléia de palmeiras avança em direção ao rio formando ângulo reto e “fechando” o quadrilátero nessa direção (Figura 54).



Figura 54 – Fazenda Santa Justa (Val). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

c) Tangente interna à Casa de Vivenda

Uma rua, entre a casa de vivenda e o terreiro, permite o acesso à sede (Figura 55). Essa rua tem origem na estrada que contorna, externamente, o quadrilátero cuja visibilidade do terreiro é prejudicada pela existência de edificações.

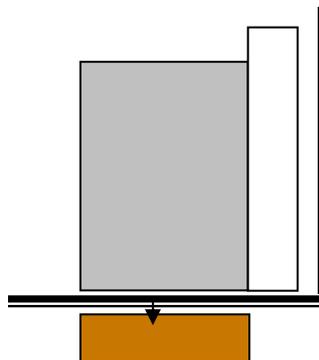


Figura 55 – Esquema “c” de acesso à sede

Nas Fazendas Aterrado (Figura 20 e 56), Três Saltos (Figura 31) e Bela Aliança (Figura 25) o veículo chega diretamente à frente da casa de vivenda após percorrer uma das laterais do quadrilátero, onde há edificações que impendem a visualização do conjunto. Diferente de Canto Alegre (Figura 27) ou Santa Maria (figura 36) onde não há edificações na lateral permitindo ampla apropriação visual de seu conjunto.



Figura 56 – Fazenda do Aterrado (BP). Fonte: Google Earth, 06.12.2006.

d) Perpendicular lateral

Muito semelhante a situação anterior, no entanto não há construções na lateral do quadrilátero o que cria um impacto desde o início da aproximação sede pela perspectiva livre da casa de vivenda (Figuras 57).

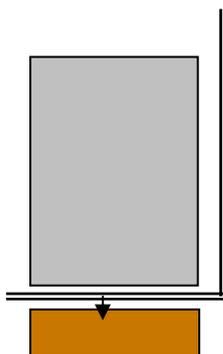


Figura 57 – Esquema “d” de acesso à sede

A imponente fachada da Fazenda de Santa Maria, voltada para o terreiro, se impõe como fachada principal pelos valores que traz e pela função controladora de todo o conjunto (Figuras 36 e 58) e por não haver impedimento visual nessa lateral do quadrilátero, só a mureta de proteção do terreiro.



Figura 58 – Fazenda Santa Maria (BP) - Fonte: arquivo do Hotel Arvoredo - BP

Essa imposição fez com que ela fosse, no século XX, alterada para ser também a fachada de acesso, modificando as relações de chegada do visitante ao interior do imóvel. Originalmente, uma escada lateral levava direto ao segundo piso, no térreo ficavam apenas os depósitos. Entrava-se na casa pela sala de receber que desempenhava ainda a função de nave para atender ao oratório, instalado em pequeno cômodo, que para aí se abria em dias de ofício.



Figura 59 – Fazenda Santa Maria (BP). Fonte: Google Earth, 06.12.2006.

O caminho, ou trilha que aparece na base do quadrilátero na Figura 59 é consequência do desaparecimento das edificações do engenho e moinho que aí se localizavam.

Outro exemplo significativo desse grupo é a Fazenda Canto Alegre (Figuras 27 e 28); no entanto, novas edificações comprometem visualmente o conjunto.

e) Oposto ao Conjunto:

A estrada atinge o quadrilátero pelos fundos do conjunto, ou seja, pela face oposta à casa de vivenda (Figuras 60).

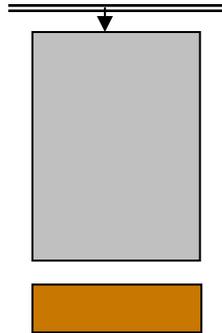


Figura 60 – Esquema “e” de acesso à sede

As Fazendas do Pocinho (Vass) e de Santana (BP) não tiveram construídas suas casas de vivendas, que ficariam na mesma posição, fechando o terreiro (Figuras 13 e 14). No caso de Santana, não haveria outra possibilidade de acesso, a não ser pelo interior do terreiro, já que a área reservada termina no despenhadeiro (Figura 61). No caso de Pocinho, o aqueduto – obra de significativo custo – determinava que não haveria dispêndio maior com aberturas de novo acesso.



Figura 61 – Fazenda Santana (BP). Fonte: Google Earth, 06.12.2006.

A Fazenda de Santana (Figura 62) é tão compacta que até hoje só um acesso é possível (parte inferior da figura) onde, originalmente, estariam os engenhos. No lado oposto, as senzalas remanescentes da adaptação que foi feita nos lances situadas na lateral à direita. Três das faces do *quadrilátero* se voltam para penhascos.



Figura 62 – Fazenda Santana (BP). Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

Ao fundo, a vista do rio Paraíba do Sul seria aquela descortinada pelos moradores da vivenda que sobre ele se debruçaria, caso tivesse sido edificada.

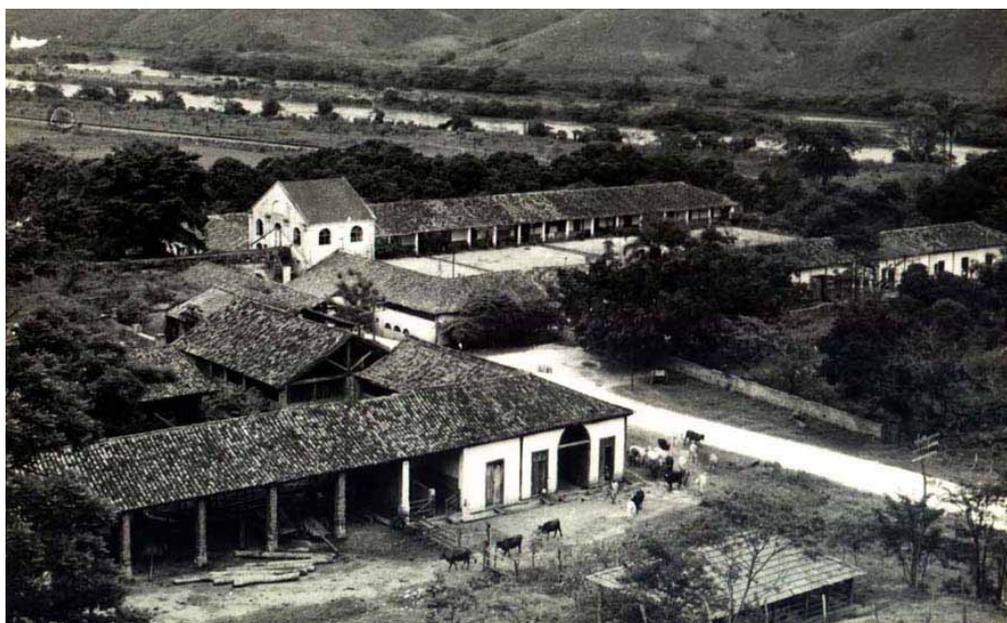


Figura 63 – Fazenda do Pocinho (Vass) - Fonte: NDH/CAU – VR – UGB

A Fazenda do Pocinho (Figura 63) é cortada, até hoje, pela mesma estrada de rodagem que atravessa suas terras, separando o quadrilátero da área de criação de gado e da cadeia, ou seja, das construções que se situam fora do terreiro. Tal como em Santana, Pocinho tem uma cadeia, toda em pedra que se situa atrás da cavalaria, no plano frontal inferior da fotografia. À direita o muro de proteção do pomar, paralelo a estrada.

A construção que sobressai no quadrilátero é o antigo engenho que ocupava três pavimentos e ainda guarda as marcas do telheiro que protegia a roda d'água. À direita, os engenhos de farinha, cana e outros beneficiamentos e, formando um dos lados do quadrilátero, as senzalas que, neste caso, como em Ponte Alta, têm janelas. À esquerda o trecho da senzala adaptado para casa de vivenda.

O acesso social à casa de vivenda, adaptada em trecho da antiga senzala, situa-se na extrema esquerda e se faz por um copiar que protege a porta de entrada. Trata-se de mais um caso de acesso lateral. No extremo oposto, um pequeno portão de ferro, perpendicular ao muro do pomar, leva a um corredor que atravessa a construção em direção ao terreiro. A mesma privilegiada paisagem teria a casa de vivenda em relação à vista do rio Paraíba do Sul, caso tivesse sido edificada.

As fachadas voltadas para as aproximações possíveis em Santana e Pocinho são todas fachadas de fundos.

III.2 . O Quadrilátero

Com os dados obtidos na leitura das plantas de situação da FABP pode-se estabelecer alguns nexos tipológicos na implantação da arquitetura rural do Médio Vale do Paraíba Fluminense.

A primeira conclusão é a existência do *quadrilátero* como forma básica e comum às diversas unidades de produção agrária. Constituído a partir de quatro linhas, pode ser classificado sob diversos aspectos:

1. *Quadrilátero fechado e*
2. *Quadrilátero aberto.*

São *quadriláteros fechados* aqueles, tal como a Fazenda Ponte Alta (Figura 35), que têm as quatro faces ocupadas com edificações, independentemente do número de acessos possíveis.

São *quadriláteros abertos*, aqueles, tal como a Fazenda São Luiz (Figura 12) que, embora tendo os quatro lados bem estabelecidos, não têm edificações em uma de suas faces.

Sob o aspecto da forma, pode se estabelecer:

3. *Quadrilátero regular e*
4. *Quadrilátero irregular.*

São *quadriláteros regulares* aqueles, tal como a Fazenda do Pocinho (Vass. Figura 13), que têm as quatro faces retilíneas, sejam eles *quadriláteros abertos ou fechados*.

São *quadriláteros irregulares*, aqueles, tal como a Fazenda dos Alpes (BP. Figura 11) que têm um dos lados não retilíneos, com ângulos agudos, criando um pentágono, sejam eles *quadriláteros abertos ou fechados*.

Sob o ponto de vista da forma, os *quadriláteros regulares* podem, ainda, ser subdivididos:

3.1. *Quadrilátero retangular*

3.2. *Quadrilátero paralelogramo*

Os exemplares que adotam o tipo retangular são os mais comuns como a Fazenda Canto Alegre, BP (Figura 29) e, em casos raros, o paralelogramo, que tem na Fazenda Bom Retiro seu melhor exemplar (Figura 21).

Por fim, a única unidade que adotou o quadrilátero com a possibilidade de destacar, de forma significativa, a casa de vivenda no alto de uma colina criando um desnível significativo entre a vivenda e o terreiro: a Fazenda Santo Antônio do Paio (Figura 39).

Em todos os casos, a forma básica é o quadrado, ou a “quadra” como quer Carrilho (2006, p. 72). Segundo Figueiredo, a definição de quadra é muito abrangente.

“Casa ou compartimento quadrado. Cada um das divisões de um jardim, dispostas em forma quadrada. Série de quatro. Estância de quatro versos. Quarteto. Cada um dos lados de um quadrado. Carta de jogar, com quatro pontos. [...] Lanço de muralha” (FIGUEIREDO, 1925, p. 1137)

Em oitenta avaliações de bens²⁷ constantes dos inventários consultados no CDH, Vassouras, entre os anos de 1840 a 1850, em apenas três consta a expressão “quadra”. Todas as ocorrências se reportam à área quadrada, “meia légua de terras em quadra” (CDH, cx 82, 1841, Antônio da Costa Franco), “uma casa de vivenda assobradada com 50 palmos em quadra” (Josepha Gonsalves, CDH, cx. 86, 1845) e “um quarto que bota porta para mesma com 13 palmos em quadra” (CDH, cx. 90, 1849 – Vicente Pereira Ferreira da Silva). Para Lúcio Costa, quadra define os pátios internos, existentes no “partido arquitetônico” adotado “pelas ordens religiosas nos seus mosteiros e conventos” (1978. 27).

Por outro lado, o *quadrilátero* se caracteriza por distribuir as edificações em torno do terreiro. Carrilho cita dois tipos de terreiro, o de “dentro” e o de “fora” (2006, p. 67). Nos levantamentos realizados pela FABP há apenas uma citação de terreiro fora do quadrilátero (Fazenda do Recreio, Pi) e nas Avaliações de Bens do CDH, na década de 1840 não há nenhuma citação de “terreiro de fora”.

²⁷ Nos Inventários *post mortem* constam a Avaliação dos bens, onde estão listados os objetos que merecem ser incluídos no montante do patrimônio a ser partilhado entre os herdeiros. A presente pesquisa se restringiu a consulta dessas avaliações não incluindo a leitura das demais partes que compõem o processo de Inventário.

No entanto, as poucas citações traduzem o período pesquisado. Não é atribuído valor ao terreiro, rústico e sem pavimentação que justifique custos, mas sim aos elementos de vedação e/ou proteção. Ter um terreiro cercado melhora a qualidade do produto nele exposto, pois impede o acesso de animais, além do custo inerente ao material utilizado na cerca. Na maior parte das citações as cercas são feitas com achas²⁸ e, em um caso, há proteção de pedra lavrada (CDH, cx 90, 1849, Vicente Pereira Ferreira da Silva). A técnica adotada nessa última referência se fez necessária pois a metade do “terreiro é artificial” e, para sustentar o aterro, foi erigida uma “muralha de pedra com 162 palmos de comprimento e 15 de alto²⁹ com parapeito de cantaria”, isto tudo “defronte a casa”.

A palavra terreiro vem do latim *terrarium*, que significa, entre outros, “espaço de terra, plano e largo; praça; terraço” ou “lugar ao ar livre” (FIGUEIREDO, 1925, p. 1341). No Brasil, as referências mais antigas aos “terreiros” são aquelas que estudam os colégios dos jesuítas, sendo o mais difundido o do Colégio da Companhia de Jesus em Salvador cuja denominação é mantida até hoje.

“Sendo o objetivo da Companhia a doutrina e catequese a igreja devia ser ampla a fim de abrigar número sempre crescente de convertidos e curiosos e localiza, de preferência, em frente a um espaço aberto – um terreiro – onde o povo pudesse se reunir e andar livremente, não se prevendo, o mais das vezes, a construção ordenada de casas em volta dessa praça”. (COSTA, 1978, p. 17).

Inúmeros foram os centros urbanos que se desenvolveram a partir da instalação de irmandades religiosas, entre elas franciscanas, beneditinas e jesuítas, antes e durante a primeira metade do século XVII (COIMBRA, 1994, GUTIERREZ, 1987, REIS FILHO, 1968).

“Nos centros urbanos menores as ruas desenvolviam-se em torno das praças onde se acomodavam as casa de Câmara e as igrejas paroquiais. Na periferia ou em pontos destacados, onde se instalavam

²⁸ Vide nota 14.

os conventos, abriam-se os terreiros respectivos. Nos centros maiores porém, como Salvador, as praças ganhavam em especialização, diferindo segundo suas funções cívicas ou religiosas, levantando-se a primeira na praça do palácio e a segunda no Terreiro de Jesus.”. (REIS FILHO, 1968, p. 136).

Entre colégios, aldeamentos e/ou reduções missioneiras, os jesuítas deixaram um legado significativo cujo programa era “relativamente simples” e constituído de três partes: “para o culto, a igreja com o coro e a sacristia: para o trabalho, as aulas e oficinas: para residência, os ‘cubículos’, a enfermaria e mais dependências de serviço, além da ‘cerca’, com horta e pomar” (COSTA, 1978, p.17). Nesse programa básico foram inseridos, nas reduções indígenas, “depósitos e armazéns capazes de aliviar as infortunadas circunstâncias de uma má colheita” (GUTIERREZ, p. 29). Os aldeamentos se constituem como unidades agrárias produtoras e se apresentam, grosso modo, distribuídas da mesma forma, a Igreja dominando o cenário, uma praça (ou pátio), e as casas a sua volta.

No estudo realizado por Barros (1995) ao descrever a Aldeamento de São Fidélis (norte fluminense), há uma nota “casas comunais alpendradas” (p.116), e na gravura da Aldeia Missionária – Pernambuco (p. 117) está muito claro o alpendre e uma varanda contínua para cada bloco de edificações colocadas em linha (Figura 64).

A diferença entre essas casas e a senzala de “correr”³⁰ adotada no vale do Paraíba fluminense é que nas primeiras as edificações não são contínuas. A cobertura, em material vegetal – sapê, capim ou palha - aparece nos inventários até os anos de 1850.

²⁹ Considerando o palmo como 22 centímetros, a muralha tem 35,64 metros de comprimento por 3,30m de altura, uma significativa obra de engenharia que foi avaliada em 1:200\$000 (um conto e duzentos mil réis).

³⁰ Essa expressão “correr” aparece em quatro inventários entre os anos de 1841 e 1848, para qualificar as edificações feitas de forma contínua e ininterrupta.

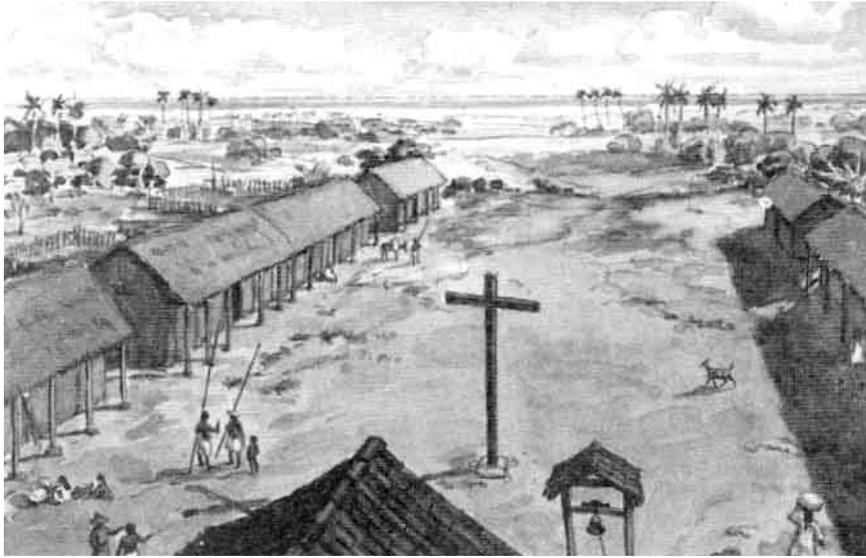


Figura 64 – Aldeia Missionária – Pernambuco. Fonte: Barros, 1995, p. 117

“Observando as diversas formas de representação de aldeamentos pertencentes a diversas ordens religiosas, num estudo de análise serial, concluímos que todas seguiram o modelo arquitetônico jesuíta na representação do espaço” (BARROS, 1995, p. 17)

A ilustração da aldeia de Carapicuíba (Figura 65) apresenta uma ampla praça em forma de um *quadrilátero regular, aberto* à direita, e com uma aléia de palmeiras no centro do terreiro, muito comum nas fazendas fluminenses ao longo do século XIX.



Perspectiva aérea da Aldeia indígena de Carapicuíba, de autoria do arquiteto Luís Saia.

Figura 65 – Aldeia de Carapicuíba. Fonte: Corona e Lemos, 1972, p. 28

Entre as diversas propriedades dos jesuítas está a grande Fazenda de Santa Cruz que foi apropriada pela Coroa Portuguesa quando da expulsão dos religiosos (1759). Seus limites inseriam “mar, praia, mata, planície, serra, montanha [...] que fizeram daquilo tudo um modelo de racionalidade, convivência e rentabilidade” (SCHWARCZ, 1998, p. 222). A fazenda ia do litoral até a serra de Matacões em Vassouras.

“Obras de engenharia hidráulica transformaram os campos pantanosos em férteis pastos, onde 22 currais chegaram a abrigar mais de 11 mil cabeças de gado vacum, afora os cavalos de raça, os caprinos, ovinos, lanígeros, e ainda aves e outros animais domésticos [...] Plantações e pesqueiros; oficinas e indústrias, carpintaria, fiação, ourivesaria; ali se fazia de tudo”. (SCHWARCZ, 1998, p. 222)

No entanto, o que mais chamou atenção da autora foi o fato de que “escravos e escravas, ainda adolescentes, eram iniciados por mestres-jesuítas no conhecimento da música sacra, formando corais, tocando instrumentos e gerando novos mestres”. O “Conservatório de Santa Cruz” ganhou fama e popularidade, tendo sido mantido pelo Império (SCHWARCZ, 1998, p. 223)

Algumas particularidades sobre a fazenda de Santa Cruz são importantes para o presente estudo. Entre elas, Schwarcz lista a disposição dos “aglomerados” onde residiam os negros que “ladeavam o convento”. Constata, por “ocasião da expulsão dos jesuítas”, a existência de 1.600 escravos que viviam em regime próprio, estabelecido pelos religiosos: três dias trabalhavam para os padres, três dias em suas “próprias lavouras” e nos domingos descansavam.

Taunay reconhece essa influência ao afirmar que “os jesuítas, mestres consumados na arte de disciplinar os homens, deixaram nas fazendas que o governo lhes confiscou certos usos e tradições que ainda hoje duram” (2001, p. 76).

Guardadas as devidas proporções de propósitos e objetivos em cada uma das empreitadas, religiosa e agrícola, essas constatações foram incluídas nas recomendações de Werneck para a fundação de uma fazenda no Vale do Paraíba.

“O escravo deve ter domingo e dia santo, ouvir missa se a houver na fazenda, saber a doutrina cristã, confessar anualmente: é isto um freio que os sujeita [...] O fazendeiro deve, o mais próximo que for possível, reservar um bocado de terra onde os pretos façam suas roças: plantem o seu café, o seu milho, feijões, bananas, batatas, cará, aipim, cana, etc. Não se deve porém consentir que a sua colheita seja vendida a outrem e sim a seu senhor [...] Essas suas roças e o produto que delas tiram fazem-lhes adquirir certo amor ao país, distraí-los um pouco da escravidão e entreter-se com esse seu pequeno direito de propriedade” (WERNECK, 1978, p. 37).

A idéia de orquestra composta por escravos foi amplamente adotada na região da cultura do café ao longo do século XIX. Música e dança foram recomendadas por Taunay como eventos aos domingos “depois do jantar”, com “música africana, as danças patricias e alguns jogos de luta &c”³¹ (2001, p. 74). O casal Agassiz (1975, p. 136) testemunhou isso quando esteve na fazenda de Pinheiros de propriedade de um dos maiores escravocratas do vale do Paraíba, o Comendador Souza Breves e seu irmão, que somaram mais de 20 fazendas com, aproximadamente, 6.000 escravos (MUNIZ, 1979, p. 67).

Saint Hilaire ao visitar a Fazenda de Pau Grande, afirma ser essa unidade um dos engenhos de açúcar mais importante que ele conheceu, ficando atrás apenas daquele existente “perto de S. Salvador de Campos” no Colégio construído pelos jesuítas. (1938, p. 38). Ao descrever o espaço ele descreve o que aparece no quadro a óleo reproduzido em Stein (1990, pré texto³²), cuja legenda informa se tratar de uma vista “tirada” em 1844 (Figura 66).

Saint Hilaire, como já visto, esteve em diversos engenhos de cana e ao descrever a fazenda de Itajuru afirma que vê-la é o mesmo que visitar um “grande número de habitações” e que as “casas estão dispostas em volta de um grande terreiro que tem a forma de um quadrilátero alongado” (1938, p. 190), ou seja, um quadrilátero retangular.

³¹ O músico Carlos Henrique Machado Freitas, tem se dedicado a pesquisar a música dos negros no Vale, tendo lançado, em 2005, uma caixa com dois CD e encarte onde se encontram textos e fotos dessa herança cultural, sob o título de *Vale dos Tambores*.

³² Embora editado com outro título, trata-se de outra tradução do mesmo trabalho publicado em 1961, sendo que a imagem só foi impressa nessa última edição.

Ao se referir à Pau Grande informa ser um “edifício imenso, rodeado de vastas usinas” e que as edificações estão dispostas em “semi-circulo diante da habitação do senhor”. O que se apreende do quadro a óleo da fazenda Pau Grande (Figura 66), reproduzido por Stein (1991, pré texto), é a grande vivenda com a Capela ao centro, à sua direita uma edificação assobradada no trecho inicial e com vários lances. Abaixo, um conjunto de edificações, que, por suas dimensões, podem ser térreas, alinhadas e não contínuas, com telhados regulares e, diante delas, ligeiramente à direita, uma construção para onde se dirigem 3 animais de carga, atrás dela um pequeno cômodo elevado do solo.



Figura 66 – Fazenda Pau Grande em 1844. Fonte: Stein, 1991.

Trata-se de um conjunto de edificações assentadas irregularmente em torno de um grande vazio, com topografia acentuada, em suma de um quadrilátero irregular. O terreiro é o único elemento cujo terraplano não está concluído.

Mas, sobretudo, é a informação prestada por Saint Hilaire sobre o hábito de se secar o açúcar em tabuleiros “suspensos em vigas” expostos ao sol que dará o entendimento da necessidade de um amplo espaço aberto também para o engenho de cana (1938, p.40). Ou seja, o terreiro é indispensável também para essa técnica de beneficiamento da cana no preparo do açúcar. Portanto, o modelo não foi forjado e nem é peculiar à cultura do café, **o quadrilátero é anterior**, e os jesuítas teriam sido os maiores disseminadores do proposta ocupacional, carregada de signos e significados, altamente hierarquizada. A citação de “dez prazos de terras afora à Imperial Fazenda de Santa Cruz” (CDH, 1843, cx. 84, José Jorge da Silva) comprova a proximidade com a experiência desenvolvida pelos jesuítas em unidades agrárias do Vale do Paraíba.

O registro feito por Vauthier (1975, p. 78) de um engenho de cana em Pernambuco é muito similar as fazendas de café da Província do Rio de Janeiro, ele desenha o “plano geral de um engenho (fábrica de açúcar)”, em Pernambuco entre os anos de 1840 a 1846 (Figura 67).

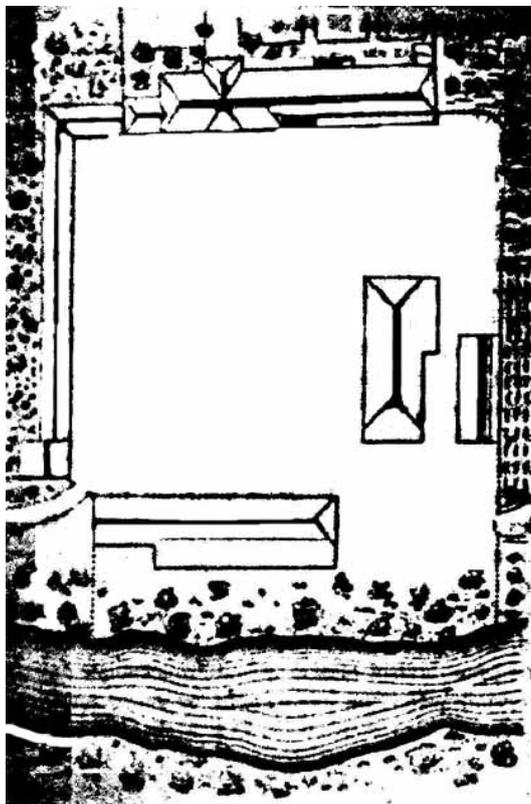


Figura 67 – Plano geral de um engenho. Fonte: Vauthier, 1975.

Ao longo das páginas 75 a 94, o autor descreverá o engenho e a vida no interior da propriedade rural e exclama ao chegar “eis-no no pátio do Engenho”, onde pára e lança “um olhar ao conjunto das construções”. Descreve a “casa grande, como dizem respeitosamente os escravos e assalariados”, implantada no ponto mais alto, a “meia encosta”. Informa ainda que não há projeto, e que a distribuição foi feita “ao capricho dos proprietários”. Situa a senzala, “que se prende à casa”, com portas baixas e estreitas, “desmoronando-se aqui e acolá”, e cuja varanda é descrita como “uma pequena galeria coberta” (p. 79). Sobre a existência de congêneres afirma que “as disposições do terreno dão motivo à variedade no arranjo das partes e o desenvolvimento de cada uma dessas nem sempre é o mesmo”, e conclui afirmando que “em geral, porém, repetem-se sempre, embora em proporções diversas” (p. 81). Mais adiante, ele informa sobre a

presença de outros habitantes nas terras do engenho “os lavradores e os moradores” (p. 93) que moram em casebres muito humildes.

Poderia Vauthier estar se referindo à implantação das unidades agrárias do vale do Paraíba fluminense, onde a topografia também impõe limites e variações ao projeto, e a ordem da distribuição dos prédios não segue, aparentemente, a qualquer plano pré-estabelecida. Na Figura 48b, Fazenda do Oriente, uma série de casebres existe fora do *quadrilátero*. No inventário *post mortem* de Antônio do Nascimento Santos Costa (CDH/USS, cx 86, 1847) há uma “casa na entrada perto da ponte e outra perto da de Francisco Vaz Monteiro”. Esse caso foi, destacado entre outros, pois além de citar duas casas do espólio do falecido, há uma habitação de terceiro, que pelo sobrenome não é negro, podendo ser moradia de pessoa agregada à família.

Outros exemplos de implantação de unidade agrária são os engenhos de cana de Quissamã (CALVENTE, 1987). Ao descrever a “situação e ambiência” da Casa da Fazenda de Machadinho informa que ela “mantém ainda a implantação original dos prédios das senzalas, dispostos em arruamentos, formando uma grande praça fronteira à casa” (p. 73). A fazenda foi implantada entre os anos de 1750 e 1789, com um pequeno engenho e em 1796 é iniciada a “construção de um novo engenho”, reconstruído em 1803. A seguir é feita a construção “da primeira casa da fazenda” e em 1863 inicia-se a construção do atual solar (p. 74). O processo de implantação da unidade agrária é muito semelhante ao proposto por Werneck (1978): escolhido o terreno, fazem as construções provisórias para início da produção, e de tal forma que não atrapalhem o “risco” final que, no caso citado de Quissamã, levou um século até a conclusão da obra³³.

³³ Quiçá por isso seja a expressão “obra de igreja” – para definir a lentidão nas conclusões das obras – tão comum no Vale do Paraíba.

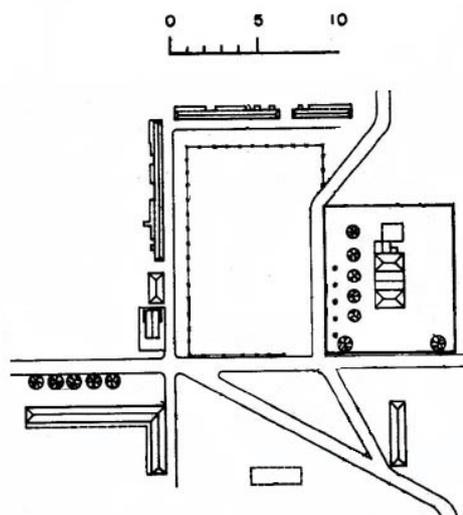


Figura 68 – Situação da Fazenda de Machadinha, Quissamã.

Fonte: Calvente, Vauthier, 1987, p. 74³⁴.

A planta de situação da Fazenda da Machadinha (Figura 68) demonstra um *quadrilátero retangular aberto* na parte inferior e com edificações fora do conjunto.

Retornando ao material coletado na leitura das Avaliações dos Bens constantes dos inventários do CDH/USS entre os anos de 1840 e 1850, há informações significativas sobre o início das construções agrárias do vale do Paraíba.

Dentre os 80 inventários consultados³⁵, 60 trazem informações sobre moinhos e engenhos, sendo que 23 são movidos por força hidráulica, sendo um com roda d'água, e 6 por tração animal. São 12 citações a engenho de café contra 43 nomeados “moinho” que, provavelmente, se referem a produção do açúcar, sendo que em 12 desses aparecem a palavra cana.³⁶ Em 28 unidades há local específico para a preparação de farinha de mandioca, cujas denominações variam de “casa de farinha”, “engenho de mandioca” ou “fábrica de farinha”.

³⁴ Foram removidas as linhas da topografia do desenho original, de forma a destacar o conjunto das edificações.

³⁵ É preciso esclarecer que, sendo o foco da presente dissertação a implantação, buscou-se nas avaliações referências à quadra, terreiro, quadrilátero e/ou descrição da distribuição dos prédios, assim os dados referentes as edificações não foram exauridos.

³⁶ Werneck, em 1847, ainda cogitava a implantação de fazendas de produção de farinha e cana como principal atividade ao recomendar os engenhos a serem priorizados “o moinho, o engenho de mandioca e, depois o de pilões, ou de açúcar, se for esse o vosso estabelecimento” (BRAGA, 1978, p. 32).

Esses inventários comprovam o momento de transição em unidades já existentes, da produção em larga escala do açúcar para a do café. O inventário de Luiza Ignácia da Conceição (CDH, cx. 82, 1841), proprietária de uma “sesmaria”³⁷, lista 172 escravos divididos em três propriedades. Em uma das unidades a casa de morada é parte de pedra e parte de pau-a-pique, não tem forro e constam as construções ligadas ao trabalho e as senzalas.

Moinho pequeno coberto de telha; paiol pequeno de madeira roliça, coberto de telha; 3 lances de engenho com paredes de pedra, tear e rodas arruinadas, bolandeira³⁸ e etc [sic]; engenho de pilões, tocado pela mesma roda de engenho de cana, com 10 mãos; 37 formas de açúcar; paiol para receber caldo; casa de aguardente e tonéis de pedra; uma casa onde está assentado o engenho de pilões muito acabados, tocado por água, e máquinas; um engenho de pilões pequeno; uma meia água pegada ao alambique, uma casa com estrebaria; uma casa de caseiros; um paiol de mantimentos com paredes de pedra com varanda; um portão de grades debaixo da coberta; dez senzalas novas; 2 lances assoalhados onde sua enfermaria; 21 senzalas velhas, sendo uma da tenda com seus utensílios. Embora haja plantação de café, a maioria dos pés são novos (de 2 a 4 anos) e as construções listadas são para o beneficiamento da cana e da farinha.

Portanto, é possível afirmar que não se abandonou o cultivo da cana, pelo contrário, em 1844 o falecido Manoel Luis Machado (CDH, cx 86) estava construindo a casa nova, assobrada, junto da velha e mal construída. Deixou dois engenhos de café, uma “engenhoca” velha com todos os seus pertences (caixão, tachos, alambique, banco, formas, caldeira, tonel e coxo de “azedar garapa”) e estava edificando um engenho de cana. Entre seus bens estavam 76 escravos, 29 lances de senzalas e “terreiro” era cercado.

As casas de morada ou de vivenda aparecem em todos os inventários, em 20 não há referência de materiais ou a idade da edificação. No entanto, uma tabulação (Quadro 3) resumindo as informações coletadas permite perceber que há 5 unidades cujas casas

³⁷ Esse Inventário é o único que apresenta uma sesmaria. Sobre a propriedade da terra na primeira metade do século XIX ver MUNIZ, 1979.

³⁸ Grande roda dentada, nos engenhos de açúcar, que trabalha horizontalmente, por impulso do rodete (FIGUEIREDO, 1925, p. 217).

estão arruinadas, e que a maior parte das moradas são mal construídas ou “ordinárias”, 5 estão em obras, e apenas 2 são novas. O dado mais significativo é que em 10 unidades há casa velha junto a casa nova, ou seja, ainda subsiste a casa provisória.

Quadro 3 – Tabulação das Casas de Vivenda por suas características

Casa	Por acabar	Nova	Nova e velha	Por acabar e velha	Bem feita ³⁹	Arruinada	Ordinária
Ano							
1840	1		2				3
1841	2	1	1	1	1	1	4
1842							2
1843							1
1844	2		1	1	1		5
1845	1		3			1	1
1846					1		2
1847					3		4
1848	1		3		2	2	1
1849							2
1850					3	1	
total	5	1	10	2	11	5	25

Fonte: Inventários *post mortem* CDH/USS

Considerando que em 1813 são exportadas 17 sacas de café e que só após 1838 é que se atinge a casa de um milhão de sacas (LAMEGO, 1950), ultrapassando o açúcar no comércio exterior, é nesse período que se tem a exata idéia do sucesso da empreitada. O que é comprovado pelo fato de só a partir de 1845 aparecer referência ao vidro⁴⁰, na zona rural, como por exemplo, “uma casa de vivenda de sobrado cita na fazenda do Bom Jardim, forrada, envidraçada, juntada inclusive a cozinha” (Francisca das Chagas Werneck, CDH, cx. 85, 1845). Silva Telles (1968, p. 27) encontra registros de vidraças na Vila de Vassouras desde o final da década de 1830.

A maior parte dos investimentos, até o início da década de 1840, está direcionado à produção, aos engenhos, aos moinhos, aos paióis, às tulhas, à abertura de

³⁹ Foram consideradas como “bem feitas” as unidades que apresentavam dados do tipo “madeira lavrada, telha”; no campo “arruinada” foram incluídas àquelas em “mau estado” e em “ordinária” foram incluídas as edificações que utilizaram “madeiras roliça, palha”. Há um caso, não listado, de estar sendo executado um acréscimo.

⁴⁰ Em 1845 há três referências a vidraças, em 1848 duas, e 1849 uma. A presença de vidro nas edificações é sinal de riqueza, já que o material é frágil e de difícil transporte dos centros produtores, não sendo conhecida nenhuma fábrica no vale do Paraíba.

estradas e à plantação, ficando as casas de vivenda para o momento posterior, revelando a escala de prioridade daqueles tempos.

As senzalas que seriam, de acordo com a historiografia, o ponto de maior controle e cerceamento da mão de obra, têm situação duvidosa nos anos de 1840 (Quadro 4). Computaram-se 44 referências a elas, sendo que 19 não relatam juízo de valor. Estão arruinadas em cinco unidades agrárias, 9 têm cobertura vegetal contra 7 cobertas de telhas; 2 têm senzalas novas juntamente com senzalas velhas e 2 só têm edificações velhas. Em 1842, **uma senzala tem 11 janelas e 5 portas** distribuídas em 8 lances de 180 x 30 palmos (José da Costa Franco, CDH, cx. 83, 1842), e em 1848 há uma janela registrada.

Quadro 4 – Tabulação das Senzalas por suas características

Ano	Velhas	Nova e Velha	Ordinárias	Arruinadas	Coberta Vegetal	Coberta Telha
1840	1		1	1	1	2
1841		1		1	2	
1842			1			1
1843					1	
1844	1		1	1	1	
1845		1	2			
1846						
1847					2	2
1848				1	2	2
1850				1		
Total	2	2	5	5	9	7

Fonte: Inventários *post mortem* CDH/USS

São 7 as enfermarias encontradas, sendo três instaladas no corpo da senzala, situação encontrada na Fazenda Monte Alegre (Figura 15). Cinco citações de “rego”, para água e quatro a açudes. Só há 4 tulhas citadas, e 56 têm paióis, apenas nove trazem dados sobre o produto armazenado: mantimentos (no ano de 1841), milho (1845), farinha (1848), feijão e café (1847) e 5 referências a paiol especificamente para café (1841, 1848 e 1850). Desses, 3 estão no cafezal, 1 está velho e dois estão arruinados (1849 e 1850).

Em relação às cozinhas há 44 citações, seis estão “ligadas” à casa; uma é “separada”, três permitem supor serem dos Moinhos, e duas outras exclusivas para os escravos. Há uma citação de cozinha no terreiro.

Constam edificações destinadas à criação de animais: Galinheiro (14 citações), Chiqueiro (14), Curral (5), há uma fazenda com carneiro. Essas criações apontam na direção das recomendações dos Manuais (WERNECK, 1978, TAUNAY, 2001), comprovando que a unidade agrária deveria produzir praticamente tudo que fosse necessidade de consumo. O interessante é constatar que as duas primeiras criações ocorrem em casa “que serve de galinheiro” (Luis Gomes Ribeiro, CDH, cx. 82, 1841), ou “uma dita [casa] que serve de chiqueiro (João Barboza dos Santos, CDH, cx. 84, 1844).

São significativas as edificações fora do conjunto, entre elas: Ranchos (6), Casa para Vendas (6), Olarias para fabrico de telhas⁴¹ (5), Casas para Tropas (7). Sobretudo interessante é o local de trabalho do oficial de ferreiro, fundamental para atender às necessidades diárias, as Tendões que, às vezes, incluem as ferramentas de trabalho (10) e apenas uma carpintaria registrada com esse nome.

Essas últimas citações aumentam a lista das edificações existentes na unidade agrária, ampliando o universo de ações e imprimindo um ritmo mais dinâmico às atividades diárias. Os ranchos para hospedagem de tropas que transportam toda sorte de mercadorias – principalmente, o açúcar e o café - e para abrigar os viajantes em trânsito⁴². As vendas⁴³, denominadas Casa de Negócios, onde o fazendeiro mantinha os recursos da escravatura dentro da propriedade e os mantinha mais cativos pela dívida, atendendo também aos viajantes. Esses dois imóveis, destinados ao comércio

⁴¹ É amplamente divulgada a versão que atribui a feitura das telhas em coxas de escravos, mito já desfeito tanto pela arqueóloga Rosana Najjar quanto por José La Pastina, ambos do IPHAN. No entanto é preciso registrar a origem do mito. Quando da introdução de telhas importadas da França (“telhas francesas”) de fabrico industrial, passou-se a denominar “telha de coxa” as telhas (capa e bica) manufaturadas por “telhas de coxa” sem que haja qualquer ligação com o membro inferior humano. Ser feito “nas coxas” significava simplesmente mal feito. No entanto, como a forma dessas telhas, conformes, lembra a forma humana, criou-se esse equívoco.

⁴² Ao viajar, as pessoas careciam de hospedagem e/ou de serviços fosse pela aproximação de uma tempestade, uma quebra de roda da carruagem, a necessidade de trocar algum animal de carga ferido ou cansado, um passar mal de algum passageiro, para atender aos agentes do correio, enfim as mais diversas situações.

⁴³ Na Fazenda Santa Eufrásia (Vassouras, não incluída no inventário da FABP) ainda existe a Venda a margem da estrada de acesso à sede.

funcionavam, ainda, como ponto de encontro, favorecendo a circulação da informação e a troca de conhecimento.

Para muito além do aspecto funcional - prático e utilitário - a arquitetura personifica a imagem do poder em seus aspectos vigentes, impondo as relações da hierarquia e consolidando-as, reativando o censor interno na interação com o espaço e suas representações. A vigília sob si mesmo torna-se constante - parte integrante dos indivíduos - construída, dentre outras coisas, a partir do esfacelamento das referências de identidade local e cultural, do medo (LARA, 1988; TAUNAY, 2001) e da hierarquização da ocupação dos espaços através do exercício de suas funções. Tanto mais se for considerado, os acessos – trânsitos possíveis - os materiais de acabamento utilizados nas edificações e suas estéticas, quando a casa de vivenda se transforma na “casa grande”. Até mesmo as atividades permitidas aos negros, o exercício de sua própria cultura e sua presença nas festividades comunais são formas de enfatizar a escravidão e ocorrem, na maioria dos casos, dentro do espaço e do tempo determinado pelo poder instituído. É uma maneira tácita de contrapartida a apropriação da liberdade, enquanto o poder instituído se mascara de generosidade para amenizar a opressão do controle.

A arquitetura *per si* não era a “prisão”, pelo contrário, diversos acessos, caminhos, vazios concretos descaracterizam o cárcere físico, mas não o simbólico, nem retira de cena os atores carcereiros (senhores, capatazes, feitores, capitães do mato). Particularmente os muros que, pouco mais alto que um homem, podiam ser vencidos pelos ágeis negros forjados na lida diária. No entanto essa arquitetura carrega os símbolos que permitem identificar a estratificação social, de quem se encontra em qual posição. De forma geral, só a casa de vivenda sofreu intervenções significativas a partir da década de 1840, chegando a ser reconstruída para significar o máximo do esplendor que o poder do seu senhor atingiu tanto na fazenda quanto na vila onde exercia cargos públicos e políticos. São vereadores, presidentes de câmara, deputados, provedores de irmandades de caridade ou religiosas, juizes – de Paz, de Órfãos, de Direito -, membros da Guarda Nacional, membros de associações e, até, titulares do Império. Todos, de alguma forma, são prisioneiros desse sistema intrínseco de relações complexas.

O espaço aprimorado pelos jesuítas e implantado ao longo do território nacional atendia a todas necessidades e interesses de um proprietário rural, além de trazer no conjunto os signos e símbolos do poder. Segundo Taunay, no Brasil “quem governar com notável grau de perfeição um engenho ou uma fazenda será capaz de governar o Estado (2001, p. 35).

“[...] porque o dono de certo número de escravos rústicos, sendo bom agricultor, preenche somente a metade de sua tarefa, devendo juntamente possuir e exercer as partes que constituem o bom chefe de um pequeno reinado, no qual, por governar despoticamente, e acumular as atribuições de legislador, magistrado, comandante, juiz e algumas vezes verdugo, nem por isso é menos responsável pelo seu bom governo, do qual depende a prosperidade da família” (TAUNAY, 2001, p. 48).

A TÍTULO DE CONCLUSÃO

A adoção de pátios centrais, em torno dos quais se desenvolvem e agrupam os mais diversos usos, é encontrada nas mais variadas culturas, do Oriente ao Ocidente, de Norte a Sul. Abertos ou fechados, da Praça Celestial ao ágora grego, das tabas indígenas às tribos africanas, haverá sempre a possibilidade de agregar valor de gênese a forma. De comum, a funcionalidade, cuja origem primeva pode ser o grupamento humano buscando se defender do meio hostil. Encontramos na arquitetura civil, militar, religiosa ou institucional, ao longo da História, exemplares que têm na forma quadrangular a base da distribuição e organização das edificações.

No caso do vale do Paraíba fluminense, a gênese poderá ser encontrada em diversos modelos, inclusive africanos, ou ainda na simbiose do encontro dos europeus dominadores com os negros dominados e os índios exterminados. Esse encontro foi mais profundo na experiência dos jesuítas.

A implantação e distribuição dos edifícios que compõem a fazenda de café se baseiam, sem dúvida alguma, no projeto implantado pelos jesuítas em todo território brasileiro. O *quadrilátero* não é apenas *funcional* do ponto de vista da distribuição dos espaços no cumprimento de suas funções técnicas, mas, sobretudo, é *funcional* pela hierarquia, pela distribuição dos agentes ativos de acordo com a condição social estamental, por acionar o censor interno diariamente e pela reprodução do sistema vigente. No período analisado, 1840 a 1860, ainda há engenhos de cana suficientes para se acreditar na manutenção dessa produção, assim como há produção significativa de farinha de mandioca exigindo engenhos próprios. Há casas “velhas” e “novas” para comprovar a mudança na qualidade das construções existentes ao longo das duas décadas, particularmente, para edificação de casas de vivendas com mudança significativa da arquitetura, de casas singelas para sobrados senhoriais. As fachadas principais dos imóveis são voltadas para dentro do *quadrilátero*, com exceções de algumas casas de vivenda. Há construções fora do *quadrilátero*, tanto para fins de guarda de produção, quanto para moradia e serviços (tenda de ferreiros, ranchos, paios, armazéns, entre outros).

Para melhor entender a adoção de um partido comum – o quadrilátero – teremos que aprofundar as pesquisas na arquitetura do açúcar ao longo dos primeiros séculos que, salvo melhor juízo, terá sido o grande teatro da experimentação do modelo no Brasil.

E de se buscar entender quando se deu a construção do século XIX elaborando “tradições”, mas “reinventadas” à luz da necessidade de se criar uma ‘identidade’ nacional das primeiras repúblicas (velha e nova) que vão buscar na colônia os signos de seu discurso (HOBSBAWN, 1984). Tradição que será novamente criada em curto espaço de tempo, ficando o século XIX renegado à falta de aprofundamentos não apaixonados de suas muitas histórias.

“É que se conhece muito mal o pensamento da arte no Brasil, entre o fim do Império e a Semana de Arte Moderna, e não há nenhuma crítica de arte, sobretudo quanto às três primeiras décadas do século. E não há, por razões quase óbvias: o pensamento modernista, descobrindo o Brasil de novo, forjou seu próprio passado.” (CAMPOFIORITO, 1985, p. 32)

Nesses tempos e lugares abordados, o quadrilátero, enquanto representação espacial de ocupação, traz elementos de diversas origens que compõem uma identidade coletiva em constante formação. Apesar de universal a forma, é o modo, a maneira, a cultura que lhe impõem particularidade, peculiaridade. Fica, então, um convite – como uma das múltiplas possibilidades de se entender o terreiro –, na forma de uma notícia publicada no Jornal do Comércio, em 6 de março de 1839, convocando para festejos que acontecerão em um terreiro, enquanto espaço público e urbano.

“Venham todos ao terreiro,
Tudo folgue, brinque tudo,
Que nestes dias d’Entrudo
Não há patrão nem caixeiro!
Liberdade ao mundo inteiro,
Por toda parte o folguedo!

Muita intriga, muito enredo,
Pois que hoje quem mente não peca”.
(FERREIRA, 2005)

A chave está em entender que a arquitetura, para muito além da pedra e cal, é o suporte das relações sociais, políticas e, sobretudo, da cultura intangível.

O localização do imóvel no conjunto está carregada de significados e significantes que identificam e orientam o usuário (senhor e seus pares, visitante, serviçal e escravo). A distribuição espacial é, sem dúvida alguma, a forma encontrada para diferenciar e estabelecer os limites do controle de acesso e movimentação dos diversos personagens no interior da propriedade e em torno dela. Mas é a opção por determinada técnica e a forma que ela toma é que vai escrever o texto a ser lido pelos seus usuários. Claro está que a leitura a ser feita utilizará o decodificador cultural de cada um dos que se propõem a ler o objeto (LE GOFF, 1992). A hierarquização dos espaços tem como uma das suas funções vigiar, punir (FOUCAULT, 1983) e localizar a identidade do ocupante na estrutura social do século XIX no interior das fazendas de café, mas isso já é outra empreitada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARQUIVOS:

Arquivo Público de Vassouras – Prefeitura Municipal de Vassoura / IPHAN:

- Anna Joaquina de São José (fal.), 1846

Centro de Documentação Histórica da Universidade Severino Sombra – CDH/USS, foram citados na presente dissertação os inventários *post mortem* de:

- Anna Joaquina de S. José (fal.), 1846
- Antônio da Costa Franco (fal.), cx. 82, 1841
- Antônio do Nascimento Santos Costa (fal.) CDH/USS, cx 86, 1847
- Francisca das Chagas Werneck (fal.), cx. 85, 1845
- Ignacia Maria Barbosa (fal.), cx. 89, 1848
- Josepha Gonsalves (fal.), cx 86, 1845
- João Barbosa dos Santos e Luiza Ignácia da Conceição (fal), cx. 84,1844
- Luis Gomes Ribeiro (fal.), CDH, cx. 82, 1841
- Marianna Rosa da Conceição (fal.), cx. 88, 1847
- Manoel Gomes Leal (fal.), cx. 90,1848
- Manoel Luiz Machado (fal.), cx. 86, 1844
- Rosa Maria de Jesus (fal.), cx. 87, 1846
- Vicente Pereira Ferreira da Silva (fal.), cx.90 , 1849

Núcleo de Documentação Histórica da Centro Universitário Geraldo di Biase

Curso de Arquitetura e Urbanismo

- Levantamentos da arquitetura rural do médio Vale do Paraíba, não sistematizado.
- IBGE – Cartas da Região Sudeste – 1:50.0000

FONTES IMPRESSAS:

AGASSIZ, Luiz, AGASSIZ, Elizabeth Cury. Viagem ao Brasil – 1865/1866. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975

- ALCÂNTARA, Dora Monteiro e Silva de. Anotações sobre a Arquitetura Rural Fluminense, in *Artefato*, Ano II, nº 13, Rio de Janeiro: Jornal de Cultura, Rio de Janeiro.
- AZEVEDO, Esterzilda Berenstein. *Arquitetura do Açúcar*. São Paulo: Nobel, 1990.
- BARROS, Clara Emília Monteiro de. *Aldeamento de São Fidélis*. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, 1995.
- BENICASA, Vladimir. *Velhas fazendas, arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara (1830-1930)*, São Carlos: Edufscar/Imprensa Oficial de São Paulo, 2003.
- BRAGA, Greenhalgh H. Faria [compilação]. *Vassouras, História, Fatos e Gente*. Greenhalgh H. Faria Braga [compilação]. Rio de Janeiro: Ultra-sed Ed., 1978.
- DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. 2ª ed. Tomo I, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1949.
- DOCZI, György. *O poder dos Limites: Harmonias e Proporções na Natureza, Arte & Arquitetura*. São Paulo: Mercuryio, 1990.
- CALVENTE, Eurico. *O Acervo Arquitetônico das Fazenda de Quissamã*. In MARCHIORI, Maria Emília Prado et all. *Quissamã*. Rio de Janeiro: SPHAN, Fundação pró Memória, 6ª DR, 1987. P. 47 a 104.
- CAMPOFIORITO, Ítalo. *Muda o Mundo do Patrimônio*. In *Revista do Brasil*, ano 2, nº 4. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro/SESC; Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1985
- CARDOSO, M. Vianna de. *A Aristocracia Rural Fluminense*, Gráfica Laemmert, Ltda Editora, Rio de Janeiro, 1961.
- CARRILHO, Marcos José. *Fazendas de Café Oitocentistas no Vale do Paraíba*. In *Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material*. Nova Série, v. 14, n. . p. 59-80. São Paulo: 2006.
- CASTRO et SCHNOOR, Hebe Maria Mattos de et Eduardo (org.). *Resgate, Uma janela para os oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- COIMBRA, Isabela Müller. *História e Arquitetura nas Reduções Jesuítico-guaranis*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1994.
- CORONA, Eduardo et LEMOS, Carlos A C. *Dicionário da Arquitetura Brasileira*. São Paulo: EDART – São Paulo Livraria Editora Ltda, 1972.

- COSTA, Lúcio. A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil. In: *Arquitetura Religiosa, textos escolhidos da Revista do IPHAN*. São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN, 1978.
- FERREIRA, Desembargador Vieira. Cachoeira e Porangaba (A concessão de sesmarias no Brasil e a lavoura de café nas montanhas de Valença). In *Revista do IHGB*, vol. 213, out. dez. 1951. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1953.
- FERREIRA, Felipe. *Inventando Carnavais – O Surgimento do Carnaval carioca no século XIX e outras questões carnavalescas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- FERREIRA, Luiz Damasceno Ferreira. *História de Valença, Estado do Rio de Janeiro, 1803-1924*. 2ª ed. Valença: 1978.
- FIGUEIREDO, Cândido de. *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Arthur Brandão & Cia, 1925.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Tradução de Lígia M. Pondé Vasallo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 17ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- FREITAS, Carlos Henrique Machado. *O Vale dos Tambores*. Encarte e CD de áudio. Volta Redonda: Apoio Cultural Eletrobrás – MinC, 2005.
- GARDNER, George. *Viagens no Brasil, principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro durante os anos de 1836 - 1841*. Tradução de Albertino Pinheiro. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1942.
- GUIMARÃES, Dinah. *Senzalas e Casas Grandes em Quissamã*. In MARCHIORI, Maria Emília Prado et all. *Quissamã*. Rio de Janeiro: SPHAN, Fundação pró Memória, 6ª DR, 1987. P. 105 a 128.
- GUTIERREZ, Ramon. *As missões Jesuíticas dos Guaranis*. Rio de Janeiro, UNESCO, SPHAN, Fundação Nacional pró-Memória, 1987.
- HOBBSBAWH, E.; RAWCER, T. *A Invenção das Tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- IÓRIO, Leoni. *Valença de ontem e de hoje, Subsídios para a história do Município de Valença, 1789-1952*. 1ª ed. Valença: Jornal de Valença e Associação Comercial de Valença, 1953.
- KARASCH, Mary C. *A vida dos Escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LACERDA WERNECK, Francisco Peixoto. *Memória sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro*, in *De Vassouras, História, Fatos e Gente*, compilação de Greenhalg H. de Faria Braga. Rio de Janeiro: Ultra-sed Ed., 1978.

- LAMEGO, Alberto Ribeiro. O Homem e a Serra. Setores da Evolução Fluminense. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.
- LARA, Sílvia Hunold. Campos da Violência – Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750 - 1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LE GOFF, Jacques. História e Memória. Tradução de Bernardo Leitão. 2. ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1992.
- LE MOS, Carlos A. C. História da casa brasileira, São Paulo: Contexto, 1989.
- _____. Transformações no espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira no século XIX, in Anais do Museu Paulista, nova série nº 1 São Paulo: Edusp. 1993.
- LIMA, BRUNO et FONSECA, Tânia Andrade, Maria Cristina O e Marta P.R. Sintomas do modo de vida burguês no Vale do Paraíba, séc. XIX: Fazenda São Fernando, Vassouras, RJ. In Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material. Nova Série, Nº 1, p. 179-206. São Paulo: USP, 1993.
- MARCHIORI, Maria Emília Prado et all. Quissamã. Rio de Janeiro: SPHAN, Fundação pró Memória, 6ª DR, 1987.
- _____. O Partido arquitetônico rural no século XIX. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. Moradia Escrava na era do tráfico ilegal: Senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. In Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material. Nova Série, v. 13, n. 2. p. 165-186. São Paulo: 2005
- MARQUESE, Rafael de Bivar. Revisitando casas-grendes e senzalas: a arquitetura das plantations escravistas americanas no século XIX. In Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material. Nova Série, v. 14, n. . p. 11-58. São Paulo: 2006.
- MELLO MORAIS FILHO, Alexandre José de. Festas e Tradições Populares do Brasil. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1999.
- MUNIZ, Célia Maria Loureiro. Os Donos da Terra, Um estudo sobre a estrutura fundiária do Vale do Paraíba Fluminense no século XIX - Dissertação de Mestrado, Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Centro de Estudos Gerais – UFF, 1979.
- _____. Riqueza Fugaz: Trajetórias e Estratégias de Famílias de Proprietários de Terras de Vassouras, 1820-1890, Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – UFRJ, 2005.

- MUNIZ, Maria Izabel Perini. *Arquitetura Rural do século XIX no Espírito Santo*. Vitória: Aracruz Celulose, Fundação Janice Tristão, Rede Gazeta e Xerox do Brasil, 1989.
- _____. *Confronto entre dois casos de Arquitetura Rural*. In UFES, *Revista de Cultura*, Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida. Ano X, nº 34, 1985.
- NAJJAR, Rosana ; MACEDO, Jackeline de ; MUSSUMECI, Sandra . *O estudo da telha na arqueologia histórica, uma proposta de sistematização: a experiência na igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, Rio de Janeiro/RJ*. In: X Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB, 2001, Recife. *Anais da X Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira in CD-ROM Arqueologia do Brasil Meridional*. Porto Alegre : Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999.
- NOVAIS, Fernando A. (org). *História da Vida Privada: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de et GALHANO, Fernando. *Arquitetura Tradicional Portuguesa*. 5ª Edição. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2003.
- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição, Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- PENNA, Cornélio. *A Menina Morta*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1954.
- PINAUD, João Luiz Duboc Pinaud/ et all. *Insurreição Negra e Justiça*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, Ordem dos Advogados do Brasil, RJ, 1987.
- PINHO, Wanderley. *Salões e Damas do Segundo Império*. 2ª ed. Desenhos de J. Wash Rodrigues. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942.
- PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*, 2ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- REIS FILHO, Nestor Goular. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, USP, 1968.
- _____. *Quadro da Arquitetura no Brasil*, Coleção Debates nº 18, São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.
- RAPOSO, Ignacio. *História de Vassouras*. Vassouras: Fundação 1º de Maio, 1935.
- RIBEYROLLIES, Charles. *Brasil Pitoresco*, 2 volumes São Paulo, Brasília: Ed. Martins, MEC e INL, 1976.

- ROCHA, Isabel. Arquitetura Rural do Médio Vale do Paraíba Fluminense no Séc. XIX. In Revista Gávea, nº 1, Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1984.
- RUGENDAS, João Maurício. Viagem Pitoresca através do Brasil. Biblioteca Histórica Brasileira. 5ª ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954.
- SAIA, Luís. Notas sobre a Arquitetura Rural Paulista do Segundo Século. In Arquitetura Civil I. São Paulo: FAU/USP e MEC-IPHAN, 1975.
- SANT'ANNA, Sônia. Barões e Escravos do Café: Uma história privada do Vale do Paraíba. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- SAINT HILAIRE, Auguste. Segunda Viagem ao Rio de Janeiro, a Minas Gerais e a São Paulo (1822). Tradução de Affonso de E. Taunay. São Paulo: Nacional, 1932.
- SAINT-HILAIRE. Auguste de. Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938.
- SANTOS, Ana Lúcia Vieira dos. Habitação Escrava nas Propriedades Rurais da Província do Rio de Janeiro, século XIX. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PROARQ/UFRJ, 2000.
- SANTOS, Paulo. Quatro Séculos de Arquitetura. Barra do Pirai: Fundação Educacional Rosemar Pimentel, 1977.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. As Barbas do Imperador. D. Pedro II, Um Monarca nos Trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SEGAWA, Hugo, Arquiteturas no Brasil 1900 – 1990. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- SILVA TELLES, Augusto Carlos. Vassouras, Estudo da Construção Residencial Urbana. Separata da Revista do IPHAN, vol. 16. Rio de Janeiro, 1968.
- SOUSA, José Antônio Soares de. O Efêmero Quilombo do Pati do Alferes, em 1838. In Revista do IHGB, vol. 295, abril-junho, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1972.
- STEIN, J. Stanley. Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba. Um estudo sobre Vassouras. Tradução de Edgar Magalhães. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1961.
- STEIN, J. Stanley. Vassouras: Um município brasileiro do café, 1850-1900). Tradução de Vera Bloch Wrobel. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- STULZER, Frei Aurélio (comp.). Notas para a História da Vila de Pati do Alferes. Pati do Alferes: Igreja Matriz, 1944.
- TAUNAY, Affonso de E. História do Café no Brasil, no Brasil Imperial 1822-1872. 15 Volumes. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939.

- _____, Affonso de E. Pequena História do Café no Brasil, 1727-1937. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945.
- TAUNAY, Alfredo d'Escragolle Taunay. Memórias. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1960.
- TAUNAY, Carlos Augusto. Manual do Agricultor Brasileiro. Organização Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- FRAGOSO PIRES, Fernando Tasso (roteiro e legenda). Fazendas, Solares da Região Cafeeira do Brasil Imperial, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- TEIXEIRA LEITE, Joaquim José et All. Instruções da Comissão Permanente nomeada pelos Fazendeiros do Município de Vassouras, 1854. In BRAGA, Greenhalg H. Faria (comp.). De Vassouras, História, Fatos, Gente. Vassouras, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, 1978.
- VASCONCELLOS, Max. Vias Brasileiras de Comunicação, Estrada de Ferro Central do Brasil. 6ª ed. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1947.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. Arquitetura no Brasil: Sistemas Construtivos. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1979.
- _____. Vila Rica. Coleção Debates, nº 100, São Paulo: Ed. Perspectiva, 1977.
- VAUTHIER, L. L. Casas de Residência no Brasil. In Arquitetura Civil I. São Paulo: FAU/USP e MEC-IPHAN, 1975.
- WERNECK, Luiz Peixoto de Lacerda. Memória sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro. In: Vassouras, História, Fatos e Gente. Greenhalgh H. Faria Braga [compilação]. Rio de Janeiro: Ultra-sed Ed., 1978.